

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

LYVIA RENATA RODRIGUES

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO A PARTIR DA PRÁTICA
EMPREENDEDORA: TOMADA DE DECISÃO OU SOBREVIVÊNCIA?**

BELO HORIZONTE

2023

LYVIA RENATA RODRIGUES

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO A PARTIR DA PRÁTICA
EMPREENDEDORA: TOMADA DE DECISÃO OU SOBREVIVÊNCIA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães

Coorientadora: Prof^a. Dra. Janaynna de Moura Ferraz

Belo Horizonte

2023

R696p Rodrigues, Lyvia Renata
A precarização do trabalho feminino a partir da prática empreendedora:
tomada de decisão ou sobrevivência / Lyvia Renata Rodrigues. – 2023.
113 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração.

Orientadora: Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães.

Coorientadora: Janaynna de Moura Ferraz

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de
Minas Gerais.

1. Empreendedorismo – Teses. 2. Mulheres – Emprego – Teses.
3. Trabalho precário – Teses. 4. Processo decisório – Teses. I. Guimarães,
Ludmila de Vasconcelos Machado. II. Ferraz, Janaynna de Moura.
III. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. IV. Título.

CDD 658.421082



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CEFET-MG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora Lyvia Renata Rodrigues. No dia 13 de julho de 2023, às 14h00min, reuniu-se, reuniu-se no Campus II do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, a banca examinadora de dissertação designada pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Administração do CEFET-MG para julgar o trabalho final intitulado **“A Precarização do Trabalho Feminino a Partir da Prática Empreendedora: tomada de decisão ou sobrevivência?”**, linha de pesquisa: **processos e sistemas decisórios em arranjos organizacionais**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Banca, Profa. Dra. Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à aluna para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da aluna. Logo após, a Banca se reuniu, sem a presença da aluna e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

☒ Aprovação.

() Aprovação com recomendação de aperfeiçoamento, condicionada à satisfação das exigências feitas pela banca examinadora.

() Recomendação de reapresentação.

() Reprovação.

O resultado final foi comunicado publicamente à aluna pela Senhora Presidente da Banca. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Banca Examinadora.

Belo Horizonte, 13 de julho de 2023.

Assinaturas:

Profa. Dra. Ludmila de Vasconcelos Machado
Guimarães (Orientadora - PPGA-CEFET-MG)

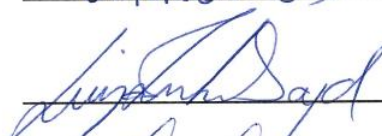
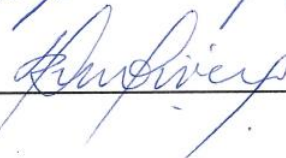
Profa. Dra. Janaynna de Moura Ferraz (Coorientadora –
UFRN)

Profa. Dra. Carolyne Reis Barros (UFMG)

Profa. Dra. Luiza Farnese Lana Sarayed-Din (PUC
Minas)

Profa. Dra. Renata Lúcia Magalhães de Oliveira (PPGA-
CEFET-MG)



À minha filha Helena, luz da minha vida.

*“É necessário se espantar, se indignar e se contagiar.
Só assim é possível mudar a realidade.”*

(Nise da Silveira)

AGRADECIMENTOS

É em meio a uma mistura de sentimentos que escrevo esta parte da dissertação. Sinto alívio e muita alegria. Alívio porque os desafios foram muitos; não foi fácil chegar até aqui. Mas acima de tudo, sinto alegria por ter alcançado algo que eu quis muito. Provar para mim mesma que sou capaz, fez tudo valer a pena. E para eu conseguir, muitas pessoas importantes cruzaram meu caminho.

Primeiramente, agradeço a Deus por me abençoar e me guiar pelos caminhos que a vida me apresentou.

Agradeço aos meus pais, Afonso e Maria, pelo amor incondicional, por sempre estarem ao meu lado, me apoiando. Agradeço aos meus irmãos, por serem fonte de afeto e proteção, cada um à sua maneira. E aos demais familiares e amigos, por se fazerem presente nesta árdua caminhada.

Agradeço ao meu esposo João Paulo, companheiro de vida, que segurou tantas barras para que eu pudesse realizar esse sonho. Sem você nada disso teria sido possível.

Agradeço à minha filha Helena, luz da minha vida, que com suas pequenas mãozinhas, me guia por esse mundo novo e louco chamado maternidade. Você me dá força para enfrentar a vida, para amadurecer, para levantar da cama em meio ao escuro. Você é minha maior escola, filha! Se a mamãe conseguiu chegar até aqui, também foi porque quero que saiba que, apesar das dificuldades que a vida nos apresenta, ainda assim é possível alçar novos voos.

Agradeço à minha orientadora, Professora Ludmila, por ter me escolhido e me acolhido. Aquela ligação, logo após o seminário de integração, mudou todo o rumo da minha história no mestrado. Obrigada por ter questionado sobre o que me tocava. Esse questionamento me levou a fazer a escolha mais acertada. Obrigada por ter acreditado em mim e por ter me conduzido nesses dois anos do Mestrado com tanta sabedoria e competência. Obrigada pela compreensão nos momentos de incertezas. Obrigada por ter confiado em mim. Foi uma honra ter sido sua orientanda.

Agradeço, de maneira muito especial, à minha coorientadora, professora Janaynna Ferraz. Sem você eu não estaria aqui, não dessa maneira, não com tantos incômodos que me fizeram avançar. Aprendi muito com você! Te admiro tanto, que chega a ser difícil descrever tamanha admiração. Que privilégio o meu ter te conhecido e convivido com você! Obrigada por ter me guiado pelo caminho da crítica. Obrigada pelo zelo com meu trabalho. Você me inspira!

Às professora Fernanda Tarabal, Renata Lúcia Magalhães de Oliveira, Carlyne Reis Barros, Luiza Farnese Lana Sarayed-Din, meu profundo agradecimento por aceitarem compor a banca e por dedicarem seu tempo à leitura da minha dissertação.

Agradeço aos demais professores do CEFET MG e aos colegas do mestrado, por terem feito parte dessa trajetória e terem me ajudado de alguma forma a chegar até aqui. Agradeço também à Patrícia, por ter me auxiliado tantas vezes.

Agradeço também, de maneira muito especial, às sujeitas da minha pesquisa, mulheres-mães trabalhadoras, pela disposição em contribuir, pela confiança, pela maneira como me receberam. Muito obrigada!

Agradeço também ao CEFET, à CAPES e à FAPEMIG, pela concessão da bolsa de estudos.

Por fim, não posso deixar de agradecer à todas as mulheres, especialmente as mães, que muito já lutaram. Reconheço e honro as lutas travadas por muitas que vieram antes de mim, pois é devido a elas que hoje estou aqui, podendo concluir meu mestrado em uma instituição pública.

À todas e todos que de alguma forma fizeram parte deste processo, muito obrigada! O mestrado acabou, mas as inquietações continuam.

*Maria, Maria é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta
Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta
Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida
Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida
(Milton Nascimento)*

*À todas as Marias que, assim como eu, possuem
a estranha mania de ter fé na vida.*

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi compreender o processo de pauperização do trabalho feminino, considerando as mulheres-mães inseridas na prática empreendedora na atualidade. Metodologicamente, essa pesquisa teve um caráter qualitativo. A abordagem qualitativa foi realizada por meio do recolhimento de trajetórias de vida laboral a fim de se apreender os processos subjetivos e espaço-temporais referentes aos esforços, frustrações, desafios e oportunidades ocupacionais das atividades de mulheres-mães empreendedoras, a partir da tomada de decisão por empreender. Através do diário de campo, das reuniões realizadas juntamente ao coletivo investigado e do recolhimento das trajetórias de vida laboral de duas mulheres-mães inseridas na prática empreendedora, chegamos a três categorias de análise: Contexto, Trabalho Reprodutivo e Maternidade e Prática Empreendedora. Essas categorias evidenciaram o processo de pauperização dessas mulheres enquanto mães e trabalhadoras. Evidenciamos também que essas mulheres não se reconhecem como parte da classe trabalhadora, detentora de direitos, embora façam parte dela. E que, diferentemente do que o empreendedorismo prometia – uma vida melhor e até uma ascensão social com melhoria na sua cesta de consumo, essas mulheres estão livres, embora desvinculadas de qualquer proteção social. Uma das grandes contribuições deste trabalho é o avanço das discussões conceituais sobre o empreendedorismo feminino, especialmente de mulheres-mães e seu processo de tomada de decisão. Por fim, foi possível apresentar uma perspectiva de compreensão do fenômeno alternativa à gerencialista/funcionalista, contribuindo para avanços teóricos no campo da administração.

Palavras-Chave: Empreendedorismo. Precarização. Mulheres. Trabalho. Processos decisórios.

ABSTRACT

The study aimed to understand the women's work pauperization process, considering women-mothers inserted in the entrepreneurial practice in the present time. Methodologically, this research had a qualitative nature. The qualitative approach was carried out through the collection of work-life trajectories, in order to grasp the subjective and temporal-spatial processes related to the efforts, frustrations, challenges, and occupational opportunities of entrepreneurial women-mothers, starting from the decision to engage in entrepreneurship. Through the field diary, meetings with the investigated collective, and the collection of work-life trajectories from two women-mothers involved in entrepreneurial practices, we achieved three categories of analysis: Context, Reproductive Work and Motherhood, and Entrepreneurial Practice. These categories highlighted the process of impoverishment experienced by these women as both mothers and workers. We also found that these women do not recognize themselves as part of the working class, with rights, although they are part of it. Moreover, contrary to what entrepreneurship promised – a better life and even social mobility with an improvement in their standard of living – these women are free, although disconnected from any social protection. One of the major contributions of this work is the advancement of conceptual discussions on female entrepreneurship, specially of women-mothers, and its decision-making process. Finally, it was possible to present an alternative perspective for understanding this phenomenon, moving away from the managerial/functionalist approach and contributing to theoretical advancements in the administration field.

Keywords: Entrepreneurship. Precarious. Women. Work. Decision-making processes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
FGV – Fundação Getúlio Vargas
GEM – Global Entrepreneurship Monitor
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBQP – Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade
IRME – Instituto Rede Mulher Empreendedora
MEI – Micro e Pequenas Empresas
MPE – Micro e pequenas empresas
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PIT – População em Idade de Trabalhar
PNADc – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPR – Universidade Federal do Paraná
WoS – Web of Science

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 <i>Evolução dos estudos sobre a temática empreendedorismo feminino</i>	28
Figura 2 <i>Distribuição dos estudos por tipos de pesquisa</i>	29
Figura 3 <i>Distribuição de publicações por periódicos</i>	31
Figura 4 <i>Distribuição de publicações por país de origem do periódico</i>	31
Figura 5 <i>As seis fases da análise temática</i>	58

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 <i>Enchente no ano de 2020</i>	72
Fotografia 2 <i>Enchente no ano de 2022</i>	72
Fotografia 3 <i>Bairro onde moram as mulheres entrevistadas</i>	76
Fotografia 4 <i>Placa de sinalização – rota de fuga</i>	83

QUADROS

Quadro 1 <i>Coleta de dados</i>	55
--	----

TABELAS

Tabela 1 <i>Distribuição dos estudos por subtema</i>	30
Tabela 2 <i>Distribuição de publicações por periódicos brasileiros</i>	32
Tabela 3 <i>Motivações para empreender, segundo o GEM (2019)</i>	36

SUMÁRIO

PRÓLOGO	31
1 INTRODUÇÃO	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2.1 O estado da arte do empreendedorismo feminino.....	27
2.2 Prática empreendedora.....	35
2.3 Trabalho formal versus Trabalho informal e a justificativa do crescimento econômico	43
2.4.1 O trabalho e a força de trabalho	47
3 METODOLOGIA	55
3.1 História de Vida: contextualização e pressupostos.....	58
3.2.1 Trajetória de Vida Laboral como recorte da História de Vida.....	61
3.3 O início do campo: a busca pelas mulheres-mães	62
4 LOCUS DE PESQUISA, COLETIVO DE MULHERES E AS TRAJETÓRIAS LABORAIS66	
4.1 A cidade que a mineração criou e destruiu.....	66
4.2 O coletivo de mulheres.....	69
4.3 Conte-me sua história	74
4.3.1 A história de Maria da Penha	75
4.3.2 A história de Maria das Graças.....	78
5 ANÁLISE	82
5.1 Dos relatos ao diário de campo: uma análise temática	82
5.1.1 Contexto: “aqui as pessoas saem para trabalhar e só voltam para dormir”. (MARIA DA PENHA).....	82
5.1.2 Trabalho reprodutivo e maternidade: “mesmo apanhando, eu o ajudava a trabalhar” (MARIA DAS GRAÇAS).....	85
5.1.3 Prática empreendedora: tomada de decisão ou sobrevivência? “Trabalho por produção. Se não trabalho, não recebo” (MARIA DA PENHA)	88
5.2 Empreendedoras-mães são mães e trabalhadoras: interconexões entre contexto, maternidade, trabalho reprodutivo e prática empreendedora	91
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	107
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ	110
APÊNDICE C – ÚLTIMO REGISTRO DO DIÁRIO DE CAMPO.....	112

PRÓLOGO

Nos últimos dois anos da minha vida, dentre uma miríade de acontecimentos diários em meio à maternidade, um elemento esteve constantemente presente na minha rotina: a dissertação. Seja porque eu estava entusiasmada com as novidades de voltar a estudar depois de muito tempo ou, muitas vezes, por angústia em pensar que eu não estava me dedicando suficientemente, que eu não seria capaz de realizar. Pensamento comum entre muitas mulheres, principalmente quando se tornam mães. Foram muitos dias de entusiasmo e satisfação, mas também de angústia e aflição... Na maior parte dos dias, não foi simples ou prazeroso, mas com certeza foi determinante para mudar a minha vida, ou pelo menos, para plantar inquietações que me guiariam pelos caminhos que percorri. Nesses últimos vinte e seis meses, entendi que produzir conhecimento é complexo e, muitas vezes, solitário, embora extraordinário.

A concepção deste trabalho permitiu-me atravessar a vida de pessoas através de suas histórias e ter a minha própria história também atravessada. Através deste trabalho adquiri conhecimentos que vão além de autores, teorias e metodologia. Eu pude viver uma transformação como indivíduo. E por isso, entendo que seja relevante escrever esse prólogo, para explicar um pouco dessa minha jornada acadêmica e o percurso por mim percorrido. E de antemão peço desculpas pela escrita mais livre e menos acadêmica.

Venho de uma cidade do interior de Minas e mudei-me para Belo Horizonte para estudar, como muitos conterrâneos fazem. Eu tinha 19 anos e cursei Relações Internacionais. Me recordo que escolhi esse curso, dentre outras razões, por admirar quem estudava política internacional, mas de fato, nunca atuei na área, pois logo depois de ingressar na faculdade, já comecei a trabalhar e minha vida profissional tomou outro rumo. Eu precisava trabalhar para me manter na capital e por isso, acabei me enveredando por outros caminhos profissionais, que nem sempre atendiam minhas expectativas, mas que ainda assim segui trilhando.

Depois de uma longa experiência com ensino e posteriormente gestão, acabei sendo inserida na área de gestão de pessoas e por ali permaneci até minha última experiência profissional. Daí engravidei. Trabalhei tranquilamente durante a gestação, sem intercorrências, exercendo minha função normalmente até sair em licença maternidade. Foi aí que as coisas começaram a mudar. Quando retornei ao trabalho, seis meses depois, tudo estava diferente. Eu me sentia diferente e o ambiente em que eu trabalhava também estava diferente. Daí veio a pandemia. E o que já não estava bom, ficou pior. Eu tentava equilibrar a vida entre os cuidados

com a filha que era apenas um bebê, os cuidados com a casa e o *home office*. Parecia que eu estava apenas sobrevivendo. Até que em pouco tempo virei estatística.

Entrei para o grupo de quase metade das mulheres que se tornam mães e após 24 meses de licença-maternidade estão fora do mercado de trabalho. Fui demitida pouco tempo depois de voltar da minha licença e da pandemia começar. Afinal, eu já não “produzia” mais, não o suficiente para ser interessante para meu empregador. Aquilo me doeu demais. Demorei para elaborar o que tinha acontecido. E para mim, o motivo era muito óbvio: eu tinha me tornado mãe – a minha disponibilidade já não era mais a mesma, para dizer o mínimo. E mães, nesse mundo em que vivemos, onde o lucro e o dinheiro estão acima de tudo, são sinônimo de prejuízo. E para gerar dinheiro é preciso tempo, dedicação – e bebês e crianças são os maiores consumidores de tempo sem geração de riqueza material. Penso que esse seja um dos principais motivos para haver tanta hostilidade com as mulheres que se tornam mães – elas não cabem mais nesse lugar onde a agenda, a performance e o lucro são mais importantes.

Comecei a pensar em alternativas, em como seria meu retorno ao mercado de trabalho, o que seria necessário fazer para retomar de onde parei. Mas em plena pandemia, vivendo aquela situação de confinamento, como seria possível me recolocar, tendo uma filha em casa, tão pequena ainda e sem rede de apoio? Como as mulheres que se tornam mães e não tem rede de apoio fazem? Aquilo me parecia impossível. Então resolvi que eu voltaria a estudar. Comecei a buscar por alguma pós-graduação que fizesse sentido para mim. Eu sabia que seria difícil, estando em casa com uma bebê, mas ainda assim, acreditei que sair em busca de conhecimento poderia ser um bom recomeço. E nesse momento, me inspirei em minha mãe, que fez sua faculdade com quase 60 anos e ainda duas pós-graduações. Eu queria muito conseguir. Então encontrei o processo seletivo do CEFET e me inscrevi. Passei. Nada tinha me deixado tão feliz nos últimos tempos, passando por um puerpério e uma pandemia. Ter sido aprovada foi motivo de muita emoção. Eu não acreditava que poderia ser capaz.

Entrei para o mestrado ainda com muitas dúvidas sobre estar ou não no caminho certo. Mas estudar nunca é uma opção ruim. Conhecimento enriquece. Entrei pensando em um tema e logo minha ideia mudou. Quando conheci as professoras Ludmila Vasconcelos e Fernanda Tarabal, ainda no seminário de integração, tive a certeza de que eu falaria sobre mulheres e sobre o que me atravessava naquele momento: a maternidade.

A maternidade veio para mim como um furacão. Tirou tudo do lugar. Ainda hoje, às vezes, não tenho tempo nem de chorar. Mas de vez em quando eu choro, inclusive choro ao escrever essas linhas. Quando me tornei mãe, eu tinha uma sensação de viver em um looping infinito, de passar os dias (e as noites) atendendo demandas que nunca acabavam. Parecia que

todos os dias eram iguais e eu só repetia as tarefas. Me sentia exausta mental e fisicamente. Me sentia culpada todos os dias por achar que estava tudo errado, apesar do amor que arrebatava meu peito. Parecia que eu estava em outro planeta, em que eu desconhecia tudo. Mas eu estava mesmo em outro mundo, realizando o meu trabalho mais importante – cultivar uma nova vida. Mas o mundo em que vivemos parece valorizar apenas o que é material, o que foi construído pelos homens, então dedicar-se à criação e à existência de outro ser humano não poderia ser prioridade, aos olhos do mercado. Eu entendia, portanto, da maneira mais dura, que realmente as alternativas que restam à maioria das mulheres que se tornam mães, não se encaixam facilmente com a vida de uma trabalhadora.

Pois bem, esse era o incômodo que me movia e os questionamentos que vieram a partir dele, sobre a realidade das mulheres que se tornam mães e precisam trabalhar, me fizeram me enveredar pelos caminhos que trilhei ao longo desta pesquisa. Eu me perguntava: como as mulheres, sem rede de apoio, sem ter com quem contar, voltam a trabalhar após a maternidade? Se eu, com alguns privilégios, não via saída, como essas mães em situação de vulnerabilidade, conseguem voltar a um trabalho que consome boa tarde do tempo? E o bebê, com quem fica? Quem cria? E o dinheiro? Como não trabalhar? Quem proverá para essa criança? Será que é por isso que tomam a decisão de empreender? Para conseguirem conciliar? Esses questionamentos me fizeram descobrir o caminho que eu queria trilhar e através dele, investigar as histórias que me atravessavam, das mães trabalhadoras que empreendem para sobreviver.

O percurso da pesquisa foi muito desafiador. Cumpri minhas obrigações com as disciplinas com muita dificuldade. Eu estava em casa com minha filha, ainda bebê e ela foi presença constante nas aulas e na realização das tarefas. Quando precisei ir para o campo, ela já pôde ir para a escola em turno parcial, mas nem por isso o trabalho ficou mais fácil. A Lud, minha orientadora, me instigava a entender o que me tocava, para que as decisões que eu deveria tomar ficassem mais claras. Mas nadar contra a corrente não era fácil. As inquietações eram muitas e os obstáculos também. Quando realmente tive a certeza que falaria sobre empreendedorismo, mas a partir de um olhar crítico, Lud teve a ideia de convidarmos como coorientadora a pessoa mais capacitada para falar sobre o assunto, em minha opinião: a professora Janaynna. Quando descobri quem era Janna e assisti uma apresentação sua em uma live sobre o assunto, a admiração cresceu dentro de mim. Se ela aceitasse o convite, eu tinha a certeza que caminharia junto de duas pessoas muito capacitadas e que isso tornaria o trabalho mais valoroso. E ela aceitou, para minha felicidade e honra.

Começamos então, as três, juntas, a percorrer o caminho. Passei ainda por muitas outras dificuldades. Fui finalizando algumas demandas e iniciando outras. Ora a pesquisa caminhava

bem, ora eu me perdia em meio às obrigações e outras prioridades. E sempre que necessário, Lud me convocava a refletir sobre o meu objetivo e sobre minhas obrigações. Nem sempre eu recebia bem as provocações, porque a minha vida não se resumia ao mestrado. Mas eram essas provocações que me instigavam e me colocavam de volta à rota.

O tempo passou, fui entendendo melhor o meu campo de pesquisa e conhecendo mulheres que possibilitariam a realização da investigação proposta. Tudo estava entrando nos eixos, a pesquisa sendo desenvolvida e caminhando para a parte final. Eu tinha finalmente encontrado as mãos que me permitiriam entrar em suas vidas e contar um pouco de suas histórias de trabalho a partir de nossa convivência. Faltavam seis meses para eu terminar o mestrado. Seria tempo suficiente para conviver com elas, e da relação construída, extrair suas valiosas contribuições. Foi quando, em novembro de 2022, tive um problema familiar muito sério. Meu pai adoeceu. E veio para Belo Horizonte. A princípio, pensei que fosse possível conciliar minhas obrigações com o mestrado e os cuidados com o meu pai – para além das minhas outras atribuições familiares. Ledo engano. Ali começaria uma batalha que nem em meus piores pesadelos eu imaginei viver.

Segui tentando equilibrar minhas responsabilidades, mas quando chegou dezembro, meu pai foi hospitalizado novamente. Passei muitos dias o acompanhando e ainda não sabíamos a causa de todo aquele adoecimento. No dia 22 de dezembro, meu pai perdeu a consciência, sofreu um AVC e precisou ser intubado. Nunca desisti do meu pai, mas a equipe médica não nos dava esperança. Aquilo me desestruturou. Foi esse o momento que mais precisei contar com a compreensão das pessoas que estavam junto comigo na realização do Mestrado. Precisei pedir prorrogação do prazo para concluir, porque a essa altura, eu não poderia ter outro compromisso que não fosse estar com meu pai, até que ele se recuperasse. Fui atendida em minha solicitação de prorrogação de prazo, e mais que isso, me senti acolhida por Lud e Janna, que compreenderam a gravidade da situação que eu vivia e me apoiaram em todos os momentos. Pude dedicar-me integralmente ao meu pai enquanto meu marido segurava todas as barras em casa. O diagnóstico do meu pai foi descoberto e o tratamento adequado foi iniciado. Passamos 73 dias no hospital. Saímos apenas em fevereiro deste ano. Poucos dias após a alta do meu pai, retomei a pesquisa. Conseguir dar andamento, mas não foi simples, pois ainda tivemos muitas intercorrências – cinco internações, quimioterapia, e outros tratamentos, mas tenho certeza que o que passei me fortaleceu e me fez perceber que o que temos de mais importante na vida são as relações – não com bens materiais, mas sim, com pessoas.

Enfim, consegui chegar ao final do mestrado. Talvez não da melhor maneira. Talvez eu pudesse ter feito mais, melhor. Mas finalizo da maneira possível. Ouvindo a música “Amor de

Índio”, de Beto Guedes, muita coisa fez sentido. Fui entendendo que tudo o que move é sagrado... E que o fruto do trabalho é mais que sagrado. O mundo parece estranho, desafiador, distante. Às vezes me sinto desajustada, desalinhada, inadequada. Mas daí me lembro de onde cheguei. Falo para mim mesma que “abelha fazendo o mel vale o tempo que não voou”. Que ter me dedicado à maternidade, apesar de todas as dificuldades, não foi em vão, pois não haverá forma de voltar a esses primeiros anos da vida de um novo ser humano. E que desses quatro anos, durante dois, dediquei-me também a um outro trabalho importante para mim e que preciso enaltecer – a dissertação. Digo para mim mesma que o que consegui fazer não foi pouco, que haverá tempo para voltar ao mundo, que o novo voo virá. O primeiro passo já foi dado. Tento ir com calma, porque o amor é mais sagrado que tudo – mesmo que o mundo insista em me dizer o contrário.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a temática empreendedorismo vem sendo pesquisada de maneira mais recorrente a partir dos anos de 1990, período em que houve abertura para os mercados internacionais e implementação de uma política neoliberal. Desde então, as discussões a respeito do seu conceito e utilização vêm sendo ampliadas, ainda que sobre diferentes enfoques e, mais recentemente, em outras abordagens epistemológicas.

O incentivo para empreender está presente de forma massiva em todas as esferas da sociedade e vem se tornando uma ideologia, propagada em instituições públicas e privadas, mídia e outras organizações. As empresas incentivam os funcionários a se tornarem intraempreendedores (HASHIMOTO, 2013), ou seja, a trabalharem de maneira a buscar os melhores resultados para si e para a empresa (principalmente). A mídia e as redes sociais estão tomadas por empreendedores. O governo apoia e propaga o espírito empreendedor schumpeteriano¹, através de programas de fomento, inovação e captação de recursos. As universidades já possuem disciplinas voltadas para uma educação empreendedora.

Conceitualmente, para o GEM – Global Entrepreneurship Monitor², que é atualmente o maior estudo vigente sobre empreendedorismo, o empreendedorismo se trata de “qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente” e ainda, “o empreendedorismo é avaliado em um sentido amplo, pois podem ser incluídos empreendedores das mais variadas matizes, com negócios formalizados ou não” (GEM, 2019, p. 8).

¹ Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) foi um economista austríaco, reconhecido por suas contribuições teóricas para a ciência econômica moderna. Em seus trabalhos, o autor enfatizou a importância da inovação como um meio para alcançar o desenvolvimento econômico. Ele descreveu que a inovação é capaz de alterar o estado de equilíbrio econômico, o que torna suas ideias frequentemente citadas em discussões sobre inovação e empreendedorismo (SILVA, 2020). Em sua obra “Teoria do desenvolvimento econômico” (*Die Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*), de 1911, ele já discutia o que seria um comportamento empreendedor. Ele também destacava a importância do empreendedor como protagonista no desenvolvimento econômico, enfatizando que o empreendedorismo seria, acima de tudo, um comportamento desejável, que envolve o desejo de inovar e criar novas soluções (Ferraz, 2019).

² O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) é hoje o maior estudo vigente sobre empreendedorismo, em escala mundial. Ele analisa, anualmente, a atividade empreendedora e sua influência sobre o desenvolvimento econômico e social em cerca de 100 países no mundo desde 1999, sendo conduzido pela London Business School, na Inglaterra, e pelo Boston College, nos Estados Unidos. No Brasil, a pesquisa teve seu início no ano 2000 e é dirigida pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) com o apoio técnico e financeiro do SEBRAE e também com apoio acadêmico da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade Federal do Paraná.

Até o ano de 2017, o GEM classificava os empreendedores em duas categorias: os empreendedores por necessidade e os empreendedores por oportunidade. Para o GEM (2017, p. 6), os empreendedores por necessidade seriam aqueles que “teriam afirmado ter iniciado o negócio por não possuírem outra opção de trabalho e renda”. Em 2019, O GEM criou uma nova maneira de classificação, onde os empreendedores por necessidade passaram a ser aqueles que empreendem “para ganhar a vida porque os empregos são escassos” (GEM, 2019, p. 12), o que, apesar da alteração, ainda se traduz em necessidade. Esses trabalhadores são tratados nos relatórios governamentais e na academia pelo nome de conta-própria. Quanto aos empreendedores por oportunidade, seriam “aqueles que afirmaram ter iniciado o negócio, principalmente motivados pela percepção de uma oportunidade no ambiente” (GEM, 2017, p. 6). Esses empreendedores, diferente dos conta-própria, geralmente possuem trabalhadores – formalizados ou não – embora os próprios empresários também atuem em seus negócios.

Há que se esclarecer que a divisão entre oportunidade e necessidade é baseada na fala dos entrevistados, e não necessariamente nas condições reais em que atuam na produção da vida. Nesse sentido, Ferraz (2021) esclarece:

A estrutura sobre o qual foi erguida a noção de necessidade e de oportunidade em certa medida manipula a realidade a partir do ideário acerca do que seria uma “oportunidade”, ou de quem seria um/a empreendedor/a. Tal ação tem um propósito: na medida em que se cria uma atmosfera de “oportunidade”, ainda que seja uma oportunidade discursiva (e não real), reforça-se o tal espírito empreendedor, como temos mencionado (FERRAZ, 2021, p. 141).

E quando estamos falando em trabalho informal, sabemos que desde os primeiros momentos do capitalismo no Brasil, há mais trabalho informal que formal, ou seja, toda a história recente do Brasil pode ser caracterizada pela presença de um contingente considerável de trabalhadores informais, de contas-própria, de meeiros, dos quais as condições de vida são de pauperização e de pouco prestígio social (OLIVEIRA, 2015). Atualmente, o cenário não é diferente e essa população faz parte dos empreendedores precarizados.

Em 2016, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADc) iniciou sua série histórica demonstrando que a taxa de informalidade, ou seja, a proporção de trabalhadores/trabalhadoras informais ocupados em relação ao total de trabalhadores/trabalhadoras ocupados, vem apresentando um curso crescente. Segundo os dados do IBGE (2022), em meados de 2019, a proporção era de 41,4%, o maior valor registrado até então, quando quase 39 milhões de pessoas eram trabalhadores/trabalhadoras informais. Segundo dados do terceiro trimestre de 2021, houve uma pequena queda, quando a informalidade atingiu cerca de 38 milhões de pessoas, o que representava 40,6% das relações

trabalhistas. No entanto, uma vez que há vários aspectos a serem analisados, é necessário considerar uma série de indicadores no intuito de compreender quais os movimentos estão acontecendo.

Para exemplificar as condições precárias de um trabalhador informal, consideremos o cenário do trabalhador “formalizado”, haja vista que mesmo o mercado de trabalho formal do Brasil pode ser caracterizado por atividades de baixa complexidade³, cujo rendimento médio real, segundo o IBGE (2022), não ultrapassa 2 salários mínimos – sendo importante considerar que o maior quantitativo destes postos são oferecidos pelas Micro e Pequenas Empresas, que são responsáveis por 30% do PIB no Brasil e 72,1% dos trabalhos com carteira assinada no primeiro semestre de 2022 (SEBRAE, 2022). Portanto, se esse é o contexto do trabalhador “formalizado”, não é difícil imaginar o quanto o contexto da atividade informal é ainda mais tortuoso.

É imperativo entender que existem muitos conceitos e indicadores entrelaçados, que explicam a dinâmica do mercado de trabalho e que apenas um deles isoladamente não é capaz de validar todo o contexto. Para compreendermos como o IBGE trata os dados em relação aos trabalhadores/trabalhadoras, é importante entender como é classificada a população no que diz respeito ao trabalho. Para o IBGE (2022):

- a) A população ocupada diz respeito às pessoas que trabalharam ao menos uma hora completa na semana da pesquisa;
- b) A população desocupada diz respeito às pessoas que não trabalharam, mas procuraram emprego nos 30 dias anteriores à semana da pesquisa e tinham condições de assumir o trabalho na mesma semana;
- c) A população na força de trabalho diz respeito às pessoas com 14 anos ou mais na semana da pesquisa que estavam ocupadas ou desocupadas;
- d) A população fora da força de trabalho trata das pessoas com 14 anos ou mais na semana da pesquisa que não estavam nem ocupadas, nem desocupadas;
- e) A população desalentada trata das pessoas que não trabalharam na semana da pesquisa e gostariam de ter um emprego, mas desistiram de procurar. Essas pessoas são consideradas fora da força de trabalho.

³ As 10 atividades com maiores registros no MEI são: profissionais da área de beleza, comércio varejista de roupas e acessórios, profissionais de obras de alvenaria, promoção de vendas (panfleteiro, promotor de vendas), lanchonetes, casas de chá, sucos e similares, fornecimento de alimentos preponderantemente para consumo domiciliar, minimercados, armazéns ou mercearias, atividades de estética e cuidados com a beleza, instalação e manutenção elétrica, serviços ambulantes de alimentação (churrasqueiro, pipoqueiro, sorveteiro). Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>. Acesso em 13 de abril de 2023.

- f) Uma pessoa só é considerada desocupada, ou desempregada, se ela estiver procurando emprego.

O que aconteceu de maneira frequente em 2020, por exemplo, foi que muitas pessoas perderam a sua ocupação, mas não procuraram outra. Assim, elas passaram a fazer parte da população fora da força de trabalho. Os fatores que contribuíram para essa situação foram muitos, como o acesso ao auxílio emergencial, o medo de contaminação pelo Covid-19, a adesão ao isolamento social, a necessidade de ficar em casa por questões de saúde própria ou de familiares, e em grande medida, principalmente com as mulheres-mães, precisar ficar em casa por não ter com quem deixar os filhos, já que não era possível frequentar a escola. Todos esses fatores frearam o avanço imediato da taxa de desocupação, de maneira a mascarar a realidade.

Sobre as pessoas desalentadas, ao final do trimestre móvel terminado em maio de 2020, elas somavam 5,4 milhões de pessoas, um aumento de 15,3% em relação ao período anterior. De modo geral, o que se vê é uma piora quantitativa e qualitativa nos indicadores relacionados ao mercado de trabalho.

O IBGE mede a taxa de informalidade em relação ao número total de ocupados, que vem sofrendo uma queda exponencial. Portanto, entendemos que a queda na taxa de informalidade não quer dizer que os indivíduos passaram a ter trabalhos formais, mas que se tornaram desocupados ou, em situações mais graves, desalentados. Segundo dados do IBGE, ao final do 2º trimestre de 2020, cerca de 3 milhões de pessoas saíram da formalidade no setor privado em relação ao 1º trimestre do mesmo ano, o que representou uma redução de quase 9%. A taxa de desocupação ficou em 13,3%, enquanto no 1º trimestre, era de 12,2%.

O profundo processo de mudança no mundo do trabalho, isto é, a reestruturação produtiva (HARVEY, 2014), baseada nas formas contemporâneas de organização da produção criou um ambiente no qual as condições de trabalho se tornaram cada vez mais flexíveis, ou melhor, precárias. Nesse sentido, houve um aumento na precarização do trabalho, manifestada nas situações de terceirização, uberização, na informalidade, na subcontratação e no trabalho em tempo parcial, e na perda de direitos e garantias trabalhistas historicamente construídos. Essas mudanças tiveram fortes repercussões para a classe trabalhadora e tiveram um grande impacto na inserção e nas condições de trabalho de grupos vulneráveis, como o de mulheres, que são os que mais sofrem ao longo de todo esse processo.

Assim, retomando o nosso objeto, o empreendedorismo, especialmente o empreendedorismo feminino, Moreno (2013) afirma que muitas mulheres são obrigadas a adentrar no mercado de trabalho de forma independente, através do autoemprego ou do

empreendedorismo (precarizado) por não existirem outras oportunidades e para conseguirem conciliar as obrigações que foram sendo atribuídas ao gênero feminino ao longo dos anos, frutos de uma construção social baseada em desigualdade de gênero. A situação se torna ainda mais complexa quando as mulheres se tornam mães e são impelidas para condições precárias de trabalho, muitas vezes em tempo parcial e com baixa remuneração.

Após a maternidade, muitas mães são influenciadas pela ideologia do empreendedorismo, em busca da autonomia e da liberdade prometidas, reproduzindo o discurso da política neoliberal, quando o que ocorre, como temos constatado, é um aumento da sua exploração pela estrutura dominante do capital e do patriarcado. Ambas as estruturas estão interconectadas e se reforçam mutuamente, criando condições desfavoráveis para as mulheres em várias esferas da vida. Neste contexto de superexploração, as mães empreendem, muitas vezes, acreditando em um movimento de emancipação, mas encontram uma realidade de opressão e precarização do trabalho, sem os benefícios ou as garantias de um trabalho formal.

Segundo dados do IBGE (2022), a taxa de participação, que busca mensurar a parcela da População em Idade de Trabalhar (PIT)⁴ que está na força de trabalho, ou seja, trabalhando ou procurando trabalho e disponível para trabalhar, é um dos indicadores que revela a dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Segundo o relatório Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil – 2ª edição, lançado em 2021, a taxa de participação das mulheres com 14 anos ou mais de idade foi de 54,5%, enquanto entre os homens esta taxa chegou a 73,7%, ou seja, há uma diferença de 19,2 pontos percentuais, o que demonstra uma relevante desigualdade entre os gêneros.

Um dos fatores mais importantes e influentes para a conservação desse quadro destoante compreende aspectos históricos, culturais e sociais. As mulheres permanecem como as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, de tarefas domésticas, cuidado com os filhos e demais responsabilidades familiares. O relatório mais recente do IBGE sobre os indicadores sociais das mulheres revela que “as mulheres, principalmente as pretas ou pardas, dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens – 21,4 horas contra 11 horas (IBGE, 2019). A mulher trabalhadora continua acumulando papéis e na

⁴ Segundo o IBGE (2021) o termo PIT refere-se à população em idade ativa, ou seja, pessoas com idade igual ou superior à idade mínima legal para ingresso no mercado de trabalho. No Brasil, essa idade mínima é normalmente definida aos 16 anos. A PIT inclui tanto pessoas empregadas quanto desempregadas, além daquelas que estão procurando emprego, diferentemente da PEA, que se refere às pessoas que estão empregadas ou desempregadas, mas que estão disponíveis para trabalhar e buscando ativamente por emprego. A PEA inclui tanto as pessoas ocupadas (empregadas) como as desocupadas (desempregadas).

maior parte das vezes, torna-se impossível o desafio de conciliar a vida profissional e todas as atividades da vida pessoal.

Boltanski e Chiapello (2009) reiteram que o discurso sobre a mulher empreendedora encontra suas raízes em duas frentes fundamentais: a negação da vulnerabilidade e a dependência ao sexo oposto, e a autogestão, que estão conectadas à essência do que os autores chamam de “novo capitalismo”. Em outras palavras, trata-se da lógica neoliberal e de suas demandas e da constituição de uma subjetividade feminina que atenda aos seus interesses.

Diante desse contexto, vale ressaltar que esta pesquisa se encontra situada no campo dos Estudos Organizacionais, nas discussões sobre o empreendedorismo precarizado, também chamado de prática empreendedora (FERRAZ, 2019). E nos guiamos inicialmente pela seguinte questão de pesquisa: Como se dá o processo de pauperização do trabalho feminino considerando as mulheres-mães inseridas na prática empreendedora na atualidade?

O objetivo geral desta pesquisa é compreender o processo de pauperização do trabalho feminino, considerando as mulheres-mães inseridas na prática empreendedora na atualidade. Para se alcançar esse objetivo, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar o cenário de Belo Horizonte e região metropolitana de mulheres-mães inseridas na prática empreendedora;
- b) Recolher a trajetória de vida laboral de duas mulheres inseridas na prática empreendedora;
- c) Compreender a dinâmica da pauperização dessas mulheres nesse cenário.

Para responder ao nosso problema de pesquisa, partimos das funções elementares da prática empreendedora e como atuam na (re)produção capitalista, por isso consideramos a noção de trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo.

Ferraz (2019) esclarece que é considerado, em termos gerais, o trabalho produtivo é aquele que produz valores de uso para si e para os outros; contudo, no modo de produção capitalista, passa a ser trabalho produtivo aquele cujo processo de trabalho que gera, além de valores de uso, valor (de troca), isto é, trabalho produtivo será aquele que produzir mais-valor. Para ser um trabalhador produtivo deve-se produzir um mais-trabalho que possibilite que o capitalista amplie seu capital ao longo do processo produtivo. Já o trabalhador improdutivo, também está envolvido na dinâmica capitalista de produção, o que envolve, por exemplo, trabalho excedente, contudo, sua atividade laboral não está diretamente envolvida com a esfera da produção, onde ocorre a geração de mais-valor; improdutivo, portanto, tem a ver com o fato de não produzir mais-valor, não com a natureza da atividade.

O trabalho reprodutivo, por sua vez, refere-se às atividades necessárias para a reprodução e sustentação da força de trabalho na sociedade. Essas atividades incluem o cuidado com os filhos, a manutenção do lar, a preparação de refeições, a limpeza, entre outras tarefas que são essenciais para a reprodução da vida e para o funcionamento da sociedade como um todo (MARX, 2013). Esse trabalho reprodutivo, apesar de ser fundamental para a reprodução da força de trabalho, não é valorizado nem reconhecido pela economia capitalista, não sendo considerado como parte do processo de produção de mais-valor. Nesse sentido, as atividades de reprodução social, como cuidar dos filhos e manter o lar, são tratadas como trabalho não remunerado e invisibilizado.

Essa invisibilidade do trabalho reprodutivo tem implicações profundas para as mulheres e para a estrutura social como um todo. O capitalismo se beneficia dessa divisão (sexual) do trabalho, quando permite que as mulheres assumam a responsabilidade pela reprodução e manutenção da força de trabalho, contribuindo para a perpetuação da exploração e da desigualdade de gênero. Além, por suposto, de rebaixar o valor da força de trabalho de toda a classe trabalhadora.

À vista disso, Ferraz e Ferraz (2021) defendem que o espírito do capitalismo se traduz no movimento de expansão do capital, “enquanto o empreendedorismo é a versão ideológica desse espírito hodiernamente, necessitando de um sistema de ideias que o coloque em movimento, dada sua efetividade com o meio para subordinação e pauperização” (FERRAZ; FERRAZ, 2021, p. 105). Em outro momento, Ferraz (2020b), situa as condições materiais em que os (as) empreendedores (as) estão postos, a partir do debate entre “oportunidade e necessidade”, e “como a ideologia atua ocultando, invertendo e naturalizando as relações de trabalho hodiernamente” (FERRAZ, 2020, p. 76).

Para Filho (2015), a ideologia da autorresponsabilidade propagada pelo empreendedorismo “priva os cidadãos de suas capacidades coletivas, eviscerando a cultura das classes trabalhadoras, ao colocar o mérito do sucesso e o peso do fracasso sobre os indivíduos isolados, e sugerindo que a solução de todos os problemas sociais requer uma nova rodada de individualização e financeirização do intercuro social” (FILHO, 2015, p. 67).

Enquanto para Carmo et al. (2021, p. 18) “o discurso do empreendedorismo isenta o Estado da responsabilidade de garantir mínimas condições de vida para os trabalhadores, colocando-os como responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso, independentemente da importância das variáveis do contexto social”. Amorim, Moda e Mevis (2021), por sua vez, debatem o empreendedorismo como forma de americanismo contemporâneo.

Sandoval (2020) argumenta que o empreendedorismo direciona a atividade humana para ações baseadas “no individualismo, racionalidade instrumental e competição – uma forma de trabalhar que é amigável ao risco, acelerada, competitiva, sempre flexível e, como consequência, muitas vezes leva ao estresse, ansiedade, exaustão e excesso de trabalho” (SANDOVAL, 2020, p. 813). Para a autora, no contexto em que vivemos, resistir à lógica empreendedora é tarefa árdua, assim como a busca por possibilidades de uma prática alternativa fora do mercado, embora seja muito importante.

Em outros estudos que examinam a prática empreendedora, Ferraz (2020a) discute como a noção de sucesso se transformou ao longo do tempo até chegar à atualizada, diretamente relacionada aos conceitos de meritocracia, empreendedorismo e neoliberalismo (FERRAZ, 2020a), enquanto Ésther (2019) explica o empreendedorismo como identidade idealizada, “cuja construção constitui uma política de identidade de caráter ideológico e fetichizado” (ÉSTHER, 2019, p. 857).

Assim como os autores supracitados, esse trabalho buscará compreender o empreendedorismo a partir de um viés crítico, através do desnudamento dos problemas vivenciados por essas mulheres-mães, quando inseridas na prática empreendedora. Nesse sentido, o grande impacto da discussão conceitual sobre o empreendedorismo de grupos vulneráveis, sobretudo de mulheres-mães, é reduzir a lacuna existente na literatura nacional de estudos que consideram as condições de vida, trabalho e renda daquelas que empreendem por necessidade dentro de seu contexto social. Além disso, pretendemos evidenciar o leque de obstáculos concernentes às particularidades econômicas, políticas e sociais dessas empreendedoras.

Para isso, este trabalho foi organizado da seguinte maneira. Após a introdução, no capítulo 2, que se refere ao referencial teórico, foi realizado primeiramente o mapeamento e a análise do estado da arte sobre o empreendedorismo feminino e como a temática vem sendo abordada na literatura e especialmente, no campo das ciências administrativas. Na sequência, realizamos a crítica à ideologia do empreendedorismo, a partir da exposição a respeito da prática empreendedora e do processo de pauperização do trabalho feminino. Posteriormente, mostramos o dilema sobre o trabalho formal e informal no Brasil e a justificativa do crescimento econômico. A seguir, centramos a discussão a partir da temática sobre o trabalho e a força de trabalho e por fim, sobre a reprodução da força de trabalho e as fontes da opressão sobre as mulheres.

No capítulo 3, trouxemos o método utilizado para nossa investigação e sua contextualização. Em seguida, descrevemos o início do campo e a busca pelas sujeitas de

pesquisa. No capítulo 4, apresentamos o *locus* de pesquisa, o coletivo investigado, as sujeitas da pesquisa e suas trajetórias laborais. No capítulo 5, apresentamos a análise das trajetórias laborais e para encerrar, no capítulo 6, apresentamos as considerações finais, limitações da pesquisa e perspectivas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo pretende contribuir para a redução da lacuna existente na literatura nacional de estudos que consideram as condições de vida, trabalho e renda daquelas que empreendem por necessidade dentro de seu contexto social, a partir da compreensão do conceito de empreendedorismo de forma mais próxima da efetiva prática no contexto de países periféricos. Para tal, o referencial teórico proposto foi dividido em quatro tópicos: o estado da arte do empreendedorismo feminino, a prática empreendedora, o dilema trabalho formal e informal no Brasil e a divisão sexual do trabalho, o trabalho reprodutivo e a opressão.

2.1 O estado da arte do empreendedorismo feminino

O processo de investigação de produções acadêmicas de determinado campo científico é importante, pois delimita o conhecimento já construído e engendra rumos para futuras discussões (GEMELLI; FRAGA; PRESTES, 2019). A partir da necessidade de entender o estado da arte e como a temática do empreendedorismo feminino vem sendo abordada na literatura e, especialmente, no campo das ciências administrativas, foi realizada uma revisão bibliométrica da literatura com o intuito de se fazer uma análise temporal do número de publicações acerca do tema e identificar como o assunto tem sido debatido, seus padrões e tendências, para assim apreender o que tem sido *mainstream* acerca do nosso objeto de investigação.

As pesquisas sobre o empreendedorismo feminino remontam à década de 1970. Ao mapear o estado da arte sobre o tema, um dos primeiros trabalhos encontrados foi o de Eleanor Schwartz (1976). Em seu artigo, a autora levantou um panorama sobre as motivações, características de personalidade e obstáculos enfrentados por mulheres que decidem empreender. A pesquisadora concluiu, à época, que as razões que conduziam as mulheres a estabelecerem seu próprio negócio eram similares às dos homens. Ademais, homens e mulheres apresentavam características empreendedoras semelhantes. Todavia, ela esclarece que as mulheres encontravam mais dificuldades que prejudicavam o sucesso do negócio, especialmente no que diz respeito às dificuldades de acesso a crédito.

Quase 50 anos depois da pesquisa de Schwartz aparentemente não houve muitas mudanças sobre a tensão entre o empreendedorismo feminino e o masculino. Por isso, nosso primeiro movimento consiste em levantar quais as principais tendências da discussão recentemente sobre esse assunto.

A revisão da literatura empreendida nesta pesquisa seguiu o processo sugerido por Souza, Silva e Carvalho (2010), e foi dividido em seis etapas, sendo elas: a identificação do tema e questão de pesquisa, o estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura, a definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos, a avaliação dos estudos incluídos, a interpretação dos resultados e por fim, a apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

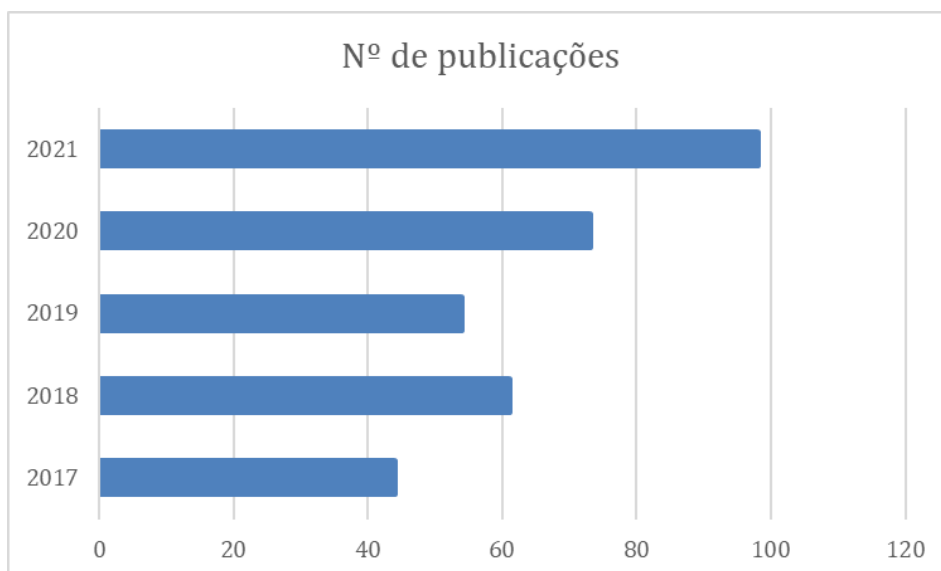
Após a definição do processo de revisão, o corpus de análise desta pesquisa que é composto pelos estudos sobre Empreendedorismo Feminino foi extraído da base de dados multidisciplinar mundial, Web of Science (WoS) – <https://www.webofscience.com/>, dos últimos cinco anos. O portal foi escolhido por possuir amplo banco de dados e pela sua relevante utilização pela comunidade acadêmica da área de Administração, mas não apenas. A amostra foi obtida através da utilização dos seguintes termos por meio do emprego de algoritmo booleano: “empreendedorismo feminino” OR “female entrepreneurship”.

A definição das informações a serem coletadas dos estudos selecionados e categorização dos estudos seguiu o seguinte parâmetro: autores, ano de publicação, resumo, abordagem (quantitativo/qualitativo) e objetivo principal da publicação dentro da temática empreendedorismo feminino. Após essas definições, foi realizada uma leitura flutuante pelos estudos (título, resumo e conclusão) e foram selecionados aqueles que condiziam com a questão investigada. Posteriormente, foram realizadas as etapas de análise das pesquisas incluídas, interpretação dos resultados e apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

A busca inicial na base Web Of Science foi realizada em maio/2022 e retornou 619 registros de estudos que abordavam a temática empreendedorismo feminino, em um período que compreende os anos de 1998 a 2022. Contudo, interessa para este estudo os anos de 2017 a 2022, isto é, o foco são as pesquisas recentes, bem como somente aquelas publicadas sob a forma de artigo, restando 378 resultados. Os resultados serão exibidos a seguir.

Na figura 1, percebe-se um aumento do número de estudos publicados sobre a temática empreendedorismo feminino, com seu ápice em 2021. Assim, podemos interpretar que a temática escolhida é atual.

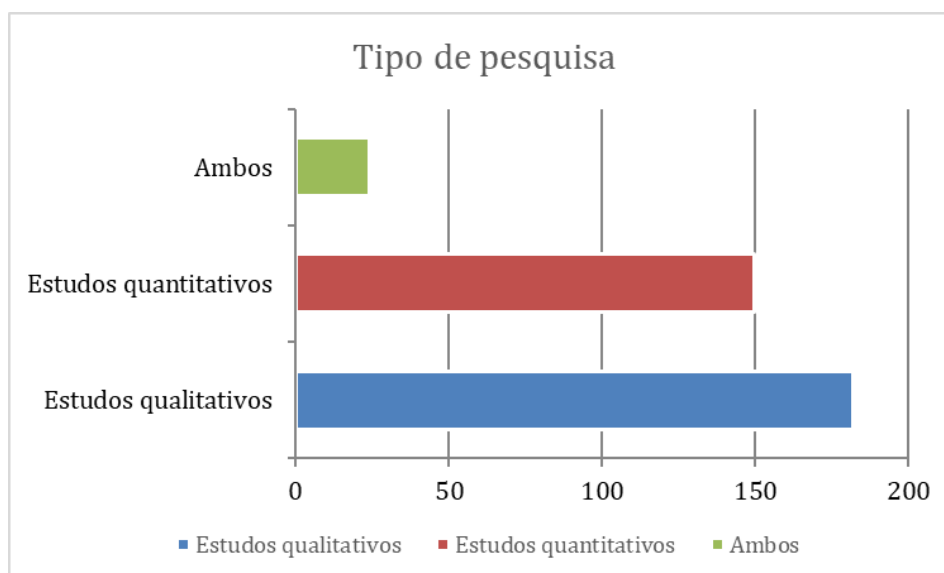
Figura 1: Evolução dos estudos sobre a temática empreendedorismo feminino



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Analisando o número de estudos sobre a temática pelo tipo da abordagem, se quantitativa ou qualitativa, há uma pequena diferença entre elas, sendo 182 estudos de caráter qualitativo, 150 de caráter quantitativo e 24 estudos que utilizaram as duas abordagens, conforme figura 2. 22 resultados não se aplicavam à temática, portanto, foram desconsiderados.

Figura 2: Distribuição dos estudos por tipos de pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao analisar o número de estudos por subtema, ou seja, o que o artigo traz como objetivo principal, percebemos que os assuntos mais pesquisados são as motivações e barreiras que

influenciam o empreendedorismo feminino, seguido outras variáveis que influenciam o empreendedorismo feminino e ou a decisão de empreender e, em terceiro lugar, questões relacionadas ao comportamento/identidade/perfil empreendedor.

Tabela 1: Distribuição dos estudos por subtema

Objetivo principal do artigo	Nº de publicações
Motivações e barreiras que influenciam o empreendedorismo feminino	90
Outras variáveis que influenciam o empreendedorismo feminino/a decisão de empreender	89
Comportamento empreendedor/identidade empreendedora/perfil da empreendedora	53
Gênero	44
Revisão da literatura	15
Desenvolvimento econômico	14
Empreendedorismo digital	12
Educação empreendedora	9
Empreendedorismo de minorias	5
Capital social	4
Fatos históricos sobre o empreendedorismo feminino	4
Empreendedorismo familiar	3
Empreendedorismo por necessidade	3
Empreendedorismo sustentável	3
Emancipação feminina	2
Corrupção x empreendedorismo	1
Definição de empreendedorismo (individual ou coletivo)	1
Empreendedorismo e pobreza	1
Empreendedoras e endividamento	1
Empreendedorismo feminino internacional	1
Empreendedorismo social	1
Inovação	1
Perspectivas empreendedoras	1

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao examinar o número de estudos por periódicos e seus respectivos países de origem, encontramos os cinco periódicos que mais publicaram pesquisas relacionadas ao empreendedorismo feminino, a saber: International Journal of Gender and Entrepreneurship, com 18 publicações, Journal Of Developmental Entrepreneurship com 15 publicações, Small Business Economics, também com 15 publicações, Gender in Management, com 12 publicações, Sustainability, também com 12 publicações e por fim, Journal Of Entrepreneurship In Emerging Economies, com 11 publicações. Todos os demais periódicos possuíam menos de 7 publicações cada.

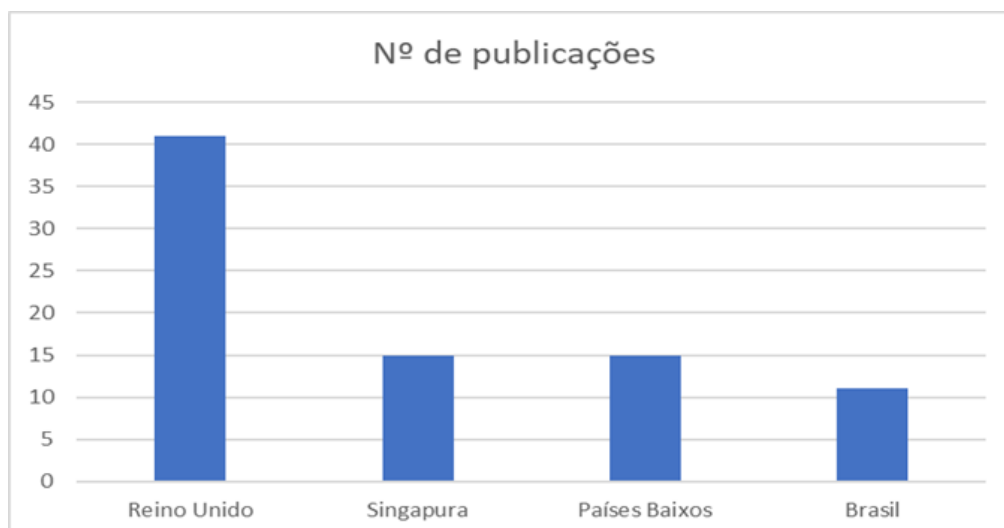
Figura 3: Distribuição de publicações por periódicos (com maior número de publicações)



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao examinar o número de estudos por país de origem do periódico, identificamos os três países que mais publicaram, a saber: Reino Unido (41 publicações), Singapura e Países Baixos (15 publicações cada). O Brasil aparece com 11 publicações.

Figura 4: Distribuição de publicações por país de origem do periódico



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Aqui vale ressaltar o número reduzido de publicações em periódicos brasileiros acerca da temática, totalizando 11 publicações ao longo dos últimos 5 anos, no portal Web of Science, sendo que apenas uma publicação adota um viés crítico ao empreendedorismo, e nenhum problematiza a questão das mulheres-mães que se inserem na prática empreendedora como meio de sobrevivência, o que justifica a relevância da pesquisa, que buscará reduzir a lacuna existente na literatura nacional de estudos sobre empreendedorismo feminino que considerem as condições de vida, trabalho e renda dessas mulheres que empreendem por necessidade dentro de seu contexto social.

Tabela 2: Distribuição de publicações por periódicos brasileiros

Nome da Revista	Nº de publicações	Área do Conhecimento
Revista De Gestão E Secretariado – GESEC	3	Gestão e Secretariado
Revista Katálýsis	2	Serviço Social
Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo	1	Turismo
Revista De Administração Mackenzie – GAM	1	Administração
Letras De Hoje – Estudos E Debates Em Linguística Literatura e Língua Portuguesa	1	Letras
Revista De Administração Contemporânea – RAC	1	Administração
Cadernos Ebape.Br	1	Administração
Revista Ciências Administrativas – RCA	1	Administração

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao buscar resultados mais recentes acerca da temática, mais precisamente dos últimos cinco anos, notamos que não há grandes mudanças no que diz respeito ao que tem sido falado sobre o empreendedorismo feminino, tendo os esforços concentrados em investigar:

- a) As motivações e as barreiras que influenciam o empreendedorismo feminino;
- b) As variáveis que influenciam o empreendedorismo feminino/a decisão de empreender;
- c) Comportamento empreendedor/identidade empreendedora/perfil da empreendedora;
- d) As questões relacionadas ao gênero.

Vale ressaltar que as categorias “motivações e barreiras que influenciam o empreendedorismo feminino” e “variáveis que influenciam o empreendedorismo feminino”, embora na aparência sejam semelhantes, foram separadas, pois a categoria referente às variáveis influenciadoras do empreendedorismo feminino vai além das motivações e barreiras, analisando outros aspectos que interferem no empreendedorismo feminino, como nível educacional (MONTERO GONZÁLEZ; CAMACHO BALLESTA, 2018), influências familiares (ZHANG; ZHOU, 2019), questões políticas (GOEL; NELSON, 2020), cooperativismo (BASTIDA et al., 2020), capital social (SALLAH; CAESAR, 2020), localização (RUGINA, 2019), dentre outros.

A principal motivação encontrada nesses estudos diz respeito ao desejo de autonomia e emancipação, por parte dessas mulheres, impulsionadas pelo desejo de se tornarem independentes (D'ANGRIA; GABARRET, 2017; MAYORGA; MORALES; CARVAJAL, 2020; OZSUNGUR, 2019), enquanto as principais barreiras se concentram na ausência de subsídios governamentais, no papel socialmente construído sobre as mulheres (inferioridade, incapacidade de gerir um negócio) (APARICIO et al., 2022), o ambiente econômico e social (AL-SALEM; SPEECE, 2017; MUHANGUZI; KYOBE, 2014) e o tipo de sistema político vigente (BRIXIOVÁ; KANGOYE; SAID, 2020).

Sobre as questões de gênero, a maioria dos estudos que trataram da temática, se limitaram a buscar apontar diferenças entre homens e mulheres por meio de dados demográficos, familiares, ocupacionais e educacionais, reforçando estereótipos. Dito de outro modo, a maior parte dos estudos buscou apresentar características inerentes aos homens e às mulheres, enquanto empreendedores(as). Poucos foram os estudos que problematizaram a temática “gênero”. Ao que tudo indica, a preocupação de muitos trabalhos esteve

frequentemente orientada à estrutura sexuada das organizações e em suas consequências para as atividades empresariais (CESARONI; PEDICONI; SENTUTI, 2018; LIM; SUH, 2019; PARGA-MONTOYA; CUEVAS-VARGAS, 2020; WU; LI, 2020), ratificando práticas discursivas que reproduzem a subordinação feminina e apresentando a noção de empreendedorismo feminino através de cenas estereotipadas, onde a mulher ainda está em uma posição periférica (SANTOS; HAUBRICH, 2018).

Ainda sobre a questão do gênero, Pickernell et al. (2017) afirmou que a diferença de gênero no trabalho por conta própria permanece, sendo a incidência de empreendedorismo e trabalho por conta própria entre os homens muito maior do que entre as mulheres (CUBERES; PRIYANKA; TEIGNIER, 2019). Para Sharma (2018) as percepções de barreiras e as intenções empreendedoras entre os gêneros variam de acordo com a mudança de cultura em nível regional. Para Gohar, Basit e Abrar Ayesha, (2018) as forças contextuais em jogo dentro das famílias têm impacto significativo nas aspirações de crescimento das mulheres empreendedoras.

Para Muñoz-Fernández, Assudani e Khayat (2019) as mesmas forças destinadas a capacitar as mulheres muitas vezes reproduzem e/ou reforçam certas normas de gênero, introduzindo novas formas de dependência. Para Tahir e Baradie (2019) alguns dos desafios identificados como impedimentos às mulheres empreendedoras incluíram dificuldades na obtenção de capital, discriminação de gênero, falta de treinamento e oportunidades de networking.

Percebemos que há um predomínio, até então, pela busca de informações que expliquem as variáveis que influenciam o empreendedorismo feminino, como nível educacional, influências familiares, comportamento empreendedor, educação empreendedora, perfil empreendedor, capital social, localização, dentre outros.

A revisão de literatura realizada até aqui revela que houve uma primazia de metodologias com abordagem qualitativa, embora a diferença no número de publicações seja muito pequena. Em outras palavras, os artigos analisados permitem afirmar que os últimos anos foram marcados por estudos, na maioria das vezes, qualitativos, que tentaram caracterizar os fatores que interferem no empreendedorismo feminino.

Ao investigar a produção sobre o “empreendedorismo feminino”, examinando e apurando o discurso científico sobre a mulher empreendedora e a partir de uma perspectiva crítica, foram avaliados os estudos publicados em periódicos brasileiros e internacionais a partir da década de 1990. Apesar da contribuição que cada estudo apresenta, com informações e dados relevantes sobre o empreendedorismo feminino, é notório que há uma limitação no que

diz respeito ao desenvolvimento teórico. A maior parte dos estudos foram de natureza qualitativa e empírica e trataram, em sua maioria, de traçar um perfil das mulheres empreendedoras, explicar as motivações e barreiras que essas mulheres encontram e expor fatores que influenciam o sucesso do empreendedorismo feminino, como acabamos de expor.

Assim, mesmo que Siqueira e Guimarães (2006) tenham intercedido acertadamente pela necessidade de estudos mais próximos à realidade sobre o empreendedorismo no Brasil, a academia vem constantemente reproduzindo o discurso astucioso do empreendedorismo, como se fosse o herói salvador da economia, embora a realidade nos mostre que se trata do aprofundamento da miséria. O relatório do GEM, mesmo sendo o estudo mais relevante sobre a prática empreendedora no mundo, também "surfa na mesma onda" da parcialidade. Mas, para o capital, é fundamental que seja assim. Assim, como afirmou Ferraz (2019, p. 174) “revelar as condições de vida e de trabalho com estudos mais realistas demandaria a exposição das contradições subjacentes à prática empreendedora”.

Posto isso, é oportuno trazer para o debate a discussão a respeito da necessidade de que sejam adotadas novas lentes para se estudar o fenômeno empreendedorismo feminino, estabelecendo novos rumos para a pesquisa, a partir de um viés crítico, que busquem desvendar aspectos relacionados aos trabalhadores precarizados; ao empreendedorismo social, às políticas de inovação voltadas aos pequenos negócios; e outros temas relacionados ao fenômeno empreendedorismo.

2.2 Prática empreendedora

Para falarmos sobre prática empreendedora, faz-se necessário, primeiramente, compreender do que se trata o empreendedorismo. A premissa do empreendedorismo é a construção de uma narrativa que se baseia na propagação de discurso motivador, que remete ao trabalhador a responsabilidade pela sua produção e autonomia. Esse discurso é pautado pelo uso da inovação, ousadia e criatividade e da não dependência do Estado ou da iniciativa privada para que ele/ela, o (a) empreendedor(a) (trabalhador/a), sem medir esforços para buscar soluções, possa por si só ser a mola propulsora de seu sucesso profissional, assim como da sociedade, através da criação de novos modelos de negócios.

Os estudos sobre empreendedorismo da forma como conhecemos hoje começam no início do século XX, como na obra de Schumpeter, “Teoria do desenvolvimento econômico” (*Die Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*), de 1911. Nesta obra, o autor, conforme citado

por Ferraz (2019, p. 62), “já mencionava o que seria um comportamento empreendedor, quais seriam seus sonhos e que o empreendedor seria o protagonista no desenvolvimento econômico, pois, para ele, empreendedorismo seria, principalmente, um comportamento desejável, um “espírito”; nesse caso, seria um espírito inventor, alguém com desejo de inovar. A predita inovação, desde esse período até os tempos atuais, é colocada como “motor do crescimento econômico, cuja função é atribuída aos empreendedores” (FERRAZ, 2019, p. 5).

Mas o empreendedorismo não poderia ser apenas inovação, considerando também envolveria o sucesso empresarial, o que fez ser dividido em oportunidade (quando apontava para inovação) e necessidade (quando se tratava de outras iniciativas). Até o ano de 2018, o empreendedorismo era classificado pelo GEM apenas nestas duas categorias, sendo os (as) empreendedores (as) por necessidade aqueles que “teriam afirmado ter iniciado o negócio por não possuírem outra opção de trabalho e renda” (GEM, 2017, p. 6). Já os empreendedores por oportunidade seriam “aqueles que afirmaram ter iniciado o negócio, principalmente motivados pela percepção de uma oportunidade no ambiente” (GEM, 2017, p. 6). É comum que esses empreendedores por oportunidade possuam trabalhadores – formalizados ou não – e que os próprios empresários também atuem em seus negócios.

No entanto, no ano de 2019, o GEM modificou a classificação sobre a motivação para empreender, conforme declarado no seguinte trecho do relatório: “Em 2019, a metodologia GEM apresenta uma inovação ao avaliar a motivação para empreender, não mais restringindo as opções de respostas às categorias “por necessidade” e “por oportunidade”, e ampliando a gama de possibilidades avaliadas” (GEM, 2019, p. 12). As novas motivações para empreender, aparecem na tabela 3.

Tabela 3: Motivações para empreender, segundo o GEM (2019)

Motivação	Taxas
Para ganhar a vida porque os empregos são escassos	88,4
Para fazer diferença no mundo	51,4
Para construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta	36,9
Para continuar uma tradição familiar	26,6

Fonte: GEM Brasil 2019, p. 12

Apesar da “nova” classificação, nota-se que a categoria que substituiu o motivo “empreendedorismo por necessidade” por “para ganhar a vida porque os empregos são escassos” se traduz em necessidade. Ou seja, as condições concretas de vida não melhoram,

apenas o relatório tornou a apresentação mais branda. Esses “empreendedores” costumam ser o que parte da academia e o governo consideram conta-própria, que para o IBGE (2018, s/p)⁵ se trata da “pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado”.

Há ainda que se questionar: o que realmente significa oportunidade? Pois o que o quadro acima relata é que a maioria dos empreendedores no Brasil são empreendedores precarizados, são classe trabalhadora e responderam que empreendem “para ganhar a vida porque os empregos são escassos”. Para além disso, é importante observar que a divisão entre oportunidade e necessidade é baseada nas respostas dos entrevistados, ou seja, na fala deles, e não nas condições reais em que atuam na produção da vida. Nesse sentido, a estrutura sobre a qual foi edificada a ideia de necessidade e de oportunidade não pode ser aceita como representação concreta da realidade, embora isso tenha um propósito, pois à medida em que se cria um ambiente de “oportunidade”, ainda que seja somente no discurso e não na concretude da vida, o predito espírito empreendedor é reforçado. (FERRAZ, 2021).

Ainda, quando falamos em empreendedorismo e na relação entre oportunidade e necessidade, percebemos que, geralmente, os pequenos negócios (formais ou informais) – que fazem parte da maior parte de empresas no Brasil – não conseguem ser rentáveis. Todo o funcionamento do negócio só é suficiente para remunerar baixos salários (quando é possível ter algum empregado) e retirar uma pequena parcela de remuneração para o proprietário. Não é possível acumular capital, o que tornaria possível o crescimento do negócio. Portanto, não é possível falar em empreendedorismo quando o que se percebe é que negócios como esses são meio de sobrevivência de uma grande fatia da classe trabalhadora (FERRAZ, 2020b).

Sendo assim, o principal motivo para empreender e para a escolha do negócio, quando o assunto é “para ganhar a vida porque os empregos são escassos”, dito de outro modo, para sobreviver, estão mais relacionados ao que é possível fazer sem capital, que dispense conhecimentos especializados e que tenha um público nas redondezas para consumir. Ou seja, como temos visto, o motivo real seria: “a necessidade de continuar vivo, não conseguir vender a força de trabalho e não saber realizar outra atividade” (2019, p. 171).

Retomando ao cerne da questão sobre a prática empreendedora, que no Brasil, se realiza como empreendedorismo precarizado, sendo as MPE⁶ realizadoras, em sua maior parte, de

⁵ Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnicas.shtm

⁶ Micro e pequenas empresas

trabalho improdutivo, ou seja, aquele que não produz mais-valor, Ferraz esclarece que ela cumpre duas funções principais:

i) Como força produtiva para geração das inovações que o capital necessita para continuar se reproduzindo. Eis o papel das startups, das políticas públicas de fomento à ciência e de todo o arsenal ideológico sobre a formação de um espírito empreendedor schumpeteriano; ii) Na esfera da circulação para redução dos custos fortuitos de realização do mais-valor, mediante o trabalho improdutivo, que, além disso, na reprodução da força de trabalho, pois pauperiza os indivíduos com o rebaixamento do valor da venda da sua força de trabalho (FERRAZ, 2019, p. 160).

Nesse sentido, é necessário ter um olhar diligente e crítico sobre a narrativa construída ao longo dos últimos 30 anos, que coloca os empreendedores como figuras heroicas, que assumem riscos, são criativos, inovadores e caçadores de oportunidades (CAMPOS; SOEIRO, 2016), quando na verdade, estamos diante de um “importante desdobramento do desenvolvimento das forças produtivas que reorganiza produção, distribuição, troca e consumo visando elevar as taxas de extração de mais-valor; seja por meio da inovação, na busca pelo lucro extraordinário intracapitalistas; seja por meio do empreendedorismo precarizado” (FERRAZ, 2019, p. 5) – que “tanto contribui com a aceleração do ciclo do capital quanto rebaixa o preço da força de trabalho, intensificando a pauperização da classe trabalhadora” (FERRAZ, 2019, p. 5).

Para Antunes (2018), a ideologia do empreendedorismo sustenta que seria possível superar o desemprego, em uma sociedade que não é capaz sequer de manter o trabalho formal digno e com direitos preservados. Tal ideologia cumpre uma função social, muitas vezes atrelada ao sentido do espírito empreendedor como “herói global, que representa o estágio máximo que qualquer mortal que se esforçar muito poderá atingir um dia” (FERRAZ, 2019). No entanto, há uma ocultação do sentido real do empreendedorismo e uma inversão do sentido de relações de trabalho, conforme esclarecido por Ferraz (2019),

A figura do herói global ajuda na manutenção do sistema, visto que, dada sua condição de pauperização, grande parte da população passa a vida vislumbrando dias melhores, de maneira que é importante que todo o aparato ideológico do capital reforce tanto o status da atividade empreendedora como possibilidade de mobilidade social, assim como sua chance de alcançá-lo. Contudo, mobilidade social não altera em nada a relação de exploração, consiste tão somente no atendimento de necessidades contingentes e em alguns casos numa cesta de consumo maior e/ou de melhor qualidade (FERRAZ, 2019, p. 68).

Essas figuras heroicas encontram no governo e no mercado o aporte necessário para manterem a ideologia empreendedora (FERRAZ, 2019), através de programas para liberação de microcrédito, da educação empreendedora cada vez mais cedo e do estímulo à competitividade de todos contra todos. O governo e a iniciativa privada nutrem a ideia de

independência e autonomia supostamente promovidas pelo empreendedorismo e se beneficiam da crença incutida no/a trabalhador/a, de realização de seus sonhos através de seu próprio negócio, ideia essa estrategicamente difundida pelos detentores do capital e das relações de produção e de poder na sociedade. O cenário posto é de que todos podem e devem empreender, pois só não consegue sucesso os que não se esforçam o suficiente (ANDRADE, 2019).

A prática empreendedora, que já se instaurava no Brasil junto com o capitalismo e que aqui encontrou espaço para se consolidar através das condições em que as relações capitalistas se desenvolveram (FERRAZ; FERRAZ, 2021), tem se tornado, gradualmente, uma realidade dada para a classe trabalhadora, que, “segundo os ideólogos do capital, devem empreender, pois é bom para a economia, ainda que não haja evidências que a prática empreendedora melhore a vida da classe trabalhadora⁷; no máximo, ela poderia melhorar sua cesta de consumo individual” (FERRAZ, 2019, p. 159). O que se nota, segundo Ferraz (2019, p. 160), é que “tal prática, na verdade, aprofunda a situação de desigualdade já existente em cada região”.

Nessa fatia de micro e pequenos empresários inseridos na prática empreendedora e que através de seu trabalho conseguem obter apenas o suficiente para sua sobrevivência, estão as mulheres. Os processos de desregulamentação do trabalho empurram as mulheres para a realização de trabalhos ultra precários e desnudam as formas vulneráveis a que elas estão submetidas. Quando pensamos na construção do conceito de empreendedorismo como narrativa para a idealização dessa trabalhadora (guerreira) e como instrumento de precarização do seu trabalho, devemos entender que essa é a maneira com que o capital perscruta o sentido dado a um conjunto de processos de reestruturação estatal e produtiva, que traz tantas consequências nocivas para as condições de vida dos que vivem do trabalho, especialmente para as mulheres. Sobre esse processo de pauperização do trabalho feminino, falaremos a seguir.

2.2.1 O processo de pauperização do trabalho feminino

A partir da Revolução Industrial e, mais adiante, com o advento da maquinaria, ocorre um momento importante no que diz respeito à absorção das mulheres à produção. À medida que torna dispensável o uso da força bruta, a maquinaria possibilita uma maior absorção de mulheres (e crianças) pelo capital. Nesse contexto, há uma crescente inserção feminina na

⁷ Em todos os anos de relatórios do GEM, nunca houve nenhum registro de relação entre a prática empreendedora e a redução das desigualdades

esfera da produção e muitos trabalhos passaram a ser realizados por mulheres, ainda que tal inserção não tenha sido contínua e oscilasse ao longo do século XX diante das crises do capital. Assim, a Revolução Industrial determinou um momento de inserção massiva de mulheres na produção e também de precarização (SAFFIOTI, 1973), visto que a força de trabalho masculina era muitas vezes trocada por força de trabalho feminino, mas em piores condições de remuneração⁸.

É importante destacar que essa elevação da participação das mulheres na produção foi pautada pela luta por participação na produção e independência econômica. Mas é igualmente importante ser assimilado que a baixa participação em determinados momentos ou setores não se dava por inabilidades inferiores do ser mulher, conforme esclarecido por Souza (2020),

Para o capital, a naturalização da suposta inferior capacidade das mulheres (física, intelectual e emocional) e, portanto, do seu dever com o lar, e o seu ‘não dever’ com a produção, bem como a sua posição de mera ajudante quando assume trabalhos na esfera produtiva servem, por um lado, para uma capacidade de manobra da mão-de-obra feminina, ou seja, capacidade de mobilizar a força de trabalho da mulher quando assim for de interesse do capital (SOUZA, 2020, p. 64).

A entrada das mulheres na esfera da produção foi acompanhada por uma série de desigualdades e condições precárias. Às mulheres eram geralmente destinadas funções consideradas menos qualificadas e menos remuneradas em comparação com os homens. Elas eram direcionadas para trabalhos repetitivos e monótonos, muitas vezes ligados à linha de produção, e recebiam salários inferiores. Dito de outro modo, em todo o mundo, a intensificação do ingresso das mulheres na esfera produtiva não foi acompanhada de uma melhoria nas condições de trabalho e ainda era presente a distinção salarial em relação aos homens,

No que diz respeito aos menores salários, a mulher também se encontra predominante, quando comparada aos homens. Ambos, homens e mulheres, nos mesmos setores de atividades, concentram-se em faixas distintas de salários, apontando uma acentuada desigualdade em relação aos valores médios pagos para os trabalhos realizados conforme o sexo (NOGUEIRA, 2004, p. 4).

Além disso, as mulheres enfrentavam longas jornadas de trabalho, muitas vezes superiores a 12 horas diárias, e condições de trabalho insalubres. A falta de regulamentação

⁸ Na Idade Média, a mulher do povo, que a sociedade esmaga, deve contentar-se com um salário extremamente baixo. As corporações opõem-se ao trabalho feminino, esforçam-se por suprimir uma concorrência perigosa, que julgam desleal. Algumas obrigam as mulheres a aderir, interditando-lhes, porém, o acesso à mestria. Outras lhes fecham as portas alegando o caráter muito penoso de suas tarefas. Disto resulta que as mulheres excluídas das corporações, são submetidas as duras condições e aos baixos salários do trabalho a domicílio. A revolução industrial do século XVIII faz entrar na produção um número crescente de mulheres; mas, ao mesmo tempo, as novas máquinas suprimem os trabalhos à mão, tais como a fiação e a tecelagem, tornando a concorrência mais acirrada e o desemprego mais frequente, baixando o preço da mão-de-obra feminina (SAFFIOTI, 1973, p. 133), adaptado de Freville (1951, pp. 13-69).

adequada e a ausência de direitos trabalhistas básicos contribuía para a exploração da classe trabalhadora em sentido amplo, mas ainda mais severas para as mulheres trabalhadoras. Elas também eram expostas a riscos à saúde, como exposição a produtos químicos nocivos e falta de proteção em caso de acidentes de trabalho.

A maneira como a força de trabalho feminina é absorvida pelos setores produtivos, segundo Nogueira (2004), se modifica de acordo com a variação das necessidades do capital, conforme demonstrado em seu estudo denominado “a feminização no mundo do trabalho”. Assim sendo, não são as diferenças biológicas entre ser homem e ser mulher que determinaram a atuação ou não das mulheres na produção (NOGUEIRA, 2004). Há registros que comprovam que, em períodos de guerra, por exemplo, o número de mulheres consideradas economicamente ativas sempre aumentava, conforme aludido por Saffioti (2015). A autora ainda levantou a seguinte questão: por que as mulheres têm capacidade de trabalhar, de muitas vezes realizar funções ditas “masculinas” ao substituir homens que vão para guerra, mas não seriam capazes quando a guerra acaba? (SAFFIOTI, 2013, p. 137).

Nesse sentido, apreendemos que “são as conjunturas extremamente variáveis da economia capitalista que comandam, pela mediação das ideologias, a participação das mulheres nas atividades econômicas” (SAFFIOTI, 2013, p. 138).

Sendo o patriarcado e o capitalismo, rigorosamente, um só sistema de exploração de homens por outros homens, de mulheres por homens, de mulheres por outras mulheres e de homens por mulheres, predominando, porém, a dominação masculina sobre a mulher, a participação feminina na força de trabalho total será sempre desigual, se comparada à masculina. (...) E é desta forma que, pela via da subordinação da mulher ao homem e pela alocação prioritária da mulher aos aparelhos de reprodução, o patriarcado-capitalismo garante, simultaneamente, a reprodução da família trabalhadora e explora em grau mais intenso a força de trabalho feminina, quando dela necessita e nas proporções em que dela precisa (SAFFIOTI, 1985, p. 137).

Quando voltamos nossas atenções para o processo de reestruturação produtiva no Brasil e a participação das mulheres na esfera da produção, percebemos que diferentemente do que ocorreu na maior parte do mundo (na década de 1970), o fenômeno se manifestou tardiamente, somente na década de 1990. Segundo os dados levantados por Nogueira (2004),

No período de 81 a 98 ocorreu um constante crescimento da população economicamente ativa feminina (PEA), chegando a alcançar 111,5% de aumento, aumento esse muito mais acentuado que o masculino. A proporção do aumento de mulheres em relação aos trabalhadores é nítida, salta de 31,3%, em 1981, para 40,6%, em 1998. Nesta mesma época, o contrário ocorreu com os homens, que recuam de 68,7%, em 1981, para 59,3%, em 1998 (NOGUEIRA, 2004, p. 3).

A despeito de ter ocorrido uma elevação da presença da mulher nos espaços formal e informal do mercado de trabalho brasileiro, esse processo, assim como na maior parte do

mundo, foi marcado por ocupação de postos precários e vulneráveis, como já dito anteriormente, e ainda por reforçar a disparidade existente, por exemplo, em relação às questões salariais e ocupação de cargos entre homens e mulheres no mercado de trabalho e que ainda hoje segue sendo realidade.

Todo esse processo de precarização do trabalho feminino guarda relação direta com a divisão sexual do trabalho no sistema capitalista, que perpetua a opressão às mulheres. Apesar do número expressivo de mulheres inseridas na esfera produtiva, a responsabilidade pela esfera privada (doméstica) designada a elas por meio da divisão sexual do trabalho não tem se modificado. As mulheres continuaram com a obrigação de realizar as tarefas relacionadas à manutenção do lar e aos cuidados dos familiares (SAFFIOTI, 2001). Nesse sentido, apesar de ter sido cooptada pelo capital para ir à fábrica, “a mulher não foi liberta da escravidão do trabalho doméstico” (TOLEDO, 2003, p. 39).

Nesse sentido, a naturalização e a banalização da responsabilização da mulher pelas atividades de reprodução e a consequente geração de uma relação de opressão torna ainda mais evidente a exploração da força de trabalho feminina e sua pauperização enquanto inserida na esfera produtiva. Neste contexto, o trabalho doméstico realizado pela mulher não sendo reconhecido socialmente por seu valor mercantil, é visto como improdutivo e, portanto, sem nenhum valor aos olhos do capital:

A importância da atividade econômica realizada pelos maiores setores da população feminina, sob esta forma específica de reconstituição da força de trabalho, é imensa. Destacamos que, se a classe trabalhadora não descansasse sobre esta vasta base feminina que se ocupa da elaboração dos alimentos, da roupa, em um mundo onde não existem os serviços indispensáveis para uma reconstituição coletiva da força de trabalho, as horas de lucro das classes dominantes seriam menores. Até se pode dizer que o trabalho feminino no lar se expressa por meio da força de trabalho masculina na criação do lucro” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1976, p. 183).

Muitas vezes, as mulheres precisam conciliar o trabalho fora de casa e o doméstico e, não obtendo sucesso nessa empreitada, “escolhem” atividades laborais mais compatíveis com as exigências da família (SORJ; FONTES, 2009), como se fosse natural o fardo feminino em relação ao cuidado doméstico. Dessa necessidade, surgem os trabalhos informais, que tendem a ser mais “flexíveis” e acessíveis à mão-de-obra feminina, afinal, essas mulheres, muitas delas chefes de família, precisam reproduzir sua força de trabalho e também da sua prole.

Eis que surge o empreendedorismo feminino como solução para um problema que parece ser fatalista, mas que ao invés disso, como estamos buscando investigar, decorre da relação inerente entre gênero e classe no capitalismo, e que longe do “empoderamento” aludido,

assevera a condição de exploração e reforça o processo de pauperização do trabalho feminino, em particular, e da classe trabalhadora em geral.

Essa relação entre falta de oportunidades de trabalho digno para essas mulheres e o empreendedorismo não constitui nenhuma novidade. Essa realidade desvela as desigualdades de gênero que permeiam os âmbitos social e cultural, de maneira a evidenciar as desigualdades de oportunidades no mundo do trabalho, onde as mulheres ocupam cargos pouco qualificados, de menor prestígio, se submetendo a trabalhos precários, às disparidades salariais e à impossibilidade de qualificação, e mais ainda, se submetendo à informalidade e ao empreendedorismo precarizado, através da prática empreendedora.

A prática empreendedora corresponde a um importante desdobramento do desenvolvimento das forças produtivas que reorganiza produção, distribuição, troca e consumo visando elevar as taxas de extração de mais-valor; seja por meio da inovação, na busca pelo lucro extraordinário intracapitalistas; seja por meio do empreendedorismo precarizado, que tanto contribui com a aceleração do ciclo do capital quanto rebaixa o preço da força de trabalho, intensificando a pauperização da classe trabalhadora (FERRAZ, 2019, p.7) .

É importante destacar que o incentivo ao empreendedorismo e toda a construção ideológica que lhe é própria, não apenas precariza as condições de trabalho e vida dessas mulheres, como também cumpre um papel na aceitação pela classe trabalhadora da ideia de que a culpa pelo desemprego é sua (FERRAZ, 2016), e, mais ainda, de que cada um (a) é responsável por alcançar uma vida melhor. Essas noções deturpadas incentivam o trabalho sem sociabilidade, desprovido do convívio social e coletivo (ANTUNES, 2018), “reforçando a formação de uma subjetividade individualista, que isenta o Estado quando o exime da responsabilidade pela empregabilidade” (FERRAZ, 2019, p. 113).

Posto isso, percebemos que a prática empreendedora exerce uma função dupla e paradoxal na sociedade atual. Se por um lado, na aparência, se apresenta como saída para a sobrevivência, devido aos altos níveis de desemprego decorrentes da reprodução capitalista; por outro, revela-se como uma atividade que impulsiona o contexto de pauperização.

2.3 Trabalho formal versus Trabalho informal e a justificativa do crescimento econômico

No presente trabalho, buscamos compreender as especificidades do trabalho (produtivo, improdutivo e reprodutivo) e do processo de trabalho. Nesse sentido, é necessário que agora façamos a apreensão das categorias trabalho formal e informal, para que depois possamos analisar as particularidades da prática empreendedora.

O trabalho formal é caracterizado por empregos regulares e reconhecidos perante o Estado, onde há um contrato formal entre o empregador e o funcionário. Esses empregos costumam seguir as leis trabalhistas e oferecer benefícios e proteções aos trabalhadores, como salário mínimo, férias remuneradas, licenças médicas, seguro-desemprego, contribuição para a previdência social, entre outros. Além disso, as relações de trabalho no setor formal são geralmente estruturadas, hierárquicas e têm uma supervisão adequada.

Por outro lado, o trabalho informal refere-se a atividades de trabalho que não estão oficialmente regulamentadas e não são protegidas pelas leis trabalhistas. Esses trabalhos geralmente envolvem ausência de contrato formal, de segurança no emprego e de direitos trabalhistas. O trabalho informal pode incluir atividades autônomas, trabalho por conta própria, trabalho temporário, subemprego ou empregos em setores não regulamentados, como a economia informal. Os trabalhadores informais muitas vezes não têm acesso a benefícios sociais, como previdência social e seguro de saúde, e estão mais expostos à exploração, baixos salários e condições de trabalho precárias.

Dito de outro modo, um dos critérios para tipificação de “formal ou informal” se dá através do registro na carteira de trabalho, o que torna a relação entre empregado e empregador formalizada e regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujo objetivo está na garantia de proteção ao trabalhador (parte mais frágil da relação mais representativa do capitalismo: a relação capital-trabalho) (FERRAZ, 2021). Nesse sentido, Ferraz esclarece,

Formal ou informal, assim, corresponde à forma como o contrato entre capitalista e trabalhador é estabelecido. Se a compra e venda da força de trabalho possui um registro com fins legais para atender as normas jurídicas do país, ele é formal; se não, ele é informal. Contudo, mesmo esse limite encontra-se tencionado pelas transformações das relações entre capital e trabalho mediadas pelo Estado. Assim, na medida em que a informalidade é ensejada, a relação de troca mercantil da força de trabalho permanece; de um modo geral, há perda de direitos de um grupo em relação ao outro, e, nesse caso, consolida-se a precarização das relações trabalhistas (FERRAZ; FERRAZ, 2021, p. 149).

A compreensão desses limites da formalidade da venda da força de trabalho é importante enquanto uma necessidade da classe trabalhadora, em seu propósito de melhoria de suas condições de vida. “Os direitos são, portanto, concessões do capital frente à luta de classes”, em contrapartida, “o direito (do trabalho, inclusive) também é uma forma ideológica de manutenção do modo de produção capitalista” (FERRAZ, 2021, p. 149, apud Mascaro, 2016; Sartori, 2016) sendo, portanto, permeado por contradições.

Diferente do se imagina, as relações formalizadas de trabalho são a exceção e não a regra, pois costumam se concentrar em regiões e períodos específicos, enquanto as relações informais de trabalho são a lógica do modo capitalista de produção e foram reforçadas,

principalmente, pelas transformações engendradas pelo processo de reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo enquanto sistema econômico, em meados dos anos 1970. Nesse contexto, surgiram mudanças na lógica do desenvolvimento capitalista que incidiram no contexto laboral, resultando na flexibilização do trabalho na cadeia produtiva e na informalidade.

Portanto, entendemos que o trabalho informal sempre esteve presente no contexto laboral, assim como ratificado por Tavares (2004), “o trabalho informal não é um fenômeno novo no mundo do trabalho, especialmente no Brasil, onde a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho são problemas histórico-estruturais” (TAVARES, 2004, p. 49).

Ao longo do tempo, o trabalho informal foi adquirindo novas formas e designações, como por exemplo, no caso da terceirização, e mais recentemente, uberização⁹. Para Tavares (2020, s/p), “o trabalho informal deixou de ser trabalho apenas realizado por pobres, porque, sob denominações glamourosas, foi incorporado também por desempregados da classe média”. Para ela, “esses novos sujeitos, nutrem a ilusão de terem autonomia e independência. Não sabem eles que não há independência no capitalismo nem para os verdadeiros capitalistas. Todas as atividades econômicas, umas mais, outras menos, estão submetidas às regras do mercado”. Ainda sobre a expansão da informalidade, ela afirma que “os empreendedores tendem a se imaginar embriões de capitalistas” (TAVARES, 2020, s/p). Nesse sentido, o trabalho informal assume, historicamente, aspectos contrários, para satisfazer os interesses do capitalismo.

Quando o capitalismo partilhava a ideia de que a sua organização produtiva, regulada pelo livre mercado, se expandiria de forma equilibrada, homogênea e amplamente integradora, o “setor informal” era visto como sinônimo de atraso. Assim, o desenvolvimento do capital acabaria por eliminá-lo. Mas quando a mesma economia de livre mercado se revela incapaz da integração prometida, o “setor informal” é reivindicado, não porque o seu desempenho contribua de algum modo com a acumulação capitalista, mas como uma ação complementar à proteção social (TAVARES, 2002, p. 51).

O trabalho informal vem sendo paulatinamente incorporado pelo mercado, visto que no atual contexto, o trabalho formal e informal existem, de maneira simultânea, na mesma unidade produtiva e é uma forma eficaz para rebaixar o valor da força de trabalho da classe trabalhadora. A partir de políticas cada vez mais flexibilizadoras, que desvelam o oportunismo liberal, o

⁹ “[...] a uberização do trabalho representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva. A subsunção virtual do trabalho ao capital indica que o trabalhador está subordinado na relação de trabalho sob os moldes da uberização, ainda que a aparência imediata seja de autonomia e liberdade sobre a forma produtiva” (FRANCO; FERRAZ, 2019). O número de pessoas trabalhando de forma “uberizada” vem crescendo (DRUCK, 2021), seduzidos pela ideologia empreendedora que prega flexibilidade e ausência de patrão, mas que se traduz em jornadas de trabalho nocivas e remunerações insuficientes para a reprodução da força de trabalho.

trabalho formal, com as características que conhecemos, tende a se tornar cada vez menor. Nesse sentido, a força de trabalho tem que se sujeitar à oferta e procura, conforme elucidado por Tavares (2002),

Na medida em que o aumento da produtividade e a desregulamentação das relações de trabalho contribuem para a disponibilidade crescente da força de trabalho à procura de emprego e para fragilizar as negociações coletivas, o trabalho formal, estável, em tempo integral e socialmente protegido tende a ser uma categoria do passado (TAVARES, 2002, p. 51).

O trabalho informal não se restringe às atividades de estrita sobrevivência, pois está presente em todas as esferas e contribui para situações que ofuscam as fronteiras entre atividade industrial e serviços, entre trabalho produtivo e improdutivo, entre trabalho formal e informal, e ainda, entre emprego e desemprego.

Assim sendo, neste contexto de novas formas de experienciar a atividade laboral é imprescindível demonstrar que “a simples rearrumação das formas não só não alteram o conteúdo da relação capital, como preservam e intensificam a exploração do trabalho. Em outros termos, independente da organização do trabalho, permanece inalterada a lei do valor” (TAVARES, 2004, p. 56). Dessa maneira, o que se apresenta é um cenário marcado pelo desassalariamento e pela precarização.

Seguindo essa lógica, poderiam, portanto, justificar a prática empreendedora como um meio de proporcionar o crescimento econômico, pois, possibilitaria a sobrevivência dos milhares de brasileiros/as desempregados/as, entre esses, as mulheres com filhos/as, visto que não haveria empregos para todos.

Ferraz (2021, p. 149) esclarece que “falar em crescimento econômico no capitalismo é falar em acumulação e expansão do capital, e não de sobrevivência humana”. A partir de Marx, a autora elucida que “no final das contas, o crescimento da produção capitalista em sua antítese, se torna um empecilho para sua própria expansão, o que atesta seus limites enquanto modo de reproduzir a vida” (FERRAZ, 2021, p. 149).

Posto isso, Ferraz explica que o crescimento econômico “apresenta-se como a aparência do que seria a expansão da produção para formação da riqueza nacional, pois na sociabilidade capitalista esta não se relaciona com melhores condições de vida e de trabalho, tampouco com a primazia de produção de valores de uso” (FERRAZ, 2021, p. 150) e que, mesmo que a “perspectiva fosse de uma distribuição dessa produção, também não modificaria a exploração de alguns indivíduos sobre outros” (FERRAZ, 2021, p. 150). Desta forma,

desmistificando a hipótese de que a prática empreendedora contribui com o crescimento econômico não há evidência de que ela aumente o PIB, apenas que o trabalho realizado por esse contingente da classe trabalhadora obviamente representa

uma parte do produto interno bruto nacional, ao menos nos países em que predomina a subsunção formal do trabalho, considerando a composição orgânica do capital e o baixo custo da mercadoria força de trabalho, como é o caso do Brasil (FERRAZ, 2021, p. 151).

Sendo assim, temos que o crescimento econômico (ou em outras palavras, a manutenção das taxas de lucro) tem menos a ver com crescimento da riqueza social e mais com o aumento da exploração humana e da natureza.

Na sequência, iremos discutir como o processo de exploração ocorre a partir das categorias trabalho e força de trabalho.

2.4.1 O trabalho e a força de trabalho

O trabalho é inerente à natureza humana, pois busca modificar o ambiente de acordo com as necessidades fundamentais dos indivíduos. No entanto, os capitalistas distorceram essa ordem essencial, passando a encarar o trabalho apenas como uma maneira de maximizar o valor da mercadoria (MARX, 2013).

Após apresentar as camadas mais aparentes do fenômeno investigado, passando, ao longo da revisão, por fatos e evidências que atestam o universo em que a prática empreendedora das mulheres, ou apenas, empreendedorismo feminino, discutiremos a seguir sua base ontológica, ou seja, a gênese do processo da pauperização da classe trabalhadora na sociedade capitalista. No presente trabalho, buscaremos entender sobre a força de trabalho feminina e seu processo de pauperização. Para isso, é necessário compreender, primeiramente, sobre as características do trabalho (produtivo, improdutivo e reprodutivo) e o processo de trabalho na sociabilidade do Capital.

O trabalho, como uma ação exclusivamente humana, sobretudo como ato constituinte da nossa humanização, consiste em um processo no qual o ser humano, conscientemente, age a partir de sua própria substancialidade, para transformar a natureza, aspirando suprir suas próprias necessidades (MARX, 2013). Portanto, através do trabalho, o ser humano age sobre a natureza com o objetivo de modificá-la a fim de atender suas necessidades, transformando também a si mesmo.

Ao falarmos sobre o processo de trabalho, independentemente de sua forma histórica e social, sob a ótica do seu resultado, os meios e os objetos de trabalho apresentam-se como meios de produção, e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo. Ou seja, o processo de trabalho, em sua essência, representa a condição universal e a categoria fundamental da

sociabilidade humana. Trata-se de uma atividade direcionada a um propósito específico: a apropriação e transformação da natureza com o objetivo de suprir as necessidades humanas por meio da produção de bens úteis. Dentro dessa perspectiva, o trabalho produtivo é aquele que cria valores de uso (MARX, 2013).

No entanto, a partir de uma perspectiva capitalista, a produção de valores de uso não ocorre somente no processo simples de trabalho, com o objetivo de atender necessidades humanas específicas. Considerando o contexto do processo de produção capitalista, a finalidade não se limita apenas à produção de valores de uso, mas sim à produção de valores de uso que possuam valor de troca, ou seja, a produção de mercadorias.

Para Marx (2013) a mercadoria é um objeto que, por meio de suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas, sejam elas de natureza fisiológica ou não. Sobre a mercadoria força de trabalho, o autor esclarece que para que a mercadoria chamada força de trabalho seja encontrada no mercado, é necessário que seja vendida pelo próprio indivíduo que a possui. A força de trabalho refere-se às capacidades físicas e mentais materializadas no corpo humano. Portanto, a condição para colocá-la à venda no mercado é que seu possuidor seja livre proprietário dessas capacidades. Além disso, a venda da força de trabalho deve ser realizada por um período determinado de tempo, pois se a vende por todo o tempo, estaria vendendo não apenas a sua força de trabalho, mas a si mesmo. Nesse sentido, a relação deixaria de ser uma simples compra e venda da força de trabalho e se converteria em uma forma de escravidão (MARX, 2013).

Nesse sentido, apreendemos que aquele ou aquela que possui a força de trabalho deve tão somente possuí-la, e não possuir os meios fundamentais para a produção das outras mercadorias necessárias para manter-se vivo e, ao mesmo tempo, produzir a sua mercadoria: força de trabalho. Para além disso, “no processo capitalista de produção, o processo de trabalho só se manifesta como meio; o processo de valorização ou a produção de mais-valia, como fim” (MARX, 1978. p. 32). Ou seja, o produto do processo de produção capitalista não é simplesmente a mercadoria, mas sim o mais-valor, tornando assim o trabalho um elemento gerador de valor, e não meramente atividade produtiva com uma utilidade específica. Sobre essas diferenças, Souza explicou, a partir de Marx:

No processo simples de trabalho, portanto, os trabalhadores consomem os meios de trabalho para atuar na transformação dos objetos de trabalho na forma de produto orientado a uma finalidade; no processo de valorização, por outro lado, são os meios de produção que aparecem como meios de absorver a maior quantidade possível de trabalho. Importante destacar que estes constituem aspectos de um mesmo processo, ou seja, no processo de produção capitalista, vemos uma unidade entre processo de trabalho e processo de valorização. Enquanto o movimento do processo de trabalho é considerado de forma qualitativa, ou seja, consiste no trabalho útil, que produz

valores de uso, o processo de valorização está relacionado ao aspecto quantitativo, no processo de formação de valor (SOUZA, 2020, p. 27 apud MARX 1867/2013).

Notemos, portanto, que a produção de mais-valor acontece por meio da exploração da força de trabalho, através da apropriação de um trabalho não pago.

O objetivo do possuidor de dinheiro é que cada produto possua o máximo possível de trabalho não pago, uma vez que o fim último se torna a produção de mais-valor. Portanto, no processo de produção capitalista, o qual é a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização, o fim se torna a produção não apenas de valores de uso “mas de uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor. É nesse sentido que nem todo trabalho produtor de valores de uso é para o capital um trabalho produtivo (SOUZA, 2020, p. 30).

Quanto mais trabalho não pago em um produto, melhor para o capitalista, pois através desse processo de exploração da força de trabalho, o mais-valor se concretiza e, portanto, o trabalho é tido como produtivo. Assim,

independentemente de sua natureza, ou se o efeito útil produzido se manifesta materialmente em um produto, ou imaterialmente em um serviço, um trabalho se configura como trabalho produtivo na produção capitalista na medida em que produz mais-valor ou serve à autovalorização do capital, e como trabalho improdutivo na medida em que não produz mais-valor, ainda que esteja vinculado com o processo de produção capitalista em sua totalidade (SOUZA, 2020, p. 36).

Sendo assim, ser considerado produtivo ou improdutivo não diz respeito à natureza do trabalho, mas em como este é consumido no modo de produção capitalista, se produtiva ou improdutivamente. Em contrapartida, o trabalho é considerado improdutivo quando não produz mais-valor. Portanto, o trabalhador ou trabalhadora pode trabalhar na mesma proporção que outro (a), mas o conteúdo de seu trabalho não cria valor aos olhos do capitalista.

Dentre todas as mercadorias produzidas e disponíveis no mercado, há uma que assume função fundamental no modo de produção: a mercadoria força de trabalho, pois, de acordo com Souza (2020, p. 40), “seu valor de uso possui a característica única de ser fonte de valor, ou seja, seu próprio consumo é objetivação de trabalho e criação de valor”.

A força de trabalho está relacionada às capacidades físicas e mentais do indivíduo, e, seu valor “é determinado pelo tempo necessário para a produção dos meios de subsistência necessários à produção e reprodução da força de trabalho” (SOUZA, 2020, p. 40). Por meios de subsistência, entendemos como tudo o que é fundamental para a produção e reprodução da força de trabalho, desde necessidades básicas até necessidades específicas, como de formação e treinamento. Sendo assim, o valor da força de trabalho é “influenciado pelas particularidades naturais e também determinado por aspectos histórico sociais e morais” (SOUZA, 2020, p. 40).

Posto isso, compreendemos que o valor da mercadoria força de trabalho é determinado, portanto, pelo tempo de trabalho envolvido na produção dos meios de subsistência necessários para a manutenção e reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, Souza (2020) esclarece,

quanto mais complexo o trabalho, em geral maior grau de aperfeiçoamento da força de trabalho é demandado, e assim maior o custo de aprendizagem, portanto, maior tende a ser o valor da força de trabalho. O trabalho envolvido no tempo necessário de formação da força de trabalho está, portanto, incluído no valor da mercadoria força de trabalho, uma vez que é necessário à sua reprodução (SOUZA, 2020, p. 43).

Para a reprodução da sua força de trabalho, cada indivíduo possui necessidades específicas, como alimentação, higiene, habitação, vestuário, etc. Portanto, compreendemos que o processo de reprodução da força de trabalho envolve diferentes particularidades e está associado a diversos outros trabalhos, também necessários para a geração dos meios de subsistência dos seres possuidores da força de trabalho, assim como para seus filhos e filhas, que representam as futuras forças de trabalho e que também precisam ter suas necessidades atendidas. E a partir de todas as demandas que precisam ser supridas, existe um trabalho necessário, que não ocorre na esfera da produção de mercadorias, mas que ainda assim, é essencial para a reprodução da força de trabalho: “trata-se do trabalho necessário ao consumo do valor de uso dessas mercadorias” (SOUZA, 2020, p. 45).

O trabalho essencial de preparação dos alimentos, limpeza da casa, conservação do vestuário ocorre na esfera do consumo e não da produção, ou seja, trata-se, portanto, de um “trabalho social necessário à produção e reprodução da força de trabalho no ato do consumo, um trabalho cujo efeito útil compõe o processo de produção e reprodução da força de trabalho, e, portanto, está passível de ser submetido a um processo de valorização” (SOUZA, 2020, p. 45).

Nesse mesmo sentido, encontra-se o trabalho destinado à procriação, e, portanto, geração de novas forças de trabalho, que por si só não é suficiente, assim como não basta a produção de mercadorias elementares para a sobrevivência desses indivíduos. Por trás da geração de novos indivíduos, e, portanto, da futura força de trabalho, há um trabalho constante de educação e cuidados (alimentação, higiene, formação) demandado por esses seres humanos, pois sem prole, não há proletariado. Esse trabalho social que ocorre na esfera privada do consumo, conceitualmente é produtivo, mas não produtivo sob a ótica do capital.

O trabalho reprodutivo, portanto, “é parte de um quantum de trabalho social geral necessário à reprodução societal, no qual predomina o valor de uso das mercadorias para a realização deste, ainda que, em certas circunstâncias, esses valores de uso sejam alterados para a produção de novos valores de uso” (SOUZA, 2020, p. 46). A partir da necessidade de

realização do trabalho reprodutivo, se concretiza uma nova forma de opressão da mulher, que a coloca em um lugar de principal responsável pela realização desse trabalho social, independentemente de ser ela também trabalhadora produtiva ou improdutiva enquanto atuante em atividades submetidas ao capital. É o que veremos a seguir.

2.4.2 A reprodução da força de trabalho e as fontes da opressão sobre as mulheres

Segundo Saffioti (2001), no processo de produção capitalista, a mercadoria força de trabalho, fundamental no processo de valorização do valor, exige um trabalho social essencial para a sua produção e reprodução, trabalho este que, neste modo de produção, ocorria e ainda ocorre em uma esfera privada de reprodução da vida e produzido enquanto uma responsabilidade natural das mulheres, existente desde o início da espécie humana e, posta como causa da opressão vivida pelas mulheres.

No entanto, a divisão sexual do trabalho e a opressão à mulher não são inerentes ao surgimento da espécie humana. Afirmar que a mulher sempre foi subordinada ao homem, desde o princípio dos tempos, é atribuir à natureza o surgimento da opressão, ou naturalizar um fenômeno que não é natural, mas sim histórico e social, e, ainda mais, é admitir que a subordinação é própria da sociabilidade humana (SAFFIOTI, 2001). É preciso compreender que as atividades relacionadas à reprodução da força de trabalho não são realizadas prioritariamente pelas mulheres na sociabilidade do capital por uma determinação da natureza e, que a transformação dessas relações demanda uma mudança na própria forma de produção.

A partir de estudos antropológicos e históricos (MONTENEGRO, 1981), é possível verificar que a opressão à mulher não está ligada ao surgimento da espécie humana, ao contrário, a relação de opressão foi engendrada por determinações históricas econômicas; ou seja, não surgiu com a mulher em seu nascimento, mas se concretizou ao longo da história; a mulher não nasceu oprimida ou diminuída, mas passou a ser tratada de maneira depreciativa. Nesse sentido, compreendemos que as transformações ocorridas nas relações humanas foram responsáveis por transpor a mulher para esse lugar de subalternidade.

Segundo Montenegro (1981), há evidências significativas, retratadas em pinturas rupestres, sobre a importância do papel das mulheres em rebeliões populares nas civilizações neolíticas pré-colombianas, assim como em pinturas rupestres africanas, onde foram localizadas figuras de mulheres e homens com instrumentos de trabalho semelhantes, o que significa que ambos, homem e mulher, exerciam atividades semelhantes, relacionadas à caça e

coleta. Além da famosa obra de Engels (2019) que apresenta o histórico da transição do assim chamado “direito materno” para o patriarcado, marcando o início da Antiguidade.

Outra questão é a maternidade. Saffioti (2001) traz como exemplo as tribos indígenas, onde a responsabilidade pela criação dos filhos era coletiva e não somente designada à mulher. Toda a comunidade participava, de modo que a mulher, após o parto, retomava suas atividades, pois a criação das crianças tinha um caráter social, o que nos leva a refletir sobre o caráter histórico e social da maternidade. Se a gestação é uma característica exclusiva de quem tem útero, a maternidade e as habilidades de cuidado não o são.

A ideia de que a mulher foi oprimida e inferiorizada desde o surgimento da humanidade está alinhada com a ideia de que a mulher sempre esteve marginalizada em relação à produção, ou com o pensamento de que a divisão sexual do trabalho não possui fundamentação histórica. Contudo, assim como a crença de que a opressão feminina nasceu junto com a mulher cai por terra, a ideia de que, desde o princípio dos tempos, as mulheres estiveram relacionadas às atividades de cuidados enquanto os homens estavam relacionados às atividades de caça e pesca também são descreditadas pelos estudos históricos e antropológicos (MONTENEGRO, 1981; ENGELS, 2019). Assim sendo, percebemos que o patriarcado e o fenômeno de opressão à mulher são determinações históricas e sociais (SOUZA; FERRAZ; FERRAZ, 2021).

Há ainda que destacar que a divisão do trabalho entre mulheres e homens não significa a inferiorização do trabalho feminino em relação ao trabalho masculino, ainda que o valor da força de trabalho feminina seja rebaixado na esfera da circulação. É preciso desmistificar os aspectos que dizem respeito às mulheres e ao mundo do trabalho quando falamos sobre o fenômeno de opressão à mulher, pois ao contrário do que é posto, as mulheres sempre assumiram funções fundamentais para a manutenção e sustento da vida.

O fenômeno da divisão sexual do trabalho continua sendo justificado por condições supostamente inerentes à mulher, uma condição naturalizada de fragilidade no diz respeito à força física, às capacidades de gerar e parir confundidas com o dever da maternidade e até mesmo uma suposta incapacidade intelectual, características que, mesmo não sendo naturais são postas e naturalizadas a partir do advento da família patriarcal. Segundo Saffioti (2013):

Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição de classes sociais. A elaboração social do fator sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das realizações empíricas nas sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à plena realização da mulher (SAFFIOTI, 2013, p. 35).

O debate acerca da opressão à mulher está diretamente ligado com a relação que mulheres e homens assumem com o trabalho no decorrer da história da humanidade, conforme esclareceu Souza (2020, p. 58):

Se, por um lado, no trabalho visto como atividade, interação entre ser humano e natureza independente de forma social determinada, o resultado do trabalho é visto como produto, e o próprio trabalho como trabalho produtivo, por outro, na sociabilidade do capital, a produtividade do trabalho está relacionada à produção de mais-valor. Só é produtivo, pois, o trabalho que produz mais-valor para o capital. Como exposto, no capitalismo, as mulheres são responsabilizadas pelas atividades de reprodução da força de trabalho as quais são historicamente realizadas em uma esfera privada de consumo e, portanto, às mulheres cabe realizar atividades que não produzem mais-valor para o capital, enquanto aos homens cabe o trabalho fora do lar, trabalho este que produz mais-valor para o capital ou produzem as condições necessárias para a sua valorização.

Nesse sentido, às mulheres é destinado um trabalho que produz, mas não é produtivo, ao contrário do que acontece com os homens, que têm seu trabalho considerado produtivo, a mesmo que as mulheres também trabalhadoras produtivas ou improdutivas em parte de seu dia, tal como os homens, conforme elucidou Saffioti (2013, p. 133),

O que está se defendendo, em síntese, é a tese de que o modo de produção capitalista, calcado que é na extração de mais valia relativa e, portanto, na busca incessante da elevação crescente da produtividade do trabalho, põe-se, ao longo da formação social econômica capitalista, como o momento histórico menos propiciador da atualização da dimensão econômica da práxis social típica deste regime de produção, não apenas, mas especialmente para as mulheres. Isto não significa que os membros femininos das sociedades pré-capitalistas hajam sempre desempenhado funções econômicas de importância igual àsquelas exercidas tipicamente, por seus membros masculinos. O grau de semelhança, no que tange à sua relevância, entre as funções econômicas desempenhadas por homens e as exercidas por mulheres variou em cada uma das etapas progressivas da constituição da formação social econômica capitalista. Tais variações, todavia, não foram tão significativas em termos de delineamento de uma linha demarcatória nítida entre tarefas subalternas, reservadas às mulheres, e tarefas vagamente sentidas ou socialmente definidas como relevantes, destinadas aos homens. Ainda que a divisão do trabalho em termos de sexo fosse nítida no que diz respeito a certos setores da atividade econômica, o critério de atribuição das funções não era basicamente definido do ângulo da importância social dos vários papéis econômicos.

À vista disso, temos que a divisão sexual do trabalho no capitalismo não se coloca somente como “divisão” dos espaços sociais, ou uma “distinção” do que é designado ao homem ou à mulher, mas também e especialmente, de uma hierarquização das funções, na qual as tarefas aparentemente encarregadas ao homem são consideradas essenciais uma vez que são estreitamente relacionadas à produção de valor – ao passo que, aquelas destinadas às mulheres, não são consideradas importantes, o que, não raramente, é utilizado para ratificar a opressão impostas às mulheres.

A relevância inculcada ao trabalho masculino está diretamente ligada ao fato de que a esfera privada ou reprodutiva destinada às mulheres é diminuída de sua importância por não fazer parte da esfera da produção, ou esfera da valorização do valor. Em outros termos, o trabalho reprodutivo realizado pela mulher consiste em um “trabalho social que não é nem produtivo nem improdutivo para o capital” (SOUZA, 2020, p. 59), mesmo que não deixe de produzir a força de trabalho a ser explorada. Para além disso, ainda que não deixe de custar algo para o capital, pois a reprodução da força de trabalho, em sua maioria feminina, ocupada tão somente com o trabalho reprodutivo precise ser contemplada no valor da força de trabalho do trabalhador produtivo e improdutivo, quando não é considerada, faz com que a mulher também precise vender sua força de trabalho ao capital. Nesse sentido, Souza esclarece que, “não podemos deixar de considerar que trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo, em última instância, está subsumido ao capital” (SOUZA, 2020, p. 59).

A necessidade de venda da força de trabalho das mulheres pertencentes à classe trabalhadora ocorria devido à necessidade de complementação de renda, uma vez que o que os operários recebiam não era suficiente para garantir o mínimo para a sobrevivência da família. Segundo Saffioti, neste contexto, “cresce o grau de exploração de todos os trabalhadores, especialmente das mulheres mais pobres, que enfrentam duas jornadas de trabalho, por serem obrigadas a complementar o orçamento doméstico” (SAFFIOTI, 1985, p. 137). Nesse sentido, se na classe burguesa era evidente a divisão sexual do trabalho, na classe trabalhadora não existia a figura de “dona de casa” em tempo integral, uma vez que o trabalho era imposto “à mulher das camadas menos privilegiadas como meio de subsistência” (SAFFIOTI, 2013, p. 39).

A partir dessa constatação, percebemos que não é possível analisar a situação da mulher no capitalismo apartada das questões de classe ou raça, pois o fenômeno não atinge as mulheres de maneira uniforme, sendo sempre mais complexo à medida que acrescentamos diferentes determinações. Como o valor da mercadoria força de trabalho também é determinado pela moral de uma época, podemos apreender que é a moral machista da época em que vivemos que permite a manutenção da divisão sexual do trabalho e de consequências resultantes dessas relações de opressão, como a diferença do valor da força de trabalho feminina em relação à masculina, ou da força de trabalho negra em relação à branca. Deste modo, inferimos que a relação de exploração delineia ao passo que é também delineada pelas relações de opressão.

3 METODOLOGIA

As metodologias qualitativas na Ciência Moderna são constituídas a partir dos momentos históricos, da forma como a ciência se movimenta ideologicamente, dos questionamentos e do espírito de cada época e, mais, da maneira como são utilizadas ao longo do tempo, considerando a tríade “pesquisador-caminho-mundo”(NOGUEIRA et al., 2017, p. 468). Sendo assim, as metodologias não são imutáveis; elas se reconstituem.

O caminho metodológico que cada pesquisador/a percorre em sua pesquisa deve possibilitar a locomoção do pensamento, expandir as possibilidades de ver os diversos universos no recorte de universo que se deseja compreender, sendo nesta pesquisa, o universo do trabalho. Assim sendo, metodologicamente, essa pesquisa possui um caráter qualitativo e exploratório e, considerando a questão sobre o processo de pauperização do trabalho feminino, e a prática empreendedora de mulheres-mães na contemporaneidade, avaliamos que a metodologia História de Vida e História de Vida Laboral (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015), que nesta pesquisa assumimos como **Trajetória de Vida Laboral**, seriam adequadas para respondê-la

Em termos éticos, ao se utilizar essa abordagem teórico metodológica, alguns cuidados foram tomados desde sua gênese. Buscou-se conduzir com muito respeito e ética, a relação entre pesquisadora e as sujeitas da pesquisa, estabelecendo assim, um vínculo de confiança, pois compreendemos que a qualidade desse vínculo é fundamental para que as sujeitas se sintam à vontade para narrar-se. Nesse sentido, foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), solicitação de autorização para realização da pesquisa, tendo sua aprovação divulgada em cinco de setembro de 2022, sob o CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 58733522.2.0000.8507.

Além dos relatos das sujeitas da pesquisa, recorreremos a outras técnicas secundárias para a construção das trajetórias de vida dessas mulheres-mães. Usamos da observação participante e de um diário de campo, que foi muito valioso para o registro das impressões, memórias, hábitos e outras informações significativas para a pesquisa. O campo da pesquisa foi fundamental para se compreender a dinâmica das vivências das mulheres-mães aqui pesquisadas. Para melhor compreensão organizamos no quadro 01 a coleta de dados construída nesta pesquisa:

Quadro 1: Coleta de Dados

Fonte de Dados	Descrição	Período	Função
Observação participante	Manutenção de diário de campo e visitas <i>in loco</i>	Setembro/2022 a Maio/2023	Importante para a observação do território onde acontecem as histórias.
Identificação do campo	Entrada no campo de pesquisa e realização dos dois primeiros encontros.	Setembro/2022 a Novembro/2022	Identificação das possíveis sujeitas da pesquisa.
Entrevistas	Uma entrevista coletiva e três entrevistas individuais com cada sujeita de pesquisa.	Novembro/2022 a Maio/2023	Principal fonte de informações para o recolhimento das trajetórias laborais das sujeitas da pesquisa.
Comunicação eletrônica	Mensagem em aplicativos de mensagens instantâneas.	Janeiro a Maio/2023	Importante para manter contato com as sujeitas da pesquisa e confirmar informações pendentes.
Devolutiva	Encontro final para ler o trabalho finalizado com as sujeitas da pesquisa	Julho/2023	Fundamental para demonstrar às sujeitas da pesquisa os resultados obtidos a partir de suas contribuições

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A entrada no campo ocorreu em setembro de 2022 e até o mês de novembro de 2022 ocorreram dois encontros, até que as sujeitas da pesquisa foram encontradas. O processo de recolhimento das trajetórias de vida laboral dessas mulheres escolhidas ocorreu no período de novembro de 2022 a maio de 2023, presencialmente, de acordo com a conveniência e disponibilidade das entrevistadas. No total, foram sete encontros. Em um primeiro momento, os encontros aconteceram de maneira coletiva, com cinco sujeitas participantes, e em um segundo momento partiu-se para o recolhimento das trajetórias laborais individuais das duas mulheres escolhidas para compor esta pesquisa.

Para garantir o anonimato, os nomes das participantes foram preservados e, portanto, substituídos por outros nomes fictícios, assim como foram omitidos o nome do município (locus de pesquisa), o nome do coletivo investigado e da ONG que o originou, e outras características que pudessem trazer quaisquer identificações.

Os encontros em grupo ocorreram na sede do coletivo, onde as mulheres trabalham. Lá foi possível observar o modo como trabalham, suas rotinas, seus comportamentos e as relações

que elas cultivam entre si. Como todas as trabalhadoras moram em um mesmo bairro, de uma cidade pequena, elas já se conheciam antes mesmo do início do projeto.

Apesar da maioria das pesquisas em história de vida não contarem com um roteiro, optamos, devido ao curto tempo que tínhamos disponível, por apresentar temas guias durante as conversas com as sujeitas de pesquisa. Esses direcionamentos foram muito relevantes, pois possibilitaram entrevistas mais longas, em uma ambiência de maior casualidade permitindo assim que o relato fosse realizado de maneiras variadas e que uma história pudesse conduzir à outra (TEIXEIRA; LEMOS; LOPES, 2021).

Após a transcrição das entrevistas, para a análise dos dados, foi utilizado o método Análise Temática de Braun e Clarke (2006), definido como “um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos” (SOUZA, 2019, p. 52) conforme descrito na Figura 06:

Figura 5 – As seis fases da análise temática

Fase	Descrição
1) Familiarização com dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo.
2) Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4) Revisando os temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5) Definindo e nomeando os temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6) Produzindo o relatório	Fornecer exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise.

Fonte: Souza (2019, adaptado de Braun e Clarke, 2006; 2013; 2014 e de Clarke e Braun, 2013).

Posto isso, através dos direcionamentos teórico e metodológico apresentados, foi possível transpor os meios pelos quais a narrativa e seu resgate atuaram na construção da trajetória de vida laboral e na construção dos sentidos para a vida dessas mulheres. Por fim, pode-se perceber a construção de tais histórias dentro da constituição da classe trabalhadora nos dias atuais em seu movimento coletivo, isto é, objetivo e subjetivo.

3.1 História de Vida: contextualização e pressupostos

A história de vida não é um recontar monocórdico, enfatizando sempre da mesma maneira algo ocorrido em determinado tempo; ao contrário, a narração é sempre dinâmica, podendo assumir diferentes modulações e interpretações. As formas de narrar, interpretar, compreender fatos, intercalar ou esquecer eventos são fruto do atravessamento de muitas variáveis. Podem-se elencar algumas, mas sempre existirão outras que escaparão. Entre um fato sucedido e o tempo da narração, há o advento de uma série de acontecimentos que influem na reconstrução dos significados que lhe são atribuídos e, logo, na forma da narratividade (CARRETEIRO, 2017, p. 433).

Nessa seção apresentamos uma breve revisão da literatura sobre essa abordagem teórico metodológica a fim de contextualizar o leitor sobre essa forma de se acessar os sujeitos da pesquisa. Como será possível constatar nas análises, a Trajetória de Vida Laboral nos permitiu acessar os processos subjetivos e espaço-temporais referentes aos esforços, frustrações, desafios e oportunidades ocupacionais das atividades de mulheres-mães empreendedoras, ao mesmo tempo em que se buscou perceber tais histórias dentro da constituição da classe trabalhadora nos dias atuais em seu movimento coletivo.

A História de Vida, enquanto método, tem sua origem datada a partir de pesquisas desenvolvidas na Escola de Chicago (BECKER, 1999). Nas décadas de 1920 e 1930, as pesquisas desenvolvidas eram, em sua maioria, qualitativas e tinham como fontes cartas, documentos, cartas e relatos de vida. Para Goldenberg (1997), uma das maiores contribuições da escola de Chicago foi a utilização científica de diversas fontes (documentos, cartas e diários, dentre outros) e o desenvolvimento de trabalhos de campo, como métodos originais de pesquisa qualitativa. “Esses trabalhos abriram portas importantes no campo da sociologia e propiciou o surgimento de outras abordagens teóricas, bem como influenciou metodologicamente outras” (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015, p. 991).

Franco Ferrarotti abordou o método história de vida em diversos trabalhos, introduzindo novas críticas e proposições ao campo. Segundo Pinto, Carreteiro e Rodriguez (2015), o autor acrescentou o elemento subjetividade, em oposição a técnicas que buscavam objetivar os dados coletados. “Ele afirmava que as técnicas quantitativas não eram suficientes para entender o “homem” e as demandas que surgiam, visto que a interpretação, nestas perspectivas, se limitava a adequar dados a questionários, o que, segundo o autor, empobrecia a análise” (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015, p. 996).

Na década de 1980, o sociólogo Vincent de Gaulejac se destaca no uso do método de história de vida, inovando no método quando apresenta a relevância que o inconsciente e os

processos psíquicos têm nas trajetórias dos indivíduos, diferentemente do que os outros autores, que até então, concentravam suas análises nos determinismos sociais, em uma ordem sociológica (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015).

Para Goldenberg (1997) quando escolhemos o método de história de vida, oficializamos também a escolha de pensar os atravessamentos sociais a partir de trajetórias individuais, uma vez que cada indivíduo singulariza em seus atos a universalidade de uma estrutura social. Para Pinto, Carreiro e Rodriguez (2015, p. 998) “trata-se de estabelecer uma articulação entre a biografia individual e seu contexto histórico e social”.

A história de vida, enquanto abordagem biográfica e que se pretende metodológica, pode ser considerada como um processo de construção do conhecimento, onde há uma relação de dois atores – pesquisador e sujeito pesquisado (NOGUEIRA et al., 2017). Para André Lévy (2001), trata-se de “um encontro único entre um pesquisador e uma pessoa que aceita se confiar a ele – encontro que, também ele, tem sua história própria” (LÉVY, 2001, p. 93).

Para a psicossociologia, que “corresponde a um ramo da psicologia que se ocupa de sujeitos, grupos, organizações e instituições em situações do dia-a-dia, em uma perspectiva de análise e intervenção pautadas na abordagem clínica” (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015, p. 997), o método História de Vida tem como objetivo recolher e analisar o discurso de um sujeito ou de uma coletividade, levando em conta seus aspectos pessoais, familiares, sociais e/ou históricos. Sua principal finalidade é ter acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador (GAULEJAC, 2007) e seu interesse não passa somente pelo indivíduo, mas pela sua cultura, pela sua história, pelos seus valores e pelas práticas onde ele se encontra inserido. Nesse processo,

Evidencia-se o que foi vivido por esses sujeitos, recuperando memórias e experiências, penetrando em sua trajetória e compreendendo a dinâmica das relações que estabeleceu ao longo de sua existência. Nessa direção, o sujeito é sempre considerado nas imbricações das diversas relações que estabelece, sejam elas profissionais, amorosas, familiares, ao longo de sua trajetória de vida. Ao falar de si, fala do processo por ele experimentado, que está intimamente ligado à conjuntura social onde se encontra inserido (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015, p. 999).

Ao falar de Histórias de Vida, devemos considerar o tempo, o processo e a interlocução construída no recolhimento dos relatos, de maneira que se compreenda a importância da relação desenvolvida entre pesquisador e sujeito pesquisado e os “laços que dialogam no contar da vida”, que segundo Nogueira et al (2017, p. 466), são três: “as condições objetivas, as experiências vividas e a maneira como são narradas”. Os autores sugerem que esses elementos devem estar presentes no processo de investigação de cada pesquisador.

Para Ferrarotti (2007) “entre os pesquisadores e os “objetos” da investigação deve se estabelecer uma relação significativa, uma verdadeira interação” (FERRAROTTI, 2007, p. 17). Nesse sentido, compreendemos que a escolha das informações coletadas e sua organização dependem da interação entre pesquisador e o sujeito da pesquisa. “Aquilo que o entrevistado pensa de seu interlocutor terá impacto na sua narrativa” (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015, p. 997).

A implicação do pesquisador é um aspecto fundamental no método história de vida, pois o relato é sempre destinado a alguém, tendo sempre, portanto, dois elementos. No caso da pesquisa baseada na história de vida, o pesquisador não ocupa a posição de possuidor dos saberes. Sua função, segundo Pinto, Carreteiro e Rodriguez (2015, p. 999) “passa a se ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo, aquilo que ele próprio julga importante. Há sempre uma invocação à memória, uma reconstrução do passado pela perspectiva do presente e atravessado por marcas sociais”.

Nesse processo fica evidenciado o que foi experienciado pelas sujeitas, resgatando memórias, atravessando sua trajetória e compreendendo os processos vivenciados ao longo de sua existência. “Trata-se, dessa maneira, de uma forma de coleta de dados no contexto das relações sociais. Ela é coerente com a ideia de pensar o homem em situação, visto que a história de vida não existe fora de um contexto” (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015). Portanto, ao relatarem suas histórias, as mulheres falam dos processos experimentados em suas trajetórias que estão estreitamente conectados ao contexto em que elas se encontram incluídas.

Segundo Nogueira et al (2017, p. 482), “a importância dos acontecimentos e a produção de seus sentidos têm uma relação direta com sua origem, ou seja, com o movimento imprevisível da vida”. Para as autoras, a riqueza da vida está nos significados que atribuímos ao vivido. Esses significados das vivências mudam; mudamos. Afinal, há uma característica plástica das impressões da vivência do tempo em nós, impossível de se ajustar a medidas e antecipações, por isso mesmo atingíveis à posteriori, nos processos narrativos da história de cada um/uma (NOGUEIRA et al., 2017, pp. 482-483).

O motivo de contarmos nossa história está na força que tem a narração, pois através dela é possível recuperar algo tido como impossível, mas que de alguma forma reestrutura a vida e conseqüentemente, a identidade (ARFUCH, 2010). “A memória, onde navegam as Histórias de Vida narradas, é um engenho delicado para todos. [...] O que importa ao sujeito é a forma como a coisa foi vivida, ou seja, como determinada vivência pregressa compõe com os fatos e elementos afetivos atuais” (NOGUEIRA et al., 2017, p.476).

O relatar de uma história, provoca uma mobilização de sentimentos, pois a memória é reconstrução e assim sendo, permite a elaboração de experiências vividas. A pessoa, no processo de narrar os fatos, os revive de alguma forma e reformula posturas, opiniões, elabora e avança em algumas questões (...) contar e recontar possibilita uma maior elaboração dos acontecimentos e diferentes reflexões sobre os mesmos (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015, p.1008).

Nesse sentido, é impossível pensar nas mulheres entrevistadas sem considerar os mais variados fatores que as atravessam. “A análise é sempre dialética, apreendendo o peso das condições sociais nas condutas humanas, e levando em conta a singularidade do trabalho psíquico (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015, p. 980). Quando pensamos nas mulheres entrevistadas e na utilização do método História de Vida, devemos considerar que “o ato de contar a sua história mobiliza sentimentos e consiste numa oportunidade de reconstrução da sua própria história” (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015, p. 1000).

3.2.1 Trajetória de Vida Laboral como recorte da História de Vida

Pensar sobre a trajetória de vida de um indivíduo é pensar em inúmeros aspectos que se relacionam em seu contexto e com isso, muitas vezes faz-se necessário determinar recortes para prosseguir com as análises. Segundo Pinto, Carreteiro e Rodriguez (2015, p. 1003) “os recortes podem partir dos aspectos mais pregnantes observados na narrativa ou podem ser estabelecidos de antemão pelo pesquisador”. No caso deste trabalho, o recorte se realiza no campo laboral e nesse sentido, “pesquisador e participante podem se debruçar sobre aspectos específicos do trabalho ou sobre o conjunto da trajetória laboral de determinados indivíduos, categorias profissionais, ou organizações” (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015, p. 1003).

Quando a história de vida pretende dar ênfase a determinado panorama, como no caso desta pesquisa, o trabalho, a narrativa das sujeitas deve ser construída a partir da perspectiva pesquisada e ambas, pesquisadora e sujeita da pesquisa, terão suas atenções direcionadas para a relação sujeito *versus* trabalho. Neste contexto, apresenta-se a possibilidade de análise de como ocorrem as atividades, quais os atravessamentos vividos pelas trabalhadoras, suas práticas profissionais, seus conflitos e impedimentos. Em síntese,

A história de vida laboral visa favorecer que se compartilhem através de uma perspectiva clínica as violências, sofrimentos, os prazeres, os vínculos sociais e seus impedimentos nas situações de trabalho. É importante a sensibilidade de perceber as

situações de trabalho que remetem a ações repetitivas ou que fazem apelo à criatividade e a novas mobilizações coletivas (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015, p. 1004).

A utilização da trajetória de vida laboral acontece quando uma reflexão sobre a trajetória se faz pertinente. Segundo Carreteiro (2003, p. 433), “os momentos mais propícios são aqueles em que sucede um forte movimento, uma ruptura ou uma mudança na trajetória de vida de trabalho”. Mas a trajetória laboral não destaca apenas os eventos experienciados pelo sujeito, mas principalmente, os sentidos que tais acontecimentos têm para o sujeito que narra a história, a maneira como ele os interpreta e os valores atribuídos por ele. O participante da pesquisa é considerado um sujeito ativo.

A escuta ocorre sempre a partir da narrativa de um indivíduo ou grupo. O/A sujeito/a é singular, pois as soluções encontradas para enfrentar sua existência são únicas. No entanto, o/a sujeito/a também é social, pois as situações que enfrenta não são exclusivas a ele/a, mas resultam de interações produzidas na dinâmica social por outros indivíduos, grupos, instituições, organizações e em um contexto socio-histórico específico.

Os sentidos atribuídos ao trabalho são múltiplos e estão diretamente ligados aos atravessamentos vividos por quem narra e a experiência do vivido se articula com diversas esferas (social, político, econômico, psíquico, histórico etc.). Segundo Carreteiro (2017),

A trajetória profissional está associada ao conjunto da vida laboral. Ao recolher a história de vida laboral é necessário estar atento ao início da trajetória profissional, às funções exercidas, às atividades realizadas, às capacitações a que a sujeita de pesquisa teve acesso. As análises serão constantemente acompanhadas das interpretações que os diversos momentos da atividade profissional possuíram (CARRETEIRO, 2017, p. 436).

Posto isso, compreendemos que o recolhimento de trajetórias laborais abre muitas possibilidades de compreensão por parte do/a entrevistado/a e do/a pesquisador/a acerca das tensões, dos impasses e dos arranjos nos espaços laborais, permitindo assim entrar nos recantos mais profundos dos objetos de investigação.

3.3 O início do campo: a busca pelas mulheres-mães

A escolha dos/as participantes em uma pesquisa de natureza qualitativa deve considerar os aspectos das trajetórias das pessoas em relação ao objetivo da pesquisa. Teixeira, Lemos e Lopes (2021, p. 110) esclarecem que “duas orientações auxiliam nessa delimitação: a primeira,

relacionada ao tema do estudo e, a segunda, à avaliação; se o sujeito tem conhecimentos importantes e vivências sobre o tema objeto da pesquisa”.

Para responder ao nosso problema de pesquisa, iniciamos a etapa de entrada no campo de pesquisa, conversando com mulheres que fossem mães, em situação de trabalhos percebidos como precarizados. Assim, antes da escolha das duas mulheres que fazem parte do coletivo investigado, houve um longo percurso na tentativa de encontrar as mulheres-mães que poderiam melhor representar a situação de pauperização vivenciada a partir da prática empreendedora. Foi realizada uma extensa pesquisa sobre onde se localizavam essas mulheres que "empreendem" por necessidade.

A primeira etapa da busca foi de maneira geográfica. Belo Horizonte possui uma grande quantidade de feiras livres espalhadas por diversos bairros. Nesse sentido, foram selecionadas regiões em que se concentravam importantes coletivos e a partir daí os locais para visita foram escolhidos, a saber: hipercentro, região leste, região noroeste e região centro-sul. No hipercentro de Belo Horizonte, foram percorridos três locais: a praça Rio Branco, o Parque Municipal e a Feira Hippie, onde há muitas mulheres participantes do programa municipal Jornada Produtiva¹⁰.

Em um segundo momento, houve diversas visitas à região leste, onde se encontram a Feira Terra Viva – coletivo de produtores que comercializam produtos orgânicos, agroecológicos, artesanais e veganos, e a Feira do Mercado Distrital do bairro Santa Tereza, que se apresenta como uma forma de ocupação pela comunidade do espaço, onde os/as expositores comercializam artesanatos, flores, alimentos e bebidas, roupas, dentre outros itens.

Em seguida, a região da Pampulha (que abrange ou está próxima às regiões norte, nordeste e noroeste) foi visitada e a feira escolhida foi a do Mineirinho, que acontece aos domingos e reúne pessoas que vendem uma grande variedade de produtos, como roupas, sapatos, artesanatos, eletrônicos, entre outros.

Por fim, foram visitadas feiras que ocorrem na região centro-sul e onde os expositores comercializam majoritariamente alimentos; a primeira delas ocorre em um shopping; a segunda feira visitada nesta região acontece nas proximidades de uma escola considerada de elite em Belo Horizonte e a terceira está localizada em uma praça que recebe ambulantes integrantes do Programa Jornada Produtiva.

¹⁰ O Programa Jornada Produtiva tem como objetivo a inserção produtiva e a geração de oportunidades de renda para trabalhadores do comércio em logradouro público. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/programa-jornada-produtiva>

Além das visitas presenciais, ocorreu também uma busca por empreendedoras no meio digital, sendo realizadas entrevistas por telefone com sete mulheres que fazem parte do coletivo "Compre de uma Mãe", descrito pelas fundadoras como “um negócio de impacto social que incentiva o empreendedorismo em conjunto para que todas tenham mais representatividade no mercado e cresçam juntas”¹¹.

A partir da busca digital por empreendedoras que fossem mães, foi encontrado o coletivo investigado por esta pesquisa. Após o descobrimento deste coletivo, foi possível perceber que ali havia uma identificação muito significativa com o objeto de estudo desta pesquisa – mulheres que são mães e que empreendem por necessidade em seus contextos sociais. Atualmente, o coletivo é composto por seis mulheres que são mães, que moram na região metropolitana de Belo Horizonte.

A partir de então ocorreu o primeiro contato com o coletivo, através de uma das sócias idealizadoras do projeto, primeiramente pela rede social Instagram e em um segundo momento por telefone, via aplicativo de mensagens instantâneas. Após algumas conversas, em que pudemos conversar a respeito desta pesquisa, conseguimos agendar nosso primeiro encontro presencial para a realização de uma entrevista.

Nesse coletivo, foi possível conhecer as histórias de cinco mulheres-mães que empreendem por necessidade dentro de seus contextos sociais. Das cinco trajetórias laborais coletadas, duas foram selecionadas para compor este estudo. Como o método história de vida não determina um número mínimo de sujeitos/as, a escolha por essas duas histórias se deveu principalmente à disponibilidade e à oportunidade de aproximação com essas mulheres, por meio de nossas conversas e encontros, que possibilitaram o recolhimento dos relatos de suas vidas e trajetórias laborais.

- **Estabelecendo os vínculos com as mulheres-mães: do primeiro encontro coletivo ao recolhimento das histórias laborais**

Quando a primeira entrevista foi iniciada, as participantes foram informadas sobre a pesquisa, sobre qual metodologia seria utilizada, a temática, os objetivos e como se daria sua participação, e também a informação de que as entrevistas seriam gravadas, se não lhes causasse nenhum incômodo. Após consentimento e esclarecimento aos requisitos éticos relacionados à pesquisa, a conversa foi iniciada através do convite: “Conte-me sua história”.

¹¹ Disponível em: <https://compredeumamae.com.br/quem-somos>

Embora o método não demande um roteiro estruturado, pois a narrativa seria construída com base nas memórias das participantes, cada uma foi convidada a descrever seus relatos a partir das seguintes temáticas: 1) História de vida pessoal; 2) Trajetória laboral.

Esse encontro teve uma duração de três horas. Foi um momento de conhecer as mulheres e parte das suas histórias. Nesse primeiro encontro a conversa não foi gravada a pedido das participantes. Foi uma conversa muito amistosa, em que a escuta abriu muitas possibilidades de compreensão acerca das tensões, dos impasses e dos arranjos no espaço laboral e foi possível perceber que cada uma dessas mulheres se apropria diferentemente de sua história.

Preocupe-me em zelar pela ambiência da entrevista; com o local, com a privacidade, com os desejos das sujeitas investigadas, e especialmente, com a escuta. Segundo Carreteiro (2017), o relatar da história de vida altera o cotidiano da entrevistada, pois “não é habitual ter atenção a um eixo de vida e explaná-la para um outro que está ali presente para escutar (...); a entrevista produz uma ruptura com o cotidiano. Essa situação é aparentemente nova ou inabitual” (CARRETEIRO, 2017, p. 437). Para além disso, preocupe-me também em desviar-me de uma posição de superioridade, evitando, desse modo, a percepção de uma relação assimétrica por parte das entrevistadas, estabelecendo uma relação de igualdade (BORDIEU, 2001), tendo em vista construir, ao longo do processo de escuta, uma relação de confiança.

O encontro coletivo foi baseado em busca do fortalecimento do vínculo estabelecido entre pesquisadora e sujeitas de pesquisa. Ainda foi por meio desses encontros que foi possível identificar, além da idealizadora do projeto, quais seriam as duas mulheres colaboradoras que estariam dispostas a contar individualmente suas histórias de vida, especialmente suas trajetórias laborais.

A partir das demonstrações de interesse e disponibilidade, realizamos o recolhimento de trajetórias laborais de três mulheres: a idealizadora do projeto investigado – que não terá sua narração relatada nesta pesquisa – e duas colaboradoras. Os encontros ocorreram nas casas das sujeitas da pesquisa, a convite delas mesmas. As conversas tiveram duração média de 40 a 65 minutos e foram gravadas com auxílio do aplicativo Gravador de Voz. A transcrição foi realizada através do aplicativo *Transcriber*. Mesmo com a utilização da tecnologia a favor da transcrição das entrevistas, houve também muitas anotações no diário de campo e todo o material transcrito foi lido de maneira integral e comparado com as anotações, a fim de se compreender de maneira íntegra os objetos de investigação.

Os encontros foram encerrados à medida que “as informações eram suficientemente confirmadas, e o surgimento de novos dados foram se tornando cada vez mais raros, não se

justificando a inclusão de novas entrevistadas” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 163 apud CARRETEIRO, 2009, p. 06).

4 LOCUS DE PESQUISA, COLETIVO DE MULHERES E AS TRAJETÓRIAS LABORAIS

Neste capítulo apresentamos o lócus da pesquisa: uma pequena cidade na região metropolitana de Belo Horizonte; o coletivo de mulheres e suas trajetórias laborais. Conforme se segue.

4.1 A cidade que a mineração criou e destruiu

*O maior trem do mundo
 Leva minha terra
 Para a Alemanha
 Leva minha terra
 Para o Canadá
 Leva minha terra
 Para o Japão
 O maior trem do mundo
 Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
 Engatadas geminadas desembestadas
 Leva meu tempo, minha infância, minha vida
 Triturada em 163 vagões de minério e destruição
 O maior trem do mundo
 Transporta a coisa mínima do mundo
 Meu coração itabirano
 Lá vai o trem maior do mundo
 Vai serpenteando, vai sumindo
 E um dia, eu sei não voltará
 Pois nem terra nem coração existem mais.
 Carlos Drummond de Andrade (1984)*

Para auxiliar na compreensão do processo de pauperização que as mulheres sujeitas da pesquisa enfrentam, enquanto inseridas na prática empreendedora, diante de uma situação de escassez de oportunidades de trabalho, nesta seção fazemos um resgate da história do nosso locus de pesquisa.

A história desta cidade, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, está diretamente ligada à história da mineração em Minas Gerais. A atividade de mineração no estado tem suas raízes no século XVII, quando a descoberta de ouro na região se entrelaçou com a fundação de

diversas cidades. Desde então, a exploração de riquezas minerais tem deixado marcas na memória do estado, tanto na grandiosidade da arquitetura barroca das igrejas, mas principalmente, quando consideramos as toneladas de minério que impactam de maneira favorável a balança comercial do Estado¹², mas que marcam de maneira destrutiva a vida cotidiana de quem aqui habita, assim como já denunciava Drummond em seu poema.

O município de cerca de 16 mil habitantes (IBGE, 2021) teve sua história marcada pela exploração de minas de ouro subterrâneas no país, e por ter figurado, no período colonial e no século 20, entre as minas que mais produziram ouro no mundo (MAIA, 2014).

Ultimamente, mais precisamente nos últimos oito anos, a mineração tem sido pauta de discussões em diversos setores, devido aos crimes ambientais mais recentes ocorridos em Minas Gerais – o rompimento das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), que não foram os primeiros e não serão os últimos. Diante desse cenário de medo e preocupação, está nosso locus de pesquisa, que mesmo com a atividade extrativista encerrada, devido à sua localização, encontra-se exponencialmente em risco, se considerarmos a possibilidade de um novo rompimento de barragem – em Macacos (distrito de Nova Lima) ou Ouro Preto – municípios que tiveram seus níveis de segurança alterados em março de 2019¹³, segundo a Agência Nacional de Mineração.

Para além dos possíveis impactos que um novo rompimento de barragem pode provocar no local – destruição da estrutura da cidade, mortes, comprometimento do acesso e contaminação das águas – há outras consequências sobre a vida dessas pessoas, chamadas por Gudynas (2015) de *efectos derrames*, que podem ser compreendidos como os efeitos decorrentes de um fenômeno, que extrapolam os danos imediatos causados pela exploração dos recursos, impactando leis ambientais, a dependência econômica e a vida cotidiana nessas regiões, como já pode ser facilmente percebido nesta cidade.

O município que outrora fora considerado um local fértil, que estava rumo ao progresso, acabou se tornando uma cidade abandonada, com prazo de expiração: após ter todo o seu recurso mineral extraído e a mina ser levada à escassez, a cidade tornou-se apenas “dormitório”, como as próprias mulheres entrevistadas definiram. Esta cidade foi criada e destruída pela mineração.

Para muitos moradores, inclusive familiares das mães entrevistadas, o encerramento da exploração de ouro no local foi responsável por colocar o município em uma situação de crise

¹² Segundo a Agência Nacional de Mineração, a produção brasileira (beneficiada) de minério de ferro, em 2022, foi de 430,5 milhões de toneladas, das quais 61,92% foram extraídas no Quadrilátero Ferrífero.

¹³ Nível de segurança alterado para alerta máximo em relação ao risco de ruptura.

econômica, pois a concentração da economia local apenas na mineração causou impactos econômicos e sociais graves. Como a mineração da época não era como a de hoje – com grande número de máquinas, produção automatizada e de larga escala, a mineradora empregava boa parte da população. Quando fechou, os trabalhadores foram buscar emprego em outros municípios, voltando à cidade apenas para dormir. Muitas famílias perderam o seu sustento, muitos postos de trabalho diretos e indiretos desapareceram e o comércio ficou muito enfraquecido. As mulheres relatam que desde então, a cidade não se recuperou.

Para além dos efeitos econômicos, há um efeito gravíssimo na saúde daqueles que trabalharam em minas – a silicose¹⁴. Segundo a Secretaria de Saúde de Minas Gerais, a doença atinge cerca de 500 mil trabalhadores da mineração, sendo que Minas Gerais é o estado brasileiro com maior número de casos diagnosticados, apesar dos dados não oferecerem acurácia, devido aos muitos relatos de subnotificação, suborno por parte das mineradoras e descaso do Estado.

O município conserva em sua história marcas profundas oriundas da mineração, mas ao contrário de muitas outras cidades que surgiram durante o ciclo do ouro, ela não exibe a ostentação que a riqueza gerada por essa atividade proporcionou em outros lugares em seu conjunto urbano. De maneira oposta, a cidade traz em sua bandeira a cor púrpura – que segundo relatado pelas mulheres mães entrevistadas, representa as viúvas da mineração; as moradias operárias deixadas pelas mineradoras, que hoje predominam a paisagem local, além das placas que indicam as rotas de fuga e sirenes, instaladas em 2019, após divulgação dos riscos de novo rompimento de barragens.

A região onde moram as mulheres-mães que foram entrevistadas, sofrem anualmente com as enchentes, especialmente nos meses de dezembro e janeiro. Por estar localizado próximo a um rio, o bairro já sofreu com inúmeras inundações. No caso de uma nova ruptura nas barragens que atualmente ameaçam o município, essa área é considerada como uma zona de "autossalvamento" pelas empresas mineradoras¹⁵, o que significa que não há garantias de ajuda por parte das empresas ou do poder público em caso de emergência. Sirenes de

¹⁴ Silicose é uma doença causada pela inalação por longo período do pó de sílica, principal elemento que constitui a areia. O pó inalado enrijece os pulmões e causa problemas respiratórios. Não existe cura. doença respiratória que causa fibrose pulmonar pela inalação de partículas contendo dióxido de silício e poeiras minerais. Disponível em: <https://interfisio.com.br/exposicao-a-silica-e-silicose/>

¹⁵ Segundo descrito no site da Vale, a Zona de Autossalvamento (ZAS) trata-se de uma "Região que está até 10 km ou 30 minutos do ponto de rompimento da barragem. A própria pessoa deve providenciar o seu salvamento. Ela deve sair da mancha e ir para uma zona segura por conta própria. Não há tempo para nenhum órgão público realizar esse salvamento". Disponível em: http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/servicos-para-comunidade/minasgerais/atualizacoes_brumadinho/Paginas/seguranca-de-barragens.aspx. Acesso em 13 de abril de 2023.

emergência foram instaladas para alertar a população em caso de rompimento, operando sob a mesma lógica que delega aos indivíduos a responsabilidade pela própria segurança.



Placa de sinalização – rota de fuga

Fonte: acervo pessoal (2022)

A atual condição da cidade, além de ressaltar a importância de se reavaliar os efeitos do extrativismo, nos ajuda a compreender o processo de pauperização enfrentado pelas mulheres sujeitas da pesquisa, enquanto inseridas na prática empreendedora, diante de uma situação de escassez de oportunidades de trabalho, que teve seu ápice com o encerramento das atividades da mina na cidade. Diante desse cenário de desemprego estrutural, não resta opção para essas mulheres, como meio de subsistência, senão se enveredarem pelo caminho do empreendedorismo precarizado, que tanto “contribui com a aceleração do ciclo do capital quanto rebaixa o preço da força de trabalho, intensificando a pauperização da classe trabalhadora” (FERRAZ, 2019, p.16).

4.2 O coletivo de mulheres

Contextualizar a história do coletivo é importante para a compreensão das trajetórias laborais que serão evidenciadas mais adiante. O grupo é descrito pelas idealizadoras como um coletivo de mulheres, em Minas Gerais, que “buscam na produção dos alimentos artesanais premium meios de contribuir com o sustento digno de suas famílias. São mães que se fortalecem através de seu trabalho, empoderando-se coletivamente”. Elas ainda dizem que “Adquirindo nossos produtos, além de ter um alimento rico, com alto valor nutricional e excelência no preparo, você ainda contribui para que cada vez mais mulheres transformem suas vidas”.

Para contar a história deste coletivo, antes se faz necessário contar a história da ONG¹⁶ que deu origem ao coletivo. Esta ONG foi fundada em 2012 por amigos que desejavam criar um espaço na comunidade em que vivem nossas sujeitas de pesquisa, que tirasse as crianças da rua, para que pudessem viver novas experiências, de aprendizado e cultura e desde então esse trabalho de acolhimento das crianças e oferecimento de oficinas de dança, música, teatro e outras atividades vêm sendo realizado.

Há 10 anos a casa se dedica ao atendimento de crianças e suas famílias, em um “trabalho permanente de transformação social e valorização cultural”, que pretende contribuir com o desenvolvimento integral das famílias atendidas pela casa, como saúde alimentar, o direito a uma infância digna, o recurso a diversas formas de expressão e a valorização dos saberes culturais locais, segundo a descrição dos fundadores. Atualmente, são atendidas 80 crianças e 50 famílias, em um bairro periférico de nosso locus de pesquisa, na região metropolitana de Belo Horizonte.

A casa oferece aulas de percussão, artes marciais, dança e teatro para crianças e adolescentes; formação e profissionalização de jovens monitores; passeios culturais, expandindo os saberes dos jovens da comunidade; ações de empreendedorismo feminino; acompanhamento continuado de crianças e adolescentes por meio de uma orientadora social; ações sociais, como doações de cestas básicas, cestas de produtos agroecológicos, entre outras; valorização da cultura popular, através da realização de festejos. Nesses 10 anos de funcionamento, a casa atravessou muitos desafios, sendo os principais deles as enchentes de 2020 e 2022, juntamente à pandemia, que contribuíram para uma constante dificuldade em arcar com custos básicos da casa.

No ano de 2020, em função da pandemia, assim como outros espaços de convivência, a casa precisou suspender suas atividades. Com o fato de não poderem estar com as crianças,

¹⁶ Organização não governamental

duas amigas que apoiavam a ONG pensaram no que poderia ser feito em relação às mães das crianças que eram atendidas pela instituição e que naquele momento de pandemia, não poderiam contar com essa rede de apoio. Nesse momento houve um distanciamento da cidade e um retorno ao interior, às origens. Com essa reaproximação de seu território de origem e diante da situação de vulnerabilidade imposta pela pandemia, elas pensaram no que poderia ser feito na cidade, por essas mulheres que são mães, principalmente no que dizia respeito à soberania alimentar, pois as pessoas na cidade começavam a passar fome. Sempre foi um desejo das duas amigas, agora sócias, realizar um trabalho com mães, aproveitando o conhecimento adquirido em cursos e formações com foco em geração de renda e que fizesse sentido para aquela comunidade, com aquelas mães.

Nesse sentido, decidiram então fundar um coletivo de mulheres, que fossem mães, com o objetivo de geração de renda. Uma das idealizadoras é pedagoga e professora de educação física e já tinha passado por uma experiência pessoal com empreendedorismo – ela havia sido proprietária de uma escola infantil, e a outra parceira, é psicóloga e terapeuta ayurvédica. Elas não tinham nenhuma experiência com negócios, mas acreditavam muito no projeto do coletivo de mulheres.

Para iniciar o projeto, elas receberam um suporte financeiro de um apoiador da casa para comprarem os itens necessários de cozinha. A princípio, elas pensaram que aquele recurso seria suficiente para comprar os itens necessários para começar os trabalhos e ainda remunerar as sócias e as mães que produziam por algum tempo, no entanto, relatam que houve muito prejuízo.

A princípio, a ideia era de começar a plantar e cozinhar para sobreviver. E assim surgiu o coletivo. Primeiramente, como não tinham o lugar para plantar, as fundadoras do coletivo procuraram por mulheres da região que plantavam e encontraram três mães. Decidiram então comprar dessas mães agricultoras o que era produzido em suas hortas, para compor as cestas que venderiam, na cidade e na região. No plano inicial, a cesta continha um bolo e uma seleção de produtos orgânicos provenientes das hortas, como em um modelo de CSA¹⁷ – comunidade que sustenta a agricultura, pelo valor de R\$60,00 por mês. No entanto, esse modelo não funcionou, levando ao prejuízo financeiro. Para muitos consumidores daquele local, diante de

¹⁷ CSA é um impulso social de um trabalho conjunto entre agricultores de alimentos orgânicos, agroecológicos e consumidores: um grupo fixo de consumidores se compromete por um ano (em geral) a cobrir o orçamento anual do organismo agrícola (do sítio, chácara, fazenda, lote urbano agricultável, etc). Em contrapartida os consumidores recebem os alimentos cultivados pelo sítio ou fazenda sem outros custos adicionais. Desta forma o agricultor sem a pressão do mercado e do preço, pode se dedicar de forma livre ao cultivo. E os consumidores recebem alimentos de qualidade, sabendo quem os cultiva e onde são cultivados. Disponível em: <https://csabrasil.org/csa/sobre/>

seus contextos, o valor cobrado por mês era muito, o que fazia com que não pudessem consumir. Partiram então para um novo modelo, oferecendo três modalidades de cestas, chamadas de filha (com menos produtos), mãe (cesta intermediária) e avó (com mais produtos), com preços diferentes e proporcionais ao número de produtos. Elas relatam que o prejuízo foi ainda maior, que a venda não pagava os custos. Então começaram a buscar consultorias de gestão de negócios na tentativa de conseguir sustentar o negócio. Diante de tantas dificuldades em conduzir o projeto, uma das sócias confidenciou que todos os dias tinha vontade de desistir.

Sobre as mães que compõem o projeto, embora tenham histórias de vida diferentes, todas compartilham as dificuldades da maternidade e de viver na escassez. Para uma das sócias do projeto, seu objetivo principal é de “empoderar e gerar renda para as mães que são ou que foram atendidas pela ONG”. Ao selecionar as mulheres daquela comunidade, o desejo era de ter um grupo diverso, que incluísse também mulheres mais jovens, mas que já são mães, mas não foi possível incluí-las. Segundo uma das sócias, “elas não tinham muito interesse em trabalhar”.

O projeto começou com 4 mães, 2 jovens, uma que já era avó e outra que tinha filhos já adolescentes. Uma das jovens saiu porque o marido não queria que ela trabalhasse, o que foi muito doloroso para as idealizadoras do projeto, pois percebiam que a jovem queria fazer parte, mas tinha que cuidar da criança, da casa, das roupas, das refeições e do marido – que se opunha à participação dela.

O desejo inicial era de que o projeto se tornasse uma cooperativa, onde todas as mulheres participassem de todos os processos, que compartilhassem todas as responsabilidades, mas, segundo uma das sócias, isso não foi possível alcançar. Ela acredita que não é o que elas querem. Há uma relação de subordinação. O formato de trabalho é totalmente informal. Há um combinado de trabalharem duas vezes por semana, das 7h às 11h e de observarem o estoque. Quando o estoque cai e há demanda, elas são convocadas em outro dia para repor o estoque. A hora de trabalho é baseada em 2 salários-mínimos. Segundo uma das sócias, a ideia inicial era de que cada uma tivesse seus próprios produtos para serem revendidos com a marca do projeto, mas, ainda segundo a sócia, as mulheres preferem que tenham essa relação de emprego, embora não haja vínculo formal.

Em 2020, houve uma grande enchente e a casa que já havia sido reformada para abrigar o projeto, foi destruída. Encontraram nova casa e recomeçaram, porém, em 2022, houve uma nova enchente, que destruiu novamente a casa. Então teve início uma saga para sobrevivência: tanto do projeto, quanto das mulheres. A casa de uma das sócias do projeto permaneceu intacta, devido à sua localização, em uma parte mais alta da cidade, mas as casas das outras mães, que

residem na região periférica, antiga vila dos trabalhadores da mina, foi totalmente destruída – nas duas últimas enchentes (2020 e 2022).



Enchente no ano de 2020

Fonte: Uol (2020)



Enchente no ano de 2022

Fonte: Estado de Minas (2022)

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, as idealizadoras do projeto acreditam muito que vão conseguir prosperar, assim como as demais participantes, que se dedicam muito à continuidade do trabalho, dentro da compreensão de cada uma.

Atualmente, o coletivo é composto por cinco mulheres na produção, duas sócias que conduzem a gestão, e uma outra colaboradora que atua com o marketing. Os produtos

produzidos por essas mulheres são expostos em duas feiras fixas, sendo uma todas as quartas-feiras, em uma escola de um bairro nobre de Belo Horizonte, e a cada quinze dias em um shopping também da capital. Há também uma negociação em andamento, para que os produtos sejam comercializados em um renomado supermercado de Belo Horizonte.



Bairro onde moram as sujeitas de pesquisa

Fonte: Estado de Minas (2022).

4.3 Conte-me sua história

*Ouvir está na base do apaixonamento por pessoas e fatos.
Ouvir é condição para desbloquear a energia da vida.
Saber ouvir é sinal de respeito e solidariedade.
O exercício de ouvir abre caminhos de convivência.
Frei Cláudio Van Balen*

Ainda incomodada com o discurso empreendedor de modernidade e progresso que parte de uma concepção ideológica de que todos devem ser empresas de si mesmos e de que qualquer indivíduo que se esforce muito é capaz de obter sucesso ao empreender, na tentativa de impor

sua agenda mercadológica como a solução de problemas mais urgentes, principalmente da população mais pobre e mais atingida pela vulnerabilidade social, encontrei-me perdida em meio a tantas tentativas de encontrar as sujeitas de pesquisa que estivessem inseridas na prática empreendedora e em situação de pauperização.

Era necessário recolher as trajetórias laborais dessas mulheres que se tornam mães e empreendem por necessidade dentro de seus contextos sociais. Ao buscar por coletivos de mulheres que empreendem, cheguei ao coletivo aqui investigado. Através de sua página em uma rede social, encontrei o telefone de uma das idealizadoras do projeto e fiz o primeiro contato e fui prontamente atendida, com muita cordialidade e interesse pela minha pesquisa.

Entre setembro e novembro de 2022, em meio a mensagens e ligações, finalmente conseguimos agendar um primeiro encontro. Tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o projeto e apesar de certa timidez e desconfiança, as mulheres que fazem parte do coletivo foram muito receptivas e demonstraram interesse em participar da pesquisa. Comecei o trabalho com quem tive contato naquele primeiro dia: uma das sócias, e outras quatro mulheres que compõem o coletivo. Contudo, apresento nesta dissertação somente a história de duas delas, que foram escolhidas por sua disponibilidade e abertura para narrar suas histórias.

Para apresentar as histórias de nossas sujeitas de pesquisa – mulheres-mães e trabalhadoras, escolhemos o nome Maria. Assim como na música de Milton Nascimento, que conta a história de uma Maria que morava na beira de uma linha de trem, em uma cidade mineira, cuidando dos filhos sozinha e que apesar das dificuldades, seguia em frente (PITANGUEIRA, 2022), contaremos, a seguir, as histórias de nossas Marias – Maria da Penha e Maria das Graças, que também possuem “força, raça, gana e sonhos”.

4.3.1 A história de Maria da Penha

“Empreendedorismo é conseguir gerar renda com o seu trabalho” (MARIA DA PENHA).

Meu primeiro contato com Maria da Penha aconteceu em novembro de 2022. Desde então mantivemos contato por um aplicativo de mensagens instantâneas e ainda tivemos mais dois encontros pessoais. Ela é uma mulher muito gentil e demonstrou muito interesse em contribuir com a pesquisa. Conversamos muito desde nosso primeiro encontro. Ela demonstrou muita disposição em contar sobre sua trajetória profissional e falamos também em alguns momentos sobre sua vida pessoal.

Maria da Penha me recebeu em sua casa e lá tivemos momentos muito agradáveis, enquanto ela narrava parte da sua história. A casa em que ela mora, assim como das outras mães do coletivo investigado, situa-se na região periférica da cidade. O imóvel é dividido em dois andares, onde no térreo mora o cunhado de Maria da Penha, sua esposa e mãe – sogra de Maria da Penha, e no andar superior, moram Maria da Penha, seu marido e dois filhos.

Maria da Penha tem 43 anos, nasceu em Santa Luzia e casou-se aos 19 anos, após concluir o ensino médio. A partir de então, passou a cuidar da casa e dos filhos, por 14 anos. Aqui, já é possível perceber que Maria da Penha fez parte do grupo de mulheres e meninas que são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado realizado no mundo, onde elas dedicam 12,5 bilhões de horas, diariamente, ao trabalho de cuidado não remunerado – uma contribuição de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano à economia global – o que representa mais de três vezes o valor da indústria de tecnologia do mundo (OXFAM, 2020).

Passados 14 anos, Maria da Penha resolveu retomar seus estudos, em 2013, quando iniciou o curso técnico em Magistério. Em 2016 ela iniciou o curso de Pedagogia e formou-se em 2019. Ela relata que atualmente, o trabalho doméstico é dividido entre ela, seus filhos e seu marido. Apesar de sua mãe não morar com ela, ela ajudou nos cuidados com seu padrasto, que faleceu em 2020, logo após o início da pandemia – e aqui, mais uma vez, ela esteve envolvida com o trabalho de cuidado de outra pessoa.

A trajetória profissional de Maria da Penha, fora do ambiente doméstico, começou em 2013, quando teve seu primeiro emprego na creche municipal e onde ela permanece trabalhando. Antes disso, Maria da Penha dedicou-se a cuidar dos filhos e da casa e eventualmente, quando tinha algum evento em um condomínio de alto luxo da região, ela trabalhava com sua irmã vendendo pastéis. Sempre que possível, Maria da Penha a acompanhava, também na tentativa de encontrar um meio de complementar a renda familiar.

Em 2020, após o início da pandemia, com o trabalho na creche suspenso, ela foi procurada pelas sócias do coletivo que estavam iniciando o projeto de produção de alimentos com as mães da comunidade, que tinham seus filhos atendidos pela ONG. Atualmente, Maria da Penha divide seu tempo entre os cuidados com a casa, o trabalho parcial na creche no turno da tarde e o trabalho no coletivo 2 a 3 vezes na semana, a depender da demanda de produção, no turno matutino.

O formato de trabalho realizado por Maria da Penha na creche municipal, com uma turma de crianças de 3 anos, se dá através de contrato, no qual a prefeitura contrata os colaboradores ao final do mês de janeiro, às vésperas do início do ano letivo e encerra o contrato em dezembro, ao término do ano letivo. Quando questionada sobre os direitos trabalhistas, ela

me disse que acredita que esteja tudo em conformidade, que uma colega disse que “está tudo certinho, na carteira (de trabalho)”. Mas Maria da Penha nunca acessou sua CTPS¹⁸ para conferir. Em consulta ao nome de Maria da Penha no portal da transparência da prefeitura do município, foi verificado o tipo de vínculo empregatício como contrato, sua remuneração e o recolhimento de contribuição do empregado referente ao RGPS¹⁹. Quando questionada a respeito de seus direitos trabalhistas, Maria da Penha informou que, se precisar se ausentar, por exemplo, no contrato com a prefeitura ela poderia, sem prejuízos à sua remuneração. Sobre as férias, elas acontecem no período escolar, no entanto, como o contrato é encerrado ao final do ano, as férias não são remuneradas.

Quanto ao trabalho no projeto, ela me contou que à época em que foi convidada para compor o coletivo, ela prontamente aceitou, no entanto, não pôde comparecer aos primeiros encontros devido ao adoecimento e posteriormente, falecimento, de seu padrasto. Maria da Penha relatou que no começo, a dinâmica do trabalho ainda não era muito organizada. Que muitas vezes, quando se reuniam, não sabiam exatamente o que fazer. Em outros momentos, as receitas propostas não davam certo e perdia-se muito tempo e matéria-prima até conseguirem ajustar as receitas e a produção.

Maria da Penha também relatou esse desajuste em relação à rotina de produção. Ela disse que prefere trabalhar com a produção de um item de cada vez, ao invés de vários itens no mesmo dia. Segundo ela “rende mais trabalhando assim”.

Maria da Penha dedica-se à produção de granolas, biscoitos, bolos e pães. Quando questionada sobre a participação dela no negócio, ela relata que prefere ficar por conta da produção, embora tenha também a responsabilidade de comunicar às gestoras do projeto sobre o estoque, sobre o que falta, sobre o que precisa comprar, quanto e quando comprar, sobre materiais de trabalho, dentre outras coisas.

Maria da Penha contou que certa vez, uma das idealizadoras propôs uma reunião mensal para que conversassem sobre o negócio, mas ela disse que “não gosta do serviço burocrático”, que prefere produzir e que acha que perdem muito tempo em reuniões “batendo papo” quando poderiam estar produzindo. Ela não demonstra interesse em gerir o negócio.

Quando adentramos no assunto sobre direitos trabalhistas, ela reconheceu que não há qualquer formalização do trabalho, portanto, caso precise se ausentar, por quaisquer motivos, ela não será remunerada no período de ausência, visto que seu trabalho é pago por produção.

¹⁸ Carteira de Trabalho e Previdência Social

¹⁹ Regime Geral de Previdência Social

Se ela falta, ela não é banida do projeto, porém também não recebe nenhum valor durante seu afastamento do trabalho. Maria da Penha entende que esse trabalho é totalmente informal.

Ao ser perguntada sobre empreendedorismo, Maria da Penha diz que para ela, “empreendedorismo é conseguir gerar renda com o seu trabalho”. Ela diz o seguinte: “nós, enquanto grupo, conseguimos produzir e vender, não dependemos de uma empresa, apesar de não sermos responsáveis pela parte burocrática do processo”. E aqui percebemos a forte presença da ideologia do empreendedorismo, que oculta as incongruências da “empreendedorização da força de trabalho” (FERRAZ, 2019, p.190). No empreendedorismo precarizado, onde encontra-se a maior parte da força de trabalho do país, a prática empreendedora é transformada em única alternativa de subsistência, quando o contexto de desemprego estrutural poderia/deveria promover resistência e luta.

O coletivo é um espaço de convivência muito precioso para Maria da Penha e para as outras mães. Pelo que elas relatam, ali elas trabalham, mas mais que isso, conversam, trocam experiências, se emocionam e se consolam.

4.3.2 A história de Maria das Graças

*“Eu trabalho nem é tanto pelo dinheiro, é porque lá me sinto bem. Minha vida foi só sofrimento, apanhei muito, “minha fia”, mas lá sou respeitada”
(MARIA DAS GRAÇAS).*

Minha primeira entrevista com Maria das Graças aconteceu em novembro de 2022. Desde então mantivemos contato por um aplicativo de mensagens instantâneas e ainda tivemos mais dois encontros pessoais. Ela é uma mulher muito receptiva, que gosta de conversar e esteve sempre aberta a me contar sobre sua trajetória profissional, mas não somente isso. Conversamos sobre detalhes muito íntimos de sua vida, sempre com muito respeito e honestidade. Maria das Graças me recebeu em sua casa e lá tivemos momentos de muita emoção, enquanto ela relatava as dores de sua existência.

Maria das Graças tem 68 anos, é uma mulher preta, analfabeta, moradora da região periférica da cidade onde está situado o coletivo investigado. Nascida em Januária, mudou-se de lá quando tinha apenas 17 anos, a pedido de seu irmão, para ajudar sua cunhada com os cuidados com sua sobrinha, que tinha acabado de nascer – aqui a história já demonstra, mais uma vez, a imposição do papel de cuidadora à uma mulher preta, em situação de pobreza que assume um trabalho de cuidado não remunerado. Antes mesmo de mudar-se, Maria das Graças já exercia o trabalho como doméstica em sua cidade, quando ainda era apenas uma menina.

Segunda ela, o pai dizia com orgulho que ela era uma “menina trabalhadeira” que “não quis estudar, mas que gostava de trabalhar”.

Pouco tempo depois de ter chegado à cidade, Maria das Graças conheceu seu ex-companheiro. Quando seu irmão soube do relacionamento – único da vida de Maria das Graças, avisou seu pai, que imediatamente mandou buscar Maria das Graças e levá-la de volta para casa, mas a essa altura ela já gostava muito de seu ex-companheiro e quis voltar para o companheiro. Segunda ela, a essa altura, ela já tinha “se perdido” com ele e já estava esperando seu primeiro filho. O relacionamento de Maria das Graças foi marcado por muita violência. Ela relatou ter vivido uma vida de muito sofrimento em seu casamento, quando era constantemente violentada, física e emocionalmente.

Maria das Graças contou que teve quatro filhos com seu ex-companheiro, e que perdeu três deles, por circunstâncias diversas. Em nossas conversas, não entramos muito nos detalhes das mortes dos filhos, pois isso lhe causava muita dor. Por isso, a deixei à vontade para relatar da maneira que lhe fosse menos desconfortável. Ela deu mais detalhes da morte de seu filho caçula, que faleceu quando tinha apenas cinco meses de vida.

Certa vez, após seu filho caçula nascer e ficar hospitalizado e diante de tanto sofrimento e violência por parte do ex-companheiro, ela foi levada pela família dele, com quem ela se dava muito bem, para viver em São Paulo e trabalhar em uma casa de família – foi nesta ocasião que ela teve sua única experiência de trabalho com carteira assinada. Pouco tempo depois, ela recebeu a notícia de que seu bebê tinha falecido. Seu companheiro impediu que Maria das Graças voltasse. Segundo ela, “ele deu um jeito da patroa não lhe entregar sua passagem de ônibus para voltar”. Ela não pode sair de São Paulo. Não pode velar nem enterrar seu filho. Mais uma violência sofrida.

Atualmente, Maria das Graças mora com o único filho que lhe restou e está prestes a se mudar para uma cidade próxima com ele. Quando a questioneei sobre a casa em que ela vive há 35 anos, ela me disse que deixará essa casa para ter sossego, pois o ex-companheiro diz que a casa é dele. Ao sugerir que ela teria direitos sobre a casa, ela me respondeu que “prefere sair da casa e permanecer viva, pois para matá-la o ex-companheiro “não mudaria de roupa”, ou seja, ele o faria sem cerimônias.

Ela relatou que viveu uma vida de muito sofrimento. Apanhava muito, era muito maltratada, que tentava se separar, mas era ameaçada e que no fundo, o amava muito, por isso sempre voltava. Ela relata que mesmo grávida apanhava, mas “não na barriga”. Ela diz: quando eu estava esperando menino, ele não me batia na barriga, somente em outras partes do corpo, nas costas, nas pernas...”

Assim como muitas mulheres de sua classe e raça, sua trajetória profissional esteve sempre ligada a cuidados – trabalhou a vida toda cuidando de casas e ou de pessoas. Começou a trabalhar em casas de famílias com o serviço doméstico quando ainda era uma criança. Posteriormente, quando se mudou para onde vive, a pedido de seu irmão para cuidar da família dele – enquanto ele trabalhava na mina. E depois, continuou a trabalhar em casas de famílias, como doméstica ou babá, e em sua casa, produzindo temperos e conservas. Trabalho que enquanto estava casada, seu ex-companheiro realizava e ela o ajudava a produzir e vender os produtos, para além de seu trabalho fora como doméstica, para garantir a subsistência da família e escapar da miséria, mesmo diante de tantas violências sofridas.

Em 2020, Maria das Graças foi convidada para trabalhar no coletivo. Em seu trabalho, ela dedica-se também à produção de granolas, biscoitos, bolos e pães, assim como Maria das Graças. Ela demonstra muito afeto pelo projeto e por todas as mães que ali trabalham e afirma que estar neste projeto é uma maneira de terapia, que a convivência, as conversas e o trabalho a fazem muito bem. Ela se sente querida e isso faz com que as dores de sua existência sejam amenizadas. Ela não está envolvida na gestão do negócio e nem tem interesse em estar. Entende muito pouco ou quase nada sobre a condução do negócio. Sobre direitos trabalhistas, não há qualquer formalização do trabalho e ela também desconhece seus direitos. Ao ser perguntada sobre empreendedorismo, ela não sabe o que significa.

Em nossa última conversa, em maio/2023, Maria das Graças sentia muitas dores no punho direito, havia 15 dias. Quando a perguntei se ela estava trabalhando, ela disse que não, pois não conseguia mexer a mão direita. Consequentemente, não estava recebendo sua remuneração, pois o formato de trabalho é por produção: recebe pelo que produz. Se não estava trabalhando, não estava recebendo. E aqui ela tinha mais um direito violado. Mas ela não tem essa percepção. Para ela a convivência importa mais que o dinheiro.

Maria das Graças se encontra em uma situação de extrema vulnerabilidade, especialmente pela falta de proteção social enquanto inserida na prática empreendedora: não têm acesso a benefícios sociais, estando exposta a uma posição vulnerável em caso de doença, acidentes ou necessidade de afastamento do trabalho, como a que vivia em nossa última conversa – ela estava há 15 dias sem trabalhar no projeto e, portanto, e sem receber. Maria das Graças hoje sobrevive com sua aposentadoria de um salário mínimo, fruto de sua iniciativa de contribuir individualmente para o INSS – já que foi trabalhadora formal por apenas um ano, enquanto vivia em São Paulo. Ela relatou que quase todo o dinheiro vai para a compra de medicamentos.

A história de Maria das Graças e Maria da Penha exemplificam bem a situação de pauperização que mulheres enfrentam e que, como vimos, teima-se em se insistir que a prática empreendedora seria o caminho possível e necessário para transformar as suas vidas. Por isso, é essencial analisar as categorias de maternidade, trabalho reprodutivo e empreendedorismo materno (precarizado) a partir de uma perspectiva crítica das relações de classe e da exploração capitalista. É o que faremos a seguir.

5 ANÁLISE

Para produzir esta análise, foram seguidos os seis passos da análise temática de Braun e Clark (2006). Primeiramente, após o recolhimento das trajetórias de vida laboral, houve a familiarização com os dados, que foram transcritos e revisados, enquanto as ideias iniciais eram traçadas. Em seguida, os aspectos mais relevantes para o objeto de pesquisa foram destacados. Na sequência, para cada aspecto selecionado, foram separados os dados pertinentes a eles e assim as categorias (temas) foram sendo delineadas, revisadas e nomeadas, sendo elas: **1) contexto, 2) maternidade e trabalho reprodutivo e 3) prática empreendedora de mulheres-mães**. A partir desta definição, os detalhes recolhidos foram refinados e histórias foram sendo relacionadas às suas respectivas categorias. Por fim, as falas das sujeitas de pesquisa foram posicionadas de acordo com suas categorias, a fim de fornecer exemplos vívidos que pudessem exemplificar a relação com objeto de pesquisa investigado. É o que veremos a seguir.

5.1 Dos relatos ao diário de campo: uma análise temática

5.1.1 Contexto: “aqui as pessoas saem para trabalhar e só voltam para dormir”. (MARIA DA PENHA)

Das três categorias aqui mencionadas, a categoria **Contexto** nos revela o quanto a experiência em nosso locus de pesquisa apresenta uma série de dificuldades e desafios enfrentados pelos moradores e especialmente pelas sujeitas desta pesquisa. Para além da observação e o diário de campo da pesquisadora, é a partir das falas aqui apresentadas, que conseguimos ilustrar o processo de pauperização que as mulheres sujeitas da pesquisa enfrentam, diante de um cenário de escassez – de oportunidades, de emprego, de saúde. Para tanto, essa categoria apresenta duas discussões principais, sendo elas: **1) os impactos da mineração na história do locus de pesquisa e 2) as consequências desses impactos na vida das sujeitas de pesquisa**.

Em nosso locus de pesquisa, encontram-se vestígios duradouros provenientes da atividade mineradora, que deixaram uma forte marca em sua história, mas diferentemente de outras cidades que emergiram durante o ciclo do ouro, ela não exhibe a ostentação que a riqueza gerada por essa atividade proporcionou em outros lugares em seu conjunto urbano. Ao

contrário, a cidade apresenta danos ambientais causados pela mineração, como a degradação do solo, a contaminação dos recursos hídricos e a destruição de áreas naturais.

Conforme relatado no diário de campo, foi possível perceber na cidade sérias deficiências estruturais. O primeiro problema já pode ser percebido logo no acesso ao município, devido ao estado precário das estradas. Os relatos das mães entrevistadas somados à convivência no coletivo investigado, revelou a insuficiência de serviços públicos essenciais, como saúde e educação. Nos últimos encontros com Maria das Graças, ela sentia muita dor na mão direita e explicou que precisou procurar atendimento na cidade vizinha, por não haver estrutura suficiente na cidade onde vive:

“Estou com muita dor nessa mão. Não trabalho tem 15 dias. Tive que ir ao médico em outra cidade. Aqui não consegui atendimento”. (MARIA DAS GRAÇAS)

Os impactos da falta de estrutura e planejamento na cidade, consequências da ausência do Estados, também afetam o saneamento, como pode ser percebido no trajeto para os encontros e nos relatos das sujeitas de pesquisa sobre as constantes enchentes que assolam as áreas mais vulneráveis da cidade. A região onde moram, sofre anualmente, especialmente nos meses de dezembro e janeiro. Por meio das conversas com o coletivo, anteriores à coleta das trajetórias laborais, uma das informações registradas no diário de campo, foi que o bairro permanece como uma das áreas mais vulneráveis da cidade. Por estar localizado próximo a um rio, o bairro sofre com inundações recorrentes. Conforme informação levantada pelo Instituto Água e Saneamento (2023), 50% dos domicílios da cidade estão sujeitos a risco de inundação e não há um mapeamento de áreas de risco; além de não existirem sistemas de alerta para riscos hidrológicos. Nos últimos cinco anos foram registradas 2 enxurradas, inundações ou alagamentos (IAS, 2023).

“Aqui no bairro todo mundo perdeu tudo nas últimas chuvas. Alaga tudo aqui (MARIA DA PENHA)”.

“Perdi muitas coisas na enchente. Minha casa ficou cheia de lama. (MARIA DAS GRAÇAS)”.

A cidade sofre com ausência do poder público, no que diz respeito a um planejamento urbano adequado, resultando em ocupação desordenada do território, ausência de áreas verdes, problemas de mobilidade e falta de espaços de convivência e lazer. Em conversas com as mães integrantes do projeto, em nossa entrada no campo de pesquisa, elas afirmaram que com o declínio da atividade mineradora, muitos moradores da cidade enfrentaram dificuldades

econômicas, com altos índices de desemprego e baixa renda, o que afetou diretamente a qualidade de vida da população. A cidade que no passado era considerada uma cidade próspera, que estava rumo ao progresso, acabou se tornando uma cidade abandonada, com prazo de validade: após ter todo o seu recurso mineral esgotado e a mina ser levada à escassez, a cidade tornou-se apenas “dormitório”, assim como definido por Maria da Penha:

“Quando vim pra cá já não tinha a mina, mas a gente vê que quando fechou prejudicou muito a cidade. A maioria do pessoal sai pra trabalhar fora. Aqui as pessoas saem e voltam só pra dormir. Aqui virou cidade dormitório. Minha filha mesmo trabalha em outra cidade” (MARIA DA PENHA).

Em todos os relatos recolhidos, o entendimento é que o encerramento da exploração da mina, foi responsável por colocar o município em uma situação de crise econômica, pois a concentração da economia local apenas na mineração causou impactos econômicos e sociais graves. Quando a mina fechou, os trabalhadores buscaram emprego em outros municípios, como foi relatado por Maria da Penha e Maria das Graças, voltando à cidade apenas para dormir. Muitas famílias perderam o seu sustento e desde então, a cidade não se reergueu, conforme relatado por Maria da Penha:

“Meu sogro trabalhava na mina e as pessoas dizem que quando fechou, acabou a cidade. Não tem mais emprego”. (MARIA DA PENHA)

Temos acompanhado, nos últimos anos, a mineração no centro de discussões, devido aos crimes ambientais mais recentes ocorridos em Minas Gerais – o rompimento das barragens de Mariana (2015)²⁰ e Brumadinho (2019)²¹. E nesse cenário de muitas preocupações, há um registro no diário de campo que nos chama a atenção: as imagens de orientações de autossalvamento espalhadas por uma mineradora em placas pela cidade. Devido à proximidade com as barragens de Ouro Preto e Macacos, essas placas foram instaladas após a notícia da mudança da classificação de risco de rompimento, que alteraram os níveis de segurança para “alerta máximo”, em março de 2019²². Assim, mesmo com a atividade extrativista finalizada, a cidade encontra-se diante de um risco significativo, caso haja novos rompimentos de barragens.

A atual condição da cidade, de escassez de oportunidades, revela um cenário de desemprego estrutural. Até mesmo por parte da prefeitura, as relações de trabalho são

²⁰ Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>

²¹ Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/desastre-da-vale-relatorio-elaborado-por-universidade-da-espanha-aponta-causas-do-rompimento-da-barragem-em-brumadinho-mg>

²² Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/03/30/simulados-de-emergencia-de-barragens-sao-feitos-em-4-cidades-mineiras-neste-fim-de-semana.ghtml>

precarizadas. Os relatos recolhidos nos levaram a consultar o portal da transparência da prefeitura²³ e identificamos situações em que os contratos com trabalhadores, especialmente os lotados nas escolas e creche municipais, são firmados com prazos menores que 12 meses – entre fevereiro e dezembro – em uma possível tentativa de redução de custos gerados pelos vínculos empregatícios.

Diante desse cenário de incertezas, constatamos que poucas são as opções para essas mulheres-mães que precisam sobreviver e prover para seus filhos e filhas, restando, portanto, o trabalho doméstico e o empreendedorismo precarizado (ou prática empreendedora), conforme demonstrado na fala de Maria da Penha:

“Comecei no projeto em 2020, quando estava todo mundo sem trabalhar por causa da pandemia. Elas procuravam mães para produzir bolos e vender. E a gente precisava trabalhar pra sobreviver”. (MARIA DA PENHA)

Percebemos, portanto, diante dos relatos, dos encontros com o coletivo e também dos registros do diário de campo, que essas mulheres vivem em situação de vulnerabilidade e que para além dos problemas enfrentados em seus contextos sociais, ainda permanecem como as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, de tarefas domésticas, cuidado com os filhos e demais responsabilidades familiares. Na próxima seção, que falará sobre a categoria **Trabalho Reprodutivo e Maternidade**, veremos a problematização sobre a necessidade de realização do trabalho reprodutivo e a concretização de uma nova forma de opressão da mulher, que a coloca em um lugar de principal responsável pela realização desse trabalho social, independentemente de ser ela também trabalhadora produtiva ou improdutiva enquanto atuante em atividades submetidas ao capital.

5.1.2 *Trabalho reprodutivo e maternidade: “mesmo apanhando, eu o ajudava a trabalhar”* (MARIA DAS GRAÇAS)

A convivência com as sujeitas de pesquisa somada às observações e registros do diário de campo, possibilitaram a confirmação da relação intrínseca entre trabalho reprodutivo e maternidade. A fim de se obter uma análise sobre esta categoria, **Trabalho reprodutivo e Maternidade**, consideramos duas questões principais: 1) Trabalho reprodutivo como responsabilidade exclusiva da mulher e 2) A venda da força de trabalho feminina ao Capital, para além do trabalho reprodutivo (doméstico).

²³ <https://transparencia.betha.cloud/#!/NkCrJ0CGVWbqSo-DMeqXHA==/consulta/25157>

Foi possível confirmar, a partir do relato de todas as mulheres que integram o coletivo investigado, e especialmente pelas sujeitas de pesquisa, o que a discussão teórica deste trabalho afirma: o trabalho reprodutivo, que se refere às atividades necessárias para a reprodução e sustentação da força de trabalho na sociedade, é realizado, em sua maioria, pelas mulheres. Todas as seis mulheres que fazem parte do coletivo e que estavam presentes nos primeiros encontros, são mães e afirmaram que têm afazeres domésticos para além do trabalho no projeto, sendo também responsáveis pelo cuidado com os filhos e/ou netos, pela manutenção do lar, pela preparação de refeições, pela limpeza, dentre outras tarefas que são essenciais para a reprodução da vida e para o funcionamento da sociedade como um todo, conforme podemos confirmar nas seguintes falas:

“Nos dias em que não estou no projeto, lavo, passo, cozinho e de tarde vou pra creche”
(MARIA DA PENHA)

“Nessa idade eu cuido de tudo sozinha, minha fia”. (MARIA DAS GRAÇAS)

Os recolhimentos das trajetórias laborais das sujeitas de pesquisa nos mostram que todas as atividades que essas mulheres já realizaram na vida estavam relacionadas ao trabalho reprodutivo. Para Maria das Graças, ele já se fazia presente quando ela ainda era apenas uma criança e mesmo quando, ainda muito jovem, precisou sair de sua cidade natal, a pedido de seu irmão:

“Desde pequena, trabalho em casa de família”. (MARIA DAS GRAÇAS)

“Nasci no Vale do Jequitinhonha e vim pra cá quando tinha 17 anos. Meu irmão, que tinha vindo trabalhar na mina, pediu painho pra eu vir cuidar da minha cunhada que teve bebê” (MARIA DAS GRAÇAS).

Como Maria das Graças precisou trabalhar desde criança, essa situação impactou sua vida de diversas maneiras, principalmente no que diz respeito à educação. Em uma de nossas conversas, ela revelou:

“Não tive tempo de estudar. Sempre trabalhei. Não sei ler nem escrever.” (MARIA DAS GRAÇAS)

“Meu pai falava: essa menina não estudou, mas gosta de trabalhar”. (MARIA DAS GRAÇAS)

Com Maria da Penha, a história com a educação ocorreu de maneira diferente, mas nem por isso, deixou de ser impactada. Ela estudou até o ensino médio, mas casou-se aos 19 anos e

dedicou-se exclusivamente ao trabalho reprodutivo de cuidados com a casa e com os filhos, retomando sua jornada educacional apenas 14 anos depois, quando resolveu cursar o mestrado:

“Voltei a estudar só depois de criar meus filhos” (MARIA DA PENHA).

A partir do relato de Maria da Penha, e principalmente da observação da realidade dessas mulheres, foi possível perceber o quanto elas são “naturalmente” conduzidas a assumir a responsabilidade pelos cuidados com os filhos, pela administração do lar e por outras tarefas relacionadas à reprodução da vida cotidiana, mesmo que de maneira velada.

“Casei com 19 anos e fiquei em casa até minha filha mais velha completar 14 anos” (MARIA DA PENHA).

Ainda que Maria da Penha tenha afirmado em um de nossos encontros que seus filhos e seu marido dividem com ela a realização das tarefas domésticas, sabemos que a exploração do trabalho reprodutivo é crucial para o funcionamento do sistema capitalista. Ao manter essas mulheres responsáveis pelo trabalho reprodutivo não remunerado, como foi o caso de Maria da Penha, ao se recolher ao ambiente doméstico por 14 anos após o nascimento dos filhos, o sistema capitalista se beneficia ao transferir os custos da reprodução da força de trabalho para a esfera doméstica, isto é, para a classe trabalhadora. Essas tarefas domésticas não são remuneradas, são invisibilizadas e, muitas vezes, são consideradas "naturais" ou "obrigações naturais" das mulheres.

Ademais, o lugar de subordinação dessas mulheres para além do trabalho reprodutivo também contribui para a institucionalização da violência no ambiente privado. Maria das Graças, em seu relato, revelou que mesmo trabalhando fora como doméstica, quando voltava para casa ainda ajudava seu ex-companheiro a produzir e vender temperos e conservas, mesmo sofrendo violência diariamente, conforme conseguimos perceber em suas falas:

“Mesmo ele me batendo, eu ajudava ele a fazer os temperos e conservas e vender” (MARIA DAS GRAÇAS).

“A família do meu ex-marido me levou pra morar em SP, pra ele não me matar. Lá eu fiquei trabalhando em casa de família” (MARIA DAS GRAÇAS).

Os relatos de Maria das Graças revelam a dupla opressão a qual ela estava submetida, tanto como trabalhadora explorada na esfera produtiva, quanto como realizadora do trabalho reprodutivo não remunerado em casa, sob circunstâncias violentas.

Depreendemos que ainda que o trabalho reprodutivo não deixe de custar algo para o capital, pois a reprodução da força de trabalho, em sua maioria feminina, ocupada tão somente com o trabalho reprodutivo precise ser contemplada no valor da força de trabalho do trabalhador produtivo e improdutivo, quando não é considerada, faz com que a mulher também precise vender sua força de trabalho ao capital. Este é o caso de Maria das Graças e Maria da Penha, que só conseguiram gerar renda através de trabalho reprodutivo:

“Sempre trabalhei em casa de família, como babá ou doméstica” (MARIA DAS GRAÇAS).

“Ajudei a criar muita criança. Até hoje tem uma menina que criei que vem me visitar (MARIA DAS GRAÇAS)”.

Quando fui convidada para participar do projeto, aceitei, mas não pude ir no começo do projeto porque meu padrasto adoeceu e eu precisava ajudar ele e minha mãe (MARIA DA PENHA).

“Trabalho "de contrato também" na creche da prefeitura, cuidando de crianças de 3 anos. Mas o contrato é só de fevereiro a dezembro. Em dezembro eles mandam todo mundo embora e chama de novo no final de janeiro” (MARIA DA PENHA).

Percebemos então, diante dos relatos, dos encontros com o coletivo e também dos registros do diário de campo, que essas mulheres não tiveram escolhas para além do trabalho reprodutivo como gerador de renda, aos olhos do capital, trabalho improdutivo, pois trata-se tão somente de meios para reproduzir a força de trabalho de outros membros da classe trabalhadora que repassa o trabalho reprodutivo para essas mulheres. Isso reforça a ideia de que esse tipo de trabalho, em nossa sociedade, é atribuído exclusivamente às mulheres como se estivessem destinadas a realizar apenas trabalho reprodutivo. Sendo assim, como falar de tomada de decisão ou possibilidade de escolha quando levamos em consideração que o lugar dessas mulheres já está estruturalmente e socialmente definidos? A questão do empreendedorismo que será discutido na próxima categoria problematiza a tomada de decisão por empreender.

5.1.3 Prática empreendedora: tomada de decisão ou sobrevivência? “Trabalho por produção. Se não trabalho, não recebo” (MARIA DA PENHA)

A partir dos relatos e das percepções registradas no diário de campo, pôde-se compreender melhor as razões pelas quais essas mulheres que são mães se inserem ou são inseridas no empreendedorismo precarizado, ou prática empreendedora. Para proceder com a

análise da categoria **Prática Empreendedora**, discutiremos duas questões principais: 1) mito do empreendedorismo e 2) empreender para sobreviver.

O conceito de empreendedorismo, como vimos nesta pesquisa, é utilizado por diversos meios para designar o trabalho por conta-própria, em um movimento de cooptar a subjetividade das trabalhadoras, atraindo-as para a ideologia do empreendedorismo. E foi possível perceber a crença nesse mito do empreendedorismo, a partir das falas de Maria da Penha:

“Nós, enquanto grupo, conseguimos produzir e vender, não dependemos de uma empresa, apesar de não sermos responsáveis pela parte burocrática do processo” (MARIA DA PENHA).

Em uma cidade duramente afetada pelo desemprego e precarização do trabalho, como a que investigamos, vimos que o empreendedorismo, especialmente o social, é posto como saída para uma situação de vulnerabilidade, assim como percebido no coletivo aqui investigado. Essa situação, conforme foi possível perceber através dos relatos e das observações registradas no diário de campo, trata-se de uma tentativa de mascarar a situação de informalidade e passar para essas trabalhadoras a responsabilidade de se auto salvarem desse contexto de pauperização, inserindo-se na prática empreendedora, ou empreendedorismo precarizado.

Isso cria uma máscara para encobrir essa situação crítica, rotulando essa abordagem como uma suposta virtude, colocando a empreendedora como um indivíduo corajoso que busca uma atividade com o objetivo de desenvolver um negócio ou atividade econômica, conforme percebemos na definição de MARIA DA PENHA para o empreendedorismo:

“Empreendedorismo é conseguir gerar renda com o seu trabalho” (MARIA DA PENHA).

Na realidade, o que essa pesquisa discute é que “os interesses contrários à classe trabalhadora, ou seja, dos detentores de capital e do próprio Estado estão se sobressaindo ao que significa de fato a palavra” (NOGUEIRA, 2020). E mais, estão cooptando a subjetividade de parte da classe trabalhadora, dizendo da grande vantagem que existe em você ser patrão de si mesmo, o que foi claramente percebido através da fala de Maria da Penha, quando afirmou:

“Não dependemos de uma empresa para trabalhar” (MARIA DA PENHA).

Considerando que a situação atual não oferece respostas para a crise econômica, inferimos que é vantajoso para os governos que desmontam os direitos trabalhistas e não conseguem gerar empregos promover a ideologia do empreendedorismo, especialmente para as mães. Assim, o Estado, em sintonia com o movimento do ciclo capitalista, espelha e valida a irracionalidade da lógica da exploração, como evidenciamos na história desta cidade e nas falas de Maria da Penha:

“Trabalhamos por demanda. Quando tem muito estoque, não vamos trabalhar. A gente recebe por dia trabalhado. No final do mês, conta quantos dias trabalhamos e paga por dia trabalhado” (MARIA DA PENHA).

“Trabalho "de contrato também" na creche da prefeitura, mas só de fevereiro a dezembro. Em dezembro eles mandam todo mundo embora e chama de novo no final de janeiro” (MARIA DA PENHA).

Assim, percebemos a partir das observações e dos relatos das sujeitas de pesquisa, que as mulheres são empurradas para o trabalho informal, ou para o trabalho por conta-própria ou empreendedorismo (precarizado) por não existirem outras oportunidades e para conseguirem conciliar as obrigações do trabalho reprodutivo que foram sendo atribuídas a elas ao longo dos anos, frutos de uma construção social baseada em desigualdade de gênero. A situação se torna ainda mais complexa quando essas mulheres se tornam mães e são impelidas para condições precárias de trabalho, muitas vezes em tempo parcial e com baixa remuneração, conforme podemos perceber através das falas de Maria das Graças e Maria da Penha:

“Tem 15 dias que não trabalho por causa da dor nessa mão. Como não estou trabalhando, não estou recebendo” (MARIA DAS GRAÇAS).

“Trabalhei com carteira assinada apenas 1 vez, por pouco mais de um ano” (MARIA DAS GRAÇAS)

“Meu trabalho é por produção. Se eu não for, não recebo”. (MARIA DA PENHA)

“Não tem formalização do trabalho no projeto. É informal”. (MARIA DA PENHA)

Foi possível inferir ao longo desta investigação, que essas mulheres, mesmo que inseridas na prática empreendedora, não se veem como empreendedoras, pois, como trabalhadoras que são, percebem que essa posição não lhes cabe:

“Eu não mexo com a gestão, mas reporto tudo o que está faltando. Se faltam ingredientes pra fazer os produtos, se falta um tabuleiro pra produzir mais, se faltam vidros para as granolas. Eu ajudo a controlar o estoque” (MARIA DA PENHA).

“Não tenho interesse na gestão dos negócios. Eu gosto é de produzir as granolas” (MARIA DA PENHA).

Evidenciamos que essas mulheres também não se reconhecem como parte da classe trabalhadora, detentora de direitos duramente conquistados, embora façam parte dela. Mas sentem muito orgulho de fazerem parte do coletivo de trabalhadoras:

“Gosto muito de estar no projeto. Lá conversamos, rimos e choramos juntas. Todo mundo conta sua história e ajudamos umas às outras” (MARIA DA PENHA).

“Eu trabalho nem é tanto pelo dinheiro, é porque lá me sinto bem. Minha vida foi só sofrimento, apanhei muito, “minha fia”, mas lá sou respeitada” (MARIA DAS GRAÇAS).

“O meu trabalho no coletivo é minha vida. Não sei o que vou fazer quando mudar daqui. Tenho que achar um jeito de conseguir vir” (MARIA DAS GRAÇAS).

Salientamos que, diferentemente do que o empreendedorismo prometia – uma vida melhor e até uma ascensão social com melhoria na sua cesta de consumo, essas mulheres estão livres, embora desvinculadas de qualquer proteção social. Mas que o Estado também está livre delas, pois em termos formais, nada lhes é devido. Assim sendo, é essencial questionarmos o que aconteceria se o coletivo fosse inspirado não pelo espírito empreendedor, mas por valores políticos de trabalho coletivizado voltados para os valores de uso, solidariedade de classe e luta contra a exploração. Talvez, nesse contexto, a consciência de classe emergisse em suas vivências cotidianas.

5.2 Empreendedoras-mães são mães e trabalhadoras: interconexões entre contexto, maternidade, trabalho reprodutivo e prática empreendedora

O posicionamento ontológico desta pesquisadora impossibilita a separação da base teórica fundamentada no materialismo histórico dialético e a proposta de realizar aqui a análise da trajetória de vida laboral das mulheres-mães inseridas na prática empreendedora. Por isso, ao apresentar essas histórias, buscamos analisar criticamente as interconexões entre as categorias: **1) Contexto, 2) Maternidade e Trabalho Reprodutivo e 3) Prática Empreendedora de mulheres-mães**, destacando o impacto das relações de classe e da exploração capitalista nesses domínios.

Inicialmente, é importante lembrar que o que cada sujeita apresenta sobre si faz parte da realidade e é baseado nas condições de vida que elas têm, mas o real é muito mais complexo.

Nesse sentido, é preciso trazer as experiências vividas por essas mulheres para além do seu recorte sobre o trabalho, para que a realidade concreta seja desnudada.

Vimos que há muito tempo, a exploração das mulheres no trabalho reprodutivo e doméstico vem sendo denunciado. O valor do trabalho invisível realizado pelas mulheres para a economia global já foi demonstrado inúmeras vezes (OXFAM, 2020), tanto na administração do lar quanto na criação dos filhos, incluindo a amamentação. Percebemos que há um reconhecimento da exploração das mulheres em prol do privilégio masculino, trazendo à tona discussões pertinentes a essa luta.

Compreendemos que existe um sistema político econômico extremamente complexo, estruturado para garantir a perpetuação dos privilégios masculinos e à exploração da capacidade reprodutiva da mulher. Papéis sociais são delineados para homens e mulheres, aprendidos durante nossa socialização e constantemente reforçados pela sociabilidade.

Quando afirmamos que as mulheres são exploradas, que o trabalho doméstico não remunerado é um trabalho, que cuidar dos filhos é um trabalho, estamos denunciando o papel que é imposto às mulheres dentro do sistema capitalista-patriarcal. Estamos dizendo que às mulheres é atribuído o papel de realizar essas tarefas sozinhas, gerando riqueza para o Capital usufruir. Tal denúncia, deveria, portanto, reivindicar o fim desse papel social. Nesse sentido, a solução para a exploração das mulheres dentro do sistema patriarcal não seria remunerá-las, pois, introduzir uma lógica de remuneração não acaba com a exploração. Apenas remunerar o trabalho doméstico e reprodutivo (invisíveis) acaba por reforçar o papel social atribuído às mulheres dentro do patriarcado. Nós mulheres somos socializadas para realizar essas tarefas gratuitamente como um ato de afeto e cuidado, e, em verdade, pouco mudaria se substituirmos isso por dinheiro. Ainda assim seriam as mulheres realizando esse trabalho, e a divisão sexual do trabalho permaneceria inalterada.

Remunerar as mulheres pelo trabalho reprodutivo não questiona a questão da distribuição das tarefas de cuidado, não reduz o peso da responsabilidade das mulheres por realizar esses trabalhos, e ainda mercantiliza e precifica o papel social das mulheres, inserindo-as em uma lógica capitalista. Isso além de fazer perdurar a subordinação baseada no gênero, acirra a situação, transformando-a em uma questão de luta de classes.

Diante da exploração das mulheres, os papéis sociais baseados no gênero deveriam ser revistos. O papel de cuidadoras não nasce exclusivamente com a mulher, pois, exceto pelo processo de gestação e parto, não há tarefa que precise ser exclusivamente realizada por uma mulher, no entanto, após o nascimento de um filho, a mulher é reconduzida ao ambiente privado/doméstico. Todaro, Godoy e Abramo (2001), reforçam a ideia da existência dessas

concepções predeterminadas, vinculadas ao comprometimento da mulher ao meio doméstico, como por exemplo, o papel de mãe como o principal papel social da mulher. Nesse sentido, Lages (2005) destaca o papel secundário destinado à mulher no mundo do trabalho, frutos de uma construção social que subestima a mulher através dos estereótipos, restringindo seu papel ao ambiente doméstico.

A sobrecarga de trabalho recai sobre as mulheres, especialmente quando são mães, agravando a discriminação e perpetuando desigualdades e marginalização, fazendo com que a maternidade se torne um pretexto para afastar as mulheres da esfera do trabalho e manter as desigualdades (OXFAM, 2020). No contexto atual, embora as mulheres tenham alcançado uma presença significativa no mercado de trabalho, através de muita luta, persistem conservações discriminatórias e desigualdades salariais.

A acumulação de tarefas como cuidado dos filhos, atividades domésticas, estudo e trabalho remunerado (quando existe) precisa ser analisada com atenção. Pois embora a chamada tripla jornada seja "celebrada" como atividade valorosa das "guerreiras", por outro lado há uma perceptível rejeição do acesso ao mercado de trabalho à mulher com responsabilidades familiares e principalmente, a mulher que possui filhos.

Nesse contexto em que a maternidade se torna uma fonte adicional de exploração e opressão para as mulheres atrelado ao trabalho reprodutivo frequentemente atribuído às mulheres e historicamente desvalorizado e ignorado pela lógica do mercado de trabalho, o empreendedorismo (precarizado) passa a ser uma alternativa (de sobrevivência), como uma resposta às limitações impostas às mulheres no mercado de trabalho formal. As mulheres empreendedoras, especialmente as mães, buscam conciliar suas responsabilidades familiares com a busca de independência econômica. No entanto, o que frequentemente encontram são condições precárias devido à falta de acesso a recursos financeiros, à falta de tempo livre, às restrições impostas pelos estereótipos de gênero e falta de proteção social adequada.

Nesse sentido, a prática empreendedora coloca a mulher que é mãe em uma situação ainda mais delicada, na qual ela não pode contar com nenhum tipo de auxílio; não é empregada, portanto não tem com quem possa negociar, muito menos recorrer ao seguro-desemprego; não é suficientemente relevante na produção capitalista para ser socorrida pelo Estado, então, sua única possibilidade de relação é com o mercado, como as histórias de Maria da Penha e Maria das Graças exemplificam.

Embora o empreendedorismo feminino venha sendo cada dia mais discutido, um dos pontos que colocamos em xeque nesta pesquisa é a ideia de que a iniciativa empreendedora das mulheres-mães seja realmente inovadora e libertadora, como reproduzido na mídia e nas

instituições educacionais. Há uma “sustentação ideológica do empreendedorismo como único meio possível de vida” e o “espírito empreendedor” como a “ética” destes tempos (FERRAZ, 2019, p. 199).

Governo e mídia usam o conceito para designar o trabalho por conta-própria, em um movimento de cooptar a subjetividade das trabalhadoras, atraindo-as para a ideologia do empreendedorismo. Em um país duramente afetado pelo desemprego e precarização do trabalho, e onde quase metade das mulheres que se tornam mães após 24 meses de licença-maternidade estão fora do mercado de trabalho (FGV, 2020) o empreendedorismo é como saída, na tentativa de mascarar a situação de informalidade e passar para essas trabalhadoras a responsabilidade de se auto salvarem dessa situação, inserindo-se na prática empreendedora, ou empreendedorismo precarizado.

Segundo Ferraz (2019), “a particularidade do capitalismo brasileiro propicia a proliferação da prática empreendedora em condição de precarização”. E como falado anteriormente, não há novidade nessa situação.

As causas para isso datam do processo de industrialização, iniciado por volta de 1930, passando pelo período da ditadura burguesa-militar, até a redemocratização. A prática empreendedora esteve presente desde o início do capitalismo brasileiro, oferecendo um ambiente fértil para que o espírito empreendedor pudesse ser difundido. Desde a década de 1950 – após o processo de urbanização decorrente da industrialização –, esse contingente vem se amontoando nos grandes centros sem perspectiva de venda da própria força de trabalho, são os informais, autônomos, meeiros, conta-própria, buscando toda sorte de trabalho que se torne uma opção para fugir da miséria (FERRAZ, 2019, p. 195).

Diante de um cenário de desemprego estrutural, e da necessidade de continuarem vivas para se sustentar e igualmente prover seus filhos e filhas, faz com que muitas mulheres optem pelo trabalho autônomo, inserindo-se na prática empreendedora. O discurso do empreendedorismo propaga a possibilidade do trabalho por conta-própria, especialmente após a maternidade, como se essas mães tivessem a opção de realizar uma atividade ou um investimento, quando o que ocorre, na verdade, é um esforço sobre-humano por parte delas em ter uma iniciativa que gere algum tipo de renda. Ferraz esclarece que:

Num país com volume tão expressivo de exército de reserva, ser “empreendedor” aparece como uma alternativa moralmente mais aceitável, embora, na prática, a contingência imediata afaste a possibilidade de um horizonte de transformação real, pois a prática empreendedora no Brasil se relaciona, em maior medida, como uma opção, muitas vezes a única, para que um enorme contingente de trabalhadores possa se sustentar. Desse modo, a prática empreendedora é um caminho para aumentar a pauperização da classe trabalhadora e contribuir com o ciclo do capital e também para reduzir o papel

do Estado na devolução do mais-valor represado como fundo público (Ferraz, 2019, p. 195).

Dado que o atual cenário não apresenta soluções para a crise econômica, promover o mito do empreendedorismo, especialmente para mães, torna-se conveniente para governos que desmantelam direitos trabalhistas e falham em gerar empregos. O Estado, alinhado com o movimento do ciclo capitalista, reflete e legitima a desrazão da lógica da exploração, tal como vimos na história de nosso locus de pesquisa. A mineradora criou e destruiu, e a cidade perece junto com os trabalhadores/as que foram deixados à própria sorte. Como resistir diante desse cenário? Não é ordem do acaso, que o projeto investigado se paute no empreendedorismo social como a (única) forma de “salvar” essas mulheres.

Isso cria uma máscara para encobrir essa situação crítica, rotulando essa abordagem como uma suposta virtude, colocando a empreendedora como um indivíduo corajoso que busca uma atividade com o objetivo de desenvolver um negócio ou atividade econômica, quando na realidade, “os interesses contrários à classe trabalhadora, ou seja, dos detentores de capital e do próprio Estado estão se sobressaindo ao que significa de fato a palavra” (NOGUEIRA, 2020). E mais, “estão cooptando a subjetividade de parcela da classe trabalhadora, prioritariamente aqueles que se encontram desempregados, dizendo da grande vantagem que existe em você ser patrão de si mesmo”, o que foi claramente percebido através da fala de MARIA DA PENHA, quando afirmou que “não depende de uma empresa para trabalhar”.

Ao coletar as trajetórias de vida laboral e as vivências no campo, foi possível reforçar a compreensão das motivações que levam as mulheres a se envolverem com o empreendedorismo (precarizado) e identificar as questões que permeiam suas trajetórias. Elas precisam sobreviver, ou seja, a “tomada de decisão” por empreender, mesmo que de maneira precarizada, se dá a partir da seguinte reflexão: “o que é possível fazer sem capital, que não prescindam de conhecimentos especializados e que tenham um público nas proximidades que consumam?” (FERRAZ, 2019, p. 171). Em outras palavras, necessidade de sobreviver, não ser possível vender sua força de trabalho de outra maneira e não saber realizar outra atividade.

Vimos que as mulheres sujeitas da pesquisa fazem parte de um coletivo que tem como mote o empreendedorismo social, que encontra nas questões identitárias solo fértil para difusão social ao ser atrelado à ideologia do empreendedorismo, “como se a solução para as opressões passasse pela disseminação de um pretenso espírito empreendedor como meio de inclusão das minorias sociais que historicamente têm tido dificuldades para vender e reproduzir sua força de trabalho” (FERRAZ, 2022, p. 252). Embora pertençam a esse coletivo que é permeado pelo

espírito empreendedor, foi possível perceber que elas mesmas não se veem como empreendedoras. Elas se identificam como classe trabalhadora, desejando trabalhar e se sentir pertencentes a uma coletividade, mas não têm interesse ou conhecimento sobre a gestão do negócio.

Vimos também que mesmo se percebendo como trabalhadoras e não como empreendedoras, elas não se reconhecem como parte de uma classe que historicamente conquistou direitos, pois neste trabalho que realizam no coletivo, elas não têm nenhum direito trabalhista resguardado e não almejam consegui-los, como se o trabalho que realizam não fosse merecedor de direitos, como se fosse algo de “segunda classe” – o que é compreensível dada a natureza predominantemente reprodutiva do trabalho que realizam e que sempre realizaram ao longo de suas vidas, seja no contexto familiar, muitas vezes sofrendo violências, ou quando remuneradas.

Foi possível inferir, ao longo desta investigação, que todas as atividades que essas mulheres já realizaram na vida estavam relacionadas ao trabalho reprodutivo. Para além disso, elas só tiveram a oportunidade de fazer trabalho reprodutivo para gerar renda, reforçando a ideia de que o trabalho reprodutivo em nossa sociedade é destinado exclusivamente às mulheres. Nenhuma outra possibilidade foi oferecida a elas desde o início, como se estivessem destinadas a realizar apenas trabalho reprodutivo.

Por fim, retomando nosso objeto, o empreendedorismo feminino, vimos que não constitui necessariamente uma novidade, e, menos ainda a prática empreendedora ou empreendedorismo precarizado. Sob outras denominações e com menor ênfase, essa prática há muito tempo está presente na vida da mulher trabalhadora, através do trabalho informal, quer seja para complementação da renda familiar ou, principalmente, para seu próprio sustento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender o processo de pauperização do trabalho feminino, considerando as mulheres-mães inseridas na prática empreendedora na atualidade. Para se alcançar esse objetivo, propusemos os seguintes objetivos específicos: a) identificar o cenário de Belo Horizonte e região metropolitana de mulheres-mães inseridas na prática empreendedora; b) Recolher a trajetória de vida laboral de duas mulheres-mães inseridas na prática empreendedora; e c) Compreender a dinâmica de pauperização dessas mulheres nesse cenário.

A partir do recolhimento das trajetórias, dos registros do diário de campo, das reuniões com o coletivo e observações *in loco*, analisamos as interconexões entre as categorias contexto, trabalho reprodutivo e maternidade e a prática empreendedora de mulheres-mães, destacando o impacto das relações de classe e da exploração capitalista nesses domínios. Evidenciamos como a maternidade é transformada em uma fonte adicional de exploração e opressão para as mulheres dentro do sistema capitalista. Além disso, como o trabalho reprodutivo, frequentemente atribuído às mulheres, é desvalorizado e invisibilizado pela lógica do mercado de trabalho.

Vimos que o processo de pauperização do trabalho feminino desde o ingresso da mulher na esfera da produção a partir da Revolução Industrial no Brasil foi marcado pela desvalorização, pela exploração laboral, pela falta de proteção social e pela sobrecarga de responsabilidades. Ou seja, ao longo da história, a incorporação da mulher na força de trabalho brasileira ocorreu de maneira desigual e essa disparidade persiste nos tempos atuais, apesar dos avanços conquistados pelas lutas feministas ao longo do tempo. Os fenômenos discriminatórios contra a mulher são socialmente estruturais (SAFFIOTI, 2013). Em outras palavras, a maior parte das trabalhadoras continua ocupando posições subalternas, recebendo salários mais baixos pelo desempenho da mesma função, exercendo duplas e até mesmo triplas jornadas de trabalho (OXFAM, 2020).

E se essa mulher se torna mãe, o contexto de discriminação se agrava. A maternidade torna-se uma condição social que irá pautar a esfera do trabalho, servindo de pretexto para afastar ainda mais essa mãe da reprodução social, e para perpetuar a imposição das desigualdades e de outros tipos de marginalização, ainda que o fato de tornar-se mãe seja exatamente cumprir uma das duas funções reprodutivas, justamente aquela que um homem não é capaz (OXFAM, 2020).

A partir do recolhimento das trajetórias de vida laboral, vimos que no contexto do capitalismo, a prática empreendedora surge como uma alternativa (apresentada como única) de resposta às limitações enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho formal e mesmo que colocada como empreendedora, não trabalha menos do que se fosse empregada formal, não tem autonomia, e mais importante, o que lhe resta não lhe permite viver como capitalista. Formal ou informal, portanto, embora em primeiro momento possa parecer que o primeiro garantiria condições mínimas de vida e subsistência e o segundo não, na verdade representa os limites da luta política entre classes que se expressa na intensidade e qualidade da mediação do Estado. Em outras palavras, essas mulheres buscam sobreviver, em um contexto de falta de recursos, apoio institucional e políticas adequadas que garantam seus direitos de existir, maternar e trabalhar de forma digna.

Sendo assim, entendemos que o processo de pauperização dessas mulheres enquanto inseridas na prática empreendedora é resultado das desigualdades estruturais e da exploração capitalista presentes na sociedade. Elas enfrentam barreiras em todos os aspectos de suas vidas, por diversas razões, dentre elas a sobrecarga do trabalho reprodutivo, a falta de acesso a recursos financeiros, a escassez de oportunidades de trabalho, as restrições impostas pelos estereótipos de gênero, a ausência de proteção social adequada, dentre outros. Podemos observar que história de Maria da Penha e de Maria das Graças é a história de tantas mulheres da classe trabalhadora brasileira, em que a opressão e exploração dão o relevo que se expressa na individualidade de cada uma de nós.

Assim, retomando nosso objeto de estudo, o empreendedorismo feminino, especialmente de mulheres-mães, destacamos que este não é necessariamente uma novidade, e tampouco a prática empreendedora ou o empreendedorismo precarizado. Há bastante tempo, sob diferentes denominações e com menos destaque, essa forma de trabalho, tem se feito presente na vida das mulheres trabalhadoras, seja por meio informal, seja para complementar a renda familiar ou, especialmente, para garantir sua sobrevivência.

Nesse sentido, entendemos que as razões para as mulheres tomarem a decisão de empreender são muitas, mas após a maternidade, elas se deparam com um contexto de vulnerabilidade muito mais grave. Para algumas mulheres, o trabalho formal que deveria garantir previsibilidade de renda, benefícios, garantias sociais, horário de trabalho justo, em um contexto seguro para a mãe trabalhar e maternar, deixa de existir. Para outras, a necessidade de estar em casa é tão grande que o trabalho formal não é conciliável e ser autônoma é a única possibilidade. Em nenhum dos casos se trata de fazer escolhas ou tomar a decisão de

empreender a partir de uma oportunidade. O que ocorre é que as alternativas não se encaixam com a vida da trabalhadora que é mãe.

Assim, como imaginar que uma sociedade que é hostil com mulheres-mães seria capaz de emancipar alguém através do empreendedorismo, que na melhor das hipóteses, é um meio para que alguém consiga explorar outras pessoas para acumular capital? A superação desses desafios requer uma abordagem abrangente que envolva políticas públicas, conscientização de classe, mas principalmente, profundas transformações no modo de produzir a vida. Esta pesquisa espera contribuir para que as discussões sobre estes desafios sejam colocadas em pauta.

Ainda, esse trabalho avança nas investigações conceituais sobre o empreendedorismo feminino e apresenta uma perspectiva de compreensão do fenômeno alternativa à gerencialista/funcionalista, colaborando para avanços teóricos no campo da administração. Para além disso, ainda traz outras contribuições, ao utilizar as Trajetórias de Vida Laboral, e convida futuros pesquisadores a refletir sobre a ampla possibilidade de utilização de abordagens metodológicas ainda pouco exploradas no campo da administração, as quais transcendem os padrões gerencialistas da investigação científica, que frequentemente se concentram na neutralização da subjetividade do/a pesquisador/a, na verificação de hipóteses ou na objetividade.

A realização dessa pesquisa encontrou desafios em sua construção. Dentre os vários, citaremos quatro mais relevantes. O primeiro se refere ao acesso a essas mulheres – no mapeamento de Belo Horizonte, como foi mencionado anteriormente, muitas mulheres-mães que recorrem à prática empreendedora como forma de sobrevivência estão completamente absorvidas em suas rotinas do trabalho reprodutivo, maternidade e todo tipo de cuidado. O segundo desafio foi a distância de onde nossas mulheres mães residem – o que dificultou, de certa maneira, o nosso acesso devido ao deslocamento. O terceiro, foi o tempo de execução da pesquisa, que nos possibilitou trabalhar com apenas duas trajetórias de vida. Apesar de termos conseguido trabalhar com profundidade, histórias de outros/outras pessoas poderiam enriquecer ainda mais o estudo. O quarto e último, mas não menos importante, trata-se de que o início desta dissertação ainda tenha sido realizado durante a pandemia. É inegável o quanto a pandemia nos afetou individualmente e socialmente e não foi diferente no desenvolvimento deste trabalho e com todos que aqui estiveram envolvidos de alguma maneira.

Como recomendação de pesquisas futuras, sugere-se que pesquisadores de diversos campos busquem investigar o fenômeno que, devido à sua complexidade, nos exige uma discussão multidisciplinar. Compreendendo a prática empreendedora como uma questão

estrutural, seria importante investigar também como o discurso do empreendedorismo penetra nas diversas instâncias da vida e as consequências de fazer parte até mesmo do processo de socialização/educação infanto/juvenil. Por fim, uma última sugestão de futuras pesquisas, seria ampliar a discussão e investigar sobre a prática empreendedora em outras regiões mais vulneráveis do Brasil e de outros países do Sul Global.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- AMORIM, H.; MODA, F.; MEVIS, C. EMPREENDEDORISMO: uma forma de americanismo contemporâneo? **Caderno CRH**, v. 34, p. 1–16, 2021.
- ANDRADE, É. **Sobre losers: fracasso, impotência e afetos no capitalismo contemporâneo**. Curitiba: CRV, 2019.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- ARFUCH, L. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- BASTIDA, M. et al. Female Entrepreneurship: Can Cooperatives Contribute to Overcoming the Gender Gap? A Spanish First Step to Equality. **Sustainability** 2020, Vol. 12, Page 2478, v. 12, n. 6, p. 2495, 21 mar. 2020.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WFM Martins Fontes, 2009.
- BORDIEU, P. **A miséria do mundo**. 4. ed. Petropolis: Editora Vozes, 2001.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.
- CAMPOS, A.; SOEIRO, J. **A falácia do empreendedorismo**. 1. ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2016.
- CARMO, L. J. O. et al. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, n. 1, p. 18–31, mar. 2021.
- CARRETEIRO, T. C. História de vida: da genealogia a um estudo. **Psico**, v. 34, n. 2, p. 281–295, 2003.
- CARRETEIRO, T. C. Fazer de uma coletividade uma história coletiva. Em: TAKEUTI, N. MISSAE.; NIEWIADOMSKI, C. (Eds.). **Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas**. Natal: Editora Sulina, 2009. p. 328.
- CARRETEIRO, T. C. HISTÓRIA DE VIDA LABORAL E APOSENTADORIA: UMA METODOLOGIA EM DISCUSSÃO. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 1, p. 430–441, 12 dez. 2017.
- CESARONI, F. M.; PEDICONI, M. G.; SENTUTI, A. It's always a women's problem! micro-entrepreneurs, work-family balance and economic crisis. **Administrative Sciences**, v. 8, n. 4, 1 dez. 2018.
- CUBERES, D.; PRIYANKA, S.; TEIGNIER, M. The Determinants of Entrepreneurship Gender Gaps: A Cross-Country Analysis. **Review of Development Economics**, v. 23, n. 1, p. 72–101, 1 fev. 2019.

- ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ÉSTHER, A. B. A política de identidade do empreendedorismo: uma análise na perspectiva da sociologia figuracional e da psicologia social crítica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, p. 857–870, nov. 2019.
- FERRAROTTI, F. A história de vida como método. **Convergencia - Revista de Ciencias Sociales**, p. 15–40, 2007.
- FERRAZ, D. L. DA S. A administração de recursos humanos como conhecimento que constitui uma consciência de classe para o capital. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 9, n. 2, p. 65–87, 2016.
- FERRAZ, J. DE M. **Para além da inovação e do empreendedorismo no capitalismo brasileiro**. Tese—Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 28 jun. 2019.
- FERRAZ, J. DE M. A noção de sucesso na sociedade capitalista: entre o mérito e a impessoalidade no trabalho. **Revista SCRIBES**, v. 1, n. 2, p. 69–89, 2020a.
- FERRAZ, J. DE M. Não são gigantes, são moinhos de vento: as desventuras dos/as empreendedores/as em terra brasilis. **Caderno de Administração**, v. 28, p. 76–81, 5 jun. 2020b.
- FERRAZ, J. DE M. **Para Além da Prática Empreendedora no Capitalismo Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Actual, 2021.
- FERRAZ, J. DE M. Armadilha da identidade e crítica ao empreendedorismo social: a exploração da opressão. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 1, 2022.
- FERRAZ, J. DE M.; FERRAZ, D. L. DA S. Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico-materialista. **Cadernos EBAPE.BR**, 1 jun. 2021.
- FGV. **The Labor Market Consequences of Maternity Leave Policies: Evidence from Brazil**. [s.l.: s.n.].
- FILHO, A. S. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**, v. 3, n. 4, p. 58–72, 2015.
- GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. 3. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.
- GEM. **Empreendedorismo no Brasil**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Empreendedorismo%20no%20BRASIL%202017.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2022.
- GEM. **EMPREENDEADORISMO NO BRASIL**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- GEMELLI, C. E.; FRAGA, A. M.; PRESTES, V. A. Produção científica em relações de trabalho e gestão de pessoas. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 17, n. 2, p. 222–248, 2019.
- GOEL, R. K.; NELSON, M. A. Presidential Versus Parliamentary Systems: Where Do Female Entrepreneurs Thrive? **Social Science Quarterly**, v. 101, n. 5, p. 1773–1788, 1 set. 2020.

- GOHAR, M.; BASIT, A.; ABRAR AYESHA. Growth aspirations of pukhtoon women entrepreneurs in the household context. **Journal of Social Sciences**, v. 12, n. 1, p. 180–189, 2018.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GUDYNAS, E. Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame. **Sociedad Suiza Americanistas**, n. 76, p. 13–23, 2015.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HASHIMOTO, M. **Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intraempreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- IAS. **Municípios e Saneamento**. [s.l.: s.n.].
- IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. [s.l.: s.n.]. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- IBGE. **Desemprego | IBGE**. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 3 maio. 2022.
- IMP. **Quem é Maria da Penha**.
- LAGES, S. R. C. Desafios do empreendedorismo feminino: uma reflexão sobre as dificuldades das mulheres pobres na condução de projetos geradores de renda. **Estação Científica**, p. 1–7, 2005.
- LARGUÍA, ISABEL.; DUMOULIN, J. Hacia una ciencia de la liberación de la mujer. p. 117, 1976.
- LÉVY, A. **Ciências clínicas e organizações sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- LIM, Y.; SUH, C. S. Where is my partner? The role of gender in the formation of entrepreneurial businesses. **Small Business Economics**, v. 52, n. 1, p. 131–151, 15 jan. 2019.
- MAIA, A. C. N. Outro inferno de Dante numa mina de ouro na época de Vargas: Nova Lima, Minas Gerais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, n. 4, p. 1197–1214, 2014.
- MARX, K. **O capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MONTENEGRO, A. **Ser ou Não Ser Feminista**. Recife: Guararapes, 1981.
- MONTERO GONZÁLEZ, B.; CAMACHO BALLESTA, J. A. Caracterización del emprendimiento femenino en España: Una visión de conjunto. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, v. 129, p. 39–65, 15 out. 2018.
- MORENO, S. E. C. La construcción de la categoría de emprendimiento femenino. **Revista Facultad de Ciencias Económicas**, v. 21, n. 2, p. 53–66, 30 jun. 2013.
- MUÑOZ-FERNÁNDEZ, Á.; ASSUDANI, R.; KHAYAT, I. Role of context on propensity of women to own business. **Journal of Global Entrepreneurship Research** 2019 9:1, v. 9, n. 1, p. 1–19, 3 maio 2019.
- NOGUEIRA, C. MAZZEI. A feminização no mundo do trabalho : entre a emancipação e a precarização. p. 112, 2004.

- NOGUEIRA, M. L. M. et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 466–485, 2017.
- OXFAM. **Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/tempo-de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-crise-global-da-desigualdade/>>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- Painel de Indicadores | IBGE**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- PARGA-MONTOYA, N.; CUEVAS-VARGAS, H. Development of Entrepreneurial Orientation in Women and Men. A Study from the Institutional Perspective. **Economía: teoría y práctica**, v. 28, n. 52, p. 121–145, 13 nov. 2020.
- PICKERNELL, D. et al. Being taken seriously—shaping the pathways taken by Welsh female entrepreneurs. **Small Enterprise Research**, v. 24, n. 2, p. 132–148, 2017.
- PINTO, B. DE O. S.; CARRETEIRO, T. C. O. C.; RODRIGUEZ, L. DA S. Trabalhando no “entre”: a história de vida laboral como método de pesquisa em psicossociologia. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 2, n. 5, p. 976–1022, 2015.
- PITANGUEIRA, A. **História da música Maria Maria de Milton Nascimento**.
- RUGINA, S. Female entrepreneurship in the Baltics: formal and informal context. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 11, n. 1, p. 58–74, 12 mar. 2019.
- SAFFIOTI, H. I. B. **TRABALHO FEMININO E CAPITALISMO**. Chicago: [s.n.].
- SAFFIOTI, H. I. B. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas**, p. 95–141, 1985.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SALLAH, C. A.; CAESAR, L. D. Intangible resources and the growth of women businesses: Empirical evidence from an emerging market economy. **Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies**, v. 12, n. 3, p. 329–355, 21 maio 2020.
- SANDOVAL, M. Ativismo empreendedor? Cooperativismo de plataforma entre Subversion e Cooptação. **Artigo Sociologia Crítica**, v. 46, n. 6, p. 801–817, 2020.
- SANTOS, E. D. DOS; HAUBRICH, G. F. Women Entrepreneurs Network’s Website: entrepreneurship, culture and self-images. **Letras de Hoje**, v. 53, n. 3, p. 412–421, 30 dez. 2018.
- SCHWARTZ, E. B. Entrepreneurship: a new female frontier. **Journal of contemporary business**, v. 5, n. 1, 1976.
- SHARMA, L. Entrepreneurial intentions and perceived barriers to entrepreneurship among youth in Uttarakhand state of India: A cross-cultural investigation across genders. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 10, n. 4, p. 243–269, 17 out. 2018.

- SIQUEIRA, M. M. DE; GUIMARÃES, L. DE O. Singularidades do empreendedorismo brasileiro: subsídios para políticas públicas de apoio aos novos negócios. **Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 6, n. 2, p. 1–10, 2006.
- SORJ, B.; FONTES, A. Les politiques publiques au Brésil et l’articulation entre travail et famille. **Cahiers du Genre**, v. 46, n. 1, p. 155–176, 2009.
- SOUZA, K. L. DE. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51–67, 2019.
- SOUZA, M. D. DE. **Ser trabalhadora produtiva é antes um azar": a expansão da exploração capitalista sobre o trabalho reprodutivo**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- SOUZA, M. T. DE; SILVA, M. D. DA; CARVALHO, R. DE. Integrative review: what is it? How to do it? **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102–106, mar. 2010.
- SOUZA, M. D.; FERRAZ, D. L. D. S.; FERRAZ, J. D. M. As mulheres conforme a administração: uma ciência para a manutenção da opressão e da exploração? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 20, n. 3, p. 509–534, 1 set. 2021.
- TAHIR, R.; BARADIE, M. EL. Behind the veil: The challenges and impediments encountered by women entrepreneurs in the United Arab Emirates. **International Journal of Entrepreneurial Venturing**, v. 11, n. 3, p. 258–282, 2019.
- TAVARES, M. A. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, n. 7, p. 49–60, 2002.
- TAVARES, M. A. **Os Fios (In)Visíveis Da Produção Capitalista: Informalidade E Precarização Do Trabalho**. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- TEIXEIRA, R.; LEMOS, A. H. DA C.; LOPES, F. T. A história de vida na pesquisa em Administração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 15, n. 4, p. 101–118, 2021.
- TODARO, R.; GODOY, L.; ABRAMO, L. Desempeño laboral de hombres y mujeres: opinan los empresarios *. **Cadernos Pagu**, p. 197–236, 2001.
- TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Sundermann, 2003.
- WU, J.; LI, Y. An Exploratory Cross-Country Analysis of Female Entrepreneurial Activity: The Roles of Gendered Institutions. **Entrepreneurship Research Journal**, v. 10, n. 3, 1 jul. 2020.
- ZHANG, J.; ZHOU, N. The Family’s Push and Pull on Female Entrepreneurship: Evidence in China. <https://doi.org/10.1080/1540496X.2019.1697671>, v. 57, n. 5, p. 1312–1332, 2019.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Projeto CAAE: _____, aprovado pelo Sistema CEP/CONEP, em ____ de ____ de 20__.

Prezada _____,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO A PARTIR DA PRÁTICA EMPREENDEDORA: TOMADA DE DECISÃO OU SOBREVIVÊNCIA? Este convite se deve ao fato de você ser MULHER E MÃE E SE DECLARAR COMO UMA PESSOA ADEPTA AO EMPREENDEDORISMO, o que seria muito útil para o andamento da pesquisa.

A pesquisadora responsável pela pesquisa é LYVIA RENATA RODRIGUES, RG 14.539-167, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DO CEFET-MG. A pesquisa refere-se à busca pela compreensão do processo de pauperização do trabalho feminino, considerando as mulheres-mães inseridas na prática empreendedora na atualidade.

Para realizar a pesquisa, que terá seu início somente após aprovação pelo comitê de ética, seguiremos as seguintes fases: 1. Realização de entrevistas individuais, que terão duração de aproximadamente, 45 minutos; 2. Análise das entrevistas. Sua contribuição consiste em responder questões referentes ao seu trabalho como empreendedora, perpassando pelos seguintes pontos: 1. Como foi a decisão por empreender? 2. Sua realidade como empreendedora; 3. Percepção sobre a situação das mães que decidem empreender por necessidade. Caso queira, poderá contribuir também com outros materiais que achar relevante para contar como é sua vivência nesse universo. Os mesmos não serão reproduzidos na dissertação sem sua autorização expressa em termo específico a ser assinado.

Os locais e horários das entrevistas serão combinados previamente com você, de forma a atender a sua disponibilidade. Note que, em virtude da necessidade de transcrição e posterior análise da entrevista, ela será gravada em formato de áudio apenas (não gravarei imagens) e mantida arquivada no computador pessoal da pesquisadora por um período de cinco anos. Ressalto que você poderá expressar seu desconforto, tirar dúvidas e interromper a entrevista em qualquer momento. Ressalto também que você não terá nenhum custo com a pesquisa, bem como também não receberá nenhum retorno financeiro pela sua participação. Entretanto, caso tenha algum prejuízo em decorrência da participação na pesquisa, a pesquisadora se responsabilizará em recompensá-la. A sua participação irá contribuir para o aprofundamento do entendimento no fenômeno em estudo – acima descrito. Utilizaremos entrevistas em profundidade, o que significa dizer que não há um roteiro de perguntas para dirigir o encontro; você será convidada a contar sua trajetória como empreendedora, e poderão surgir outros questionamentos a depender do rumo da conversa. Além disso, a entrevista é formal e poderá ter duração superior a uma hora.

Os riscos decorrentes da sua participação na pesquisa estão especificados a seguir:

- 1) Invasão de privacidade, devido a alguma questão que lhe seja constrangedora: risco de grau médio, que será minimizado pela possibilidade de que você não responda questões que não queira, bem como possa desistir da participação, sem prejuízo algum.
- 2) Tomar o seu tempo, pois a entrevista pode se prolongar mais do que o planejado: risco de grau médio, que será minimizado pela possibilidade de que você possa interromper a entrevista a qualquer momento.
- 3) Quebra de sigilo e de anonimato, devido à possibilidade de extravio ou exposição indevida da gravação da entrevista: esses são riscos de grau máximo, em relação aos quais a pesquisadora tomará as providências cabíveis, como restrição de acesso ao conteúdo apenas à pesquisadora, cuidados com o armazenamento seguro do material apenas em computador pessoal. Além disso, após a transcrição da entrevista o arquivo de áudio será destruído e, após os cinco anos as transcrições também serão destruídas. Assim que finalizadas as transcrições e análises, o material de áudio será entregue integralmente aos membros participantes, como um dos produtos da pesquisa.
- 4) Possibilidade de contágio pelo novo coronavírus: riscos de grau máximo, em relação aos quais a pesquisadora tomará todas as precauções necessárias, como restrição de acesso ao local da entrevista, distanciamento entre as pessoas, uso de máscara N95 e disponibilização de álcool gel para higienização das mãos.

Em relação aos benefícios, sua participação contribuirá para: a redução da lacuna existente na literatura de estudos que consideram as condições de vida, trabalho e renda daquelas que empreendem por necessidade dentro de seu contexto social. Além disso, pretende-se evidenciar o leque de obstáculos concernentes às particularidades econômicas, políticas e sociais dessas empreendedoras no Brasil, em especial em Minas Gerais. O conhecimento gerado por este projeto irá contribuir para o desnudamento dos problemas vivenciados por essas mulheres-mães, podendo fomentar o desenvolvimento de tecnologias sociais capazes de combater as desigualdades de gênero, específicas do contexto investigado.

Lembro a você que como participante de uma pesquisa, e de acordo com a legislação brasileira, você é portadora de diversos direitos, além do anonimato, da confidencialidade, do sigilo e da privacidade, mesmo após o término ou interrupção da pesquisa. Assim, lhe é garantido:

- A observância das práticas determinadas pela legislação aplicável, incluindo as Resoluções 466 (e, em especial, seu item IV.3) e 510 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplinam a ética em pesquisa e este Termo;
- A plena liberdade para decidir sobre sua participação sem prejuízo ou represália alguma, de qualquer natureza;
- A plena liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou represália alguma, de qualquer natureza. Nesse caso, os dados colhidos de sua participação até o momento da retirada do consentimento serão descartados a menos que você autorize explicitamente o contrário;
- O acompanhamento e assistência, mesmo que posteriores ao encerramento ou interrupção da pesquisa, de forma gratuita, integral e imediata, pelo tempo necessário,

sempre que requerido e relacionado a sua participação na pesquisa, mediante solicitação à pesquisadora responsável;

- O acesso aos resultados da pesquisa;
- O ressarcimento de qualquer despesa relativa à participação na pesquisa, mediante solicitação à pesquisadora responsável;
- A indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa;
- O acesso a este Termo.

Este documento é rubricado e assinado por você e pela pesquisadora, em duas vias, sendo que uma via será de sua propriedade. Em caso de perda, poderá ainda solicitar uma cópia do documento, a qualquer momento da pesquisa e mesmo após ela (pelo prazo mínimo de cinco anos). Em caso de dúvidas, a pesquisadora responsável coloca-se à disposição pelo contato:

Pesquisadora: Lyvia Renata Rodrigues – (31) 98304-7958

Se preferir, ou em caso de reclamação ou denúncia de descumprimento de qualquer aspecto ético relacionado à pesquisa, você poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), vinculado à CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), comissões colegiadas, que têm a atribuição legal de defender os direitos e interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir com o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos. Nesse caso, você poderá acessar a página do CEP, disponível em: <<http://www.cep.cefetmg.br>> ou contatá-lo pelo endereço: Av. Amazonas, nº 5855 - Campus Gameleira; E-mail: cep@cefetmg.br; Telefone: +55 (31) 3379-3004 ou presencialmente, no horário de atendimento ao público: às terças-feiras das 12h às 16h e às quintas-feiras das 12h às 16h.

Se após a leitura atenta deste termo optar por participar da pesquisa, peço-lhe que rubrique todas as páginas, identifique-se e assine a declaração a seguir, que também deve ser rubricada e assinada pela pesquisadora.

DECLARAÇÃO

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, de forma livre e esclarecida, declaro que aceito participar da pesquisa como estabelecido neste TERMO.

Assinatura da participante da pesquisa: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Belo Horizonte, _____ de _____ de 20__

Se quiser receber os resultados da pesquisa, indique seu e-mail ou, se preferir, endereço postal, no espaço a seguir:

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Eu, _____, de posse do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO da pesquisa intitulada A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO A PARTIR DA PRÁTICA EMPREENDEDORA: TOMADA DE DECISÃO OU SOBREVIVÊNCIA?, após ter ciência e entendimento quanto aos (i) riscos e benefícios que essa pesquisa poderá trazer e (ii) métodos que serão usados para a coleta de dados; e por estar ciente da necessidade da gravação, AUTORIZO, por meio deste termo, que a pesquisadora Lyvia Renata Rodrigues capture a gravação de voz de minha pessoa para fins EXCLUSIVOS da referida pesquisa científica e com a condição de que esse material, na sua forma original, não seja divulgado. Nessas condições, apenas o material derivado do original poderá, nos termos desta autorização, ser divulgado em meios científicos, tais como, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos em periódicos, congressos e simpósios ou outros eventos de caráter científico-tecnológico – no sentido de preservar o meu direito ao ANONIMATO e demais direitos, como definido na regulamentação ética da pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil.

As gravações de voz ficarão sob a propriedade e a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa. Terão acesso aos arquivos apenas a pesquisadora responsável.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora citados em garantir-me que:

1. a transcrição da gravação de minha voz me seja disponibilizada, caso a solicite;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui tratada e outras publicações científicas dela decorrentes;
3. a minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação científica das informações geradas pela pesquisa;
4. a utilização das informações geradas pela pesquisa para qualquer outra finalidade não especificada no TCLE somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão armazenados por 5 (cinco) anos, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável pela pesquisa; e, após esse período, serão destruídos;
6. a interrupção de minha participação na pesquisa poderá ser feita a qualquer momento, sem nenhum ônus, mediante mera comunicação à pesquisadora responsável, que, nesse caso, deverá providenciar a devolução (e adoção de medidas condizentes com essa situação) do material relacionado a esta autorização.

Valido esta autorização assinando e rubricando este documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

_____, ____ de _____, ____

Local e data

Nome completo do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome e Rubrica do Pesquisador Responsável

APÊNDICE C – ÚLTIMO REGISTRO DO DIÁRIO DE CAMPO

Hoje, dia 03/07/2023, saí de casa às 7h30min rumo à cidade em que moram as sujeitas da minha pesquisa. Eu havia marcado esse último encontro para completar uma etapa fundamental para o estudo: apresentar para elas uma devolutiva, ou seja, voltei ao campo para informá-las sobre os resultados obtidos na pesquisa a partir de suas contribuições.

Ao chegar à cidade e enquanto me direcionava à casa de Maria da Penha, fiquei pensando na simbologia que esse nome traz. Lembrei-me do caso de violência que inspirou a criação da lei Maria da Penha, que “é representativo da violência doméstica à qual milhares de mulheres são submetidas em todo o Brasil” (IMP, 2018) e as semelhanças com a história de Maria das Graças, relatada nesta pesquisa.

Cheguei à casa de Maria da Penha, que já me aguardava e seguimos para a casa de Maria das Graças. Ela já estava do lado de fora nos esperando. Fazia muito frio e ela, com aquele sorriso no rosto, disse estar “esquentando no sol”. Entramos juntas para sua casa e começamos a conversar.

Primeiramente, entreguei para elas a lembrança que eu havia preparado: uma foto em um porta-retrato para cada uma, com seus filhos. Aquilo representava muito para mim e para elas. Elas ficaram muito agradecidas e eu, muito emocionada, por estar ali naquele momento, compartilhando com elas o que eu tinha produzido através de suas valiosas contribuições.

Comecei então a ler para elas suas histórias. A primeira foi a de Maria da Penha e depois, a de Maria das Graças. São duas histórias que se assemelham em alguns aspectos, que já foram discutidos nesta pesquisa, mas que são muito diferentes em outros, principalmente quando se trata de violência. E aqui, neste meu último registro no diário de campo, sinto a necessidade de destacar a história de Maria das Graças.

Maria das Graças viveu uma vida de tanta violência, que ao ler para ela o que eu tinha escrito a partir de seus relatos, nós três ficamos muito emocionadas. Como pode uma mulher, mãe, ser tão violentada e conseguir superar tantas adversidades da vida? Sua história me tocou muito desde nosso primeiro encontro e quando a acesso novamente, volto a me emocionar. Nesse sentido, penso que o nome Maria das Graças lhe coube perfeitamente, pois em meio a tanto sofrimento, essa mulher graciosa e gentil, ainda conseguiu perceber graças em sua vida.

Antes de finalizar nosso último encontro, diante delas, senti a necessidade de dizer o quanto as admiro e o quanto elas foram importantes para meu trabalho. Através de suas histórias, consegui responder meu objetivo de pesquisa. Mas não apenas. Me senti honrada por

ter tido a oportunidade de conhecer e conviver com mulheres tão fortes, que à sua maneira, vão superando as adversidades da vida.